

Moradora de Ibirataia ganha prêmio de R\$ 100 mil da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma moradora da cidade de Ibirataia, localizada na região sul do estado, foi a ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil da campanha **Nota Premiada Bahia**, que acaba de divulgar, nesta segunda-feira (26), o resultado do sorteio de abril. Foram contempladas mais 90 pessoas com valores de R\$ 10 mil para cada uma. Desse total, 64 são de Salvador e 26 do interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram sorteados com o prêmio de R\$ 10 mil, destaque para Camaçari, com cinco pessoas sorteadas, Feira de Santana, com quatro, e Lauro de Freitas, com dois. A

lista é completada por 15 municípios com um sorteado cada: Eunápolis, Jequié, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim, Itabuna, Lapão, Tucano, Barreiras, Guaratinga, Amargosa, Ruy Barbosa, Capim Grosso, Simões Filho, Pojuca e Santo Antônio de Jesus.

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site da campanha e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 596 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades, com o último repasse sendo realizado nesse mês de março.

Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da **Nota Premiada Bahia**. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu 'Minha Conta', escolher a opção 'Bilhetes'. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Blog do Edyy	
Data: 27/04/2021	



Moradora de Ibirataia ganha prêmio de R\$ 100 mil da Nota Premiada Bahia

Postado em: 27 de abril de 2021 às 15:06



Foram sorteadas 91 pessoas com um total de R\$ 1 milhão em prêmios, das quais 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil.

Uma moradora da cidade de Ibirataia, localizada na região Sul do estado, foi a ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil da campanha Nota Premiada Bahia, que acaba de divulgar, nesta segunda-feira (26), o resultado do sorteio de abril. Foram contempladas mais 90 pessoas com valores de R\$ 10 mil para cada uma. Desse total, 64 são de Salvador e 26 do interior. A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram sorteados com o prêmio de R\$ 10 mil, destaque para Camaçari, com cinco pessoas sorteadas, Feira de Santana, com quatro, e Lauro de Freitas, com dois. A lista é completada por 15 municípios com um sorteado cada: Eunápolis, Jequié, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim, Itabuna, Lapão, Tucano, Barreiras, Guaratinga, Amargosa, Ruy Barbosa, Capim Grosso, Simões Filho, Pojuca e Santo Antônio de Jesus.

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 596 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades, com o último repasse sendo realizado nesse mês de março.

Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Morador de SAJ ganha prêmio de R\$ 10 mil da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um morador de Santo Antônio de Jesus foi o ganhador do prêmio de R\$ 10 mil da campanha **Nota Premiada Bahia**. O resultado do sorteio de abril foi divulgado nesta segunda (26). A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site e ainda nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia.

Conforme a Sefaz, foram contempladas mais 90 pessoas com valores de R\$ 10 mil para cada uma. Desse total, 64 são de Salvador e 26 do interior. Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram sorteados com o prêmio de R\$ 10 mil, estão Camaçari, com cinco pessoas sorteadas, Feira de Santana, com quatro, e Lauro de Freitas, com dois. A lista é completada por 15 municípios com um sorteado cada: Eunápolis, Jequié, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim, Itabuna, Lapão, Tucano, Barreiras, Guaratinga, Amargosa, Ruy Barbosa, Capim Grosso, Simões Filho, Pojuca.

Confia a lista completa dos ganhadores da Campanha Nota Premiada aqui

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site da campanha e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

De acordo com a Sefaz, a Nota Premiada possui atualmente mais de 596 mil participantes inscritos. De fevereiro de 2018 até o momento, os sorteios da campanha já premiaram 1.496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

Caixa libera lote de auxílio emergencial para 206 mil pessoas

Ao menos 16 prefeitos já morreram por Covid em 2021

Secti entrega **Espaço Colaborar** de Santo Antônio de Jesus; inauguração será nesta quinta (29)

Bahia registra 4.076 novos casos de Covid-19 em 24h e chega a 890 mil infectados

Assuntos e Palavras-Chave: SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Coronavírus | SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e inovação - SECTI, Espaço Colaborar | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Blog Pimenta	
Data: 27/04/2021	



MORADORA DO SUL DA BAHIA GANHA R\$ 100 MIL EM SORTEIO DA NOTA PREMIADA

- 27 de abril de 2021



Tempo de leitura: 2 minutos

Uma moradora da cidade de Ibirataia, localizada na região Sul do estado, foi a ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil da campanha Nota Premiada Bahia, que acaba divulgou ontem (26) o resultado do sorteio de abril. Foram contempladas mais 90 pessoas com valores de R\$ 10 mil para cada uma. Desse total, 64 são de Salvador e 26 do interior. A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram sorteados com o prêmio de R\$ 10 mil, destaque para Camaçari, com cinco pessoas sorteadas, Feira de Santana, com quatro, e Lauro de Freitas, com dois. A lista é completada por 15 municípios com um sorteado cada: Eunápolis, Jequié, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim, Itabuna, Lapão, Tucano, Barreiras, Guaratinga, Amargosa, Ruy Barbosa, Capim Grosso, Simões Filho, Pojuca e Santo Antônio de Jesus.

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

PARTICIPAÇÃO E SOLIDARIEDADE

Para participar da Nota Premiada Bahia, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 596 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades, com o último repasse sendo realizado nesse mês de março.

SORTEIO

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como acontece desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Veículo: Dendê Notícias	
Data: 27/04/2021	



Moradora de Ibirataia ganha prêmio de R\$ 100 mil da Nota Premiada Bahia

[Por mateus](#) Última Atualização 27 abr, 2021

Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Uma moradora da cidade de Ibirataia, localizada na região sul do estado, foi a ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil da campanha Nota Premiada Bahia, que acaba de divulgar, nesta segunda-feira (26), o resultado do sorteio de abril. Foram contempladas mais 90 pessoas com valores de R\$ 10 mil para cada uma. Desse total, 64 são de Salvador e 26 do interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no [site](#) e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram sorteados com o prêmio de R\$ 10 mil, destaque para Camaçari, com cinco pessoas sorteadas, Feira de Santana, com quatro, e Lauro de Freitas, com dois. A lista é completada por 15 municípios com um sorteado cada: Eunápolis, Jequié, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim, Itabuna, Lapão, Tucano, Barreiras, Guaratinga, Amargosa, Ruy Barbosa, Capim Grosso, Simões Filho, Pojuca e Santo Antônio de Jesus.

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no [site da campanha](#) e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 596 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades, com o último repasse sendo realizado nesse mês de março.

Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Fonte: Ascom/Sefaz

Veículo: Portal Baixo Sul	
Data: 27/04/2021	



Moradora de Ibirataia ganha prêmio de R\$ 100 mil da Nota Premiada Bahia

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão

[27 de abril de 2021](#)

Uma moradora da cidade de Ibirataia, localizada na região sul do estado, foi a ganhadora do prêmio de R\$ 100 mil da campanha Nota Premiada Bahia, que acaba de divulgar, nesta segunda-feira (26), o resultado do sorteio de abril. Foram contempladas mais 90 pessoas com valores de R\$ 10 mil para cada uma. Desse total, 64 são de Salvador e 26 do interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram sorteados com o prêmio de R\$ 10 mil, destaque para Camaçari, com cinco pessoas sorteadas, Feira de Santana, com quatro, e Lauro de Freitas, com dois. A lista é completada por 15 municípios com um sorteado cada: Eunápolis, Jequié, Cruz das Almas, Senhor do Bonfim, Itabuna, Lapão, Tucano, Barreiras, Guaratinga, Amargosa, Ruy Barbosa, Capim Grosso, Simões Filho, Pojuca e Santo Antônio de Jesus.

Além dos 91 prêmios mensais, a campanha também realiza periodicamente sorteios especiais de R\$ 1 milhão, que contemplam um único participante. O próximo sorteio especial está programado para o dia 30 de junho. Neste caso, serão considerados todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site da campanha e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 596 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.496 pessoas, das quais 956 moram na capital, 539 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 533. A campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades, com o último repasse sendo realizado nesse mês de março.

Loteria Federal

Os nomes de cada um dos 91 ganhadores são homologados pela Auditoria Geral do Estado (AGE), de acordo com o regulamento da Nota Premiada Bahia. Os bilhetes vencedores, como ocorre desde o lançamento da campanha, são definidos com base em sorteio da Loteria Federal.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado no site da campanha são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Fonte: Ascom/Sefaz | Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Veículo: Rádio Recôncavo 98,5 FM – Santo Antônio de Jesus	
Data: 28/04/2021	Programa: Acorda Cidade
Assunto: Moradora de Cruz das Almas é uma das ganhadoras de prêmio da <u>campanha Nota Premiada</u> .	

Data: 28/04/2021

Hora: 07:29:39

Emissora: Rádio Recôncavo 98,5 FM – Santo Antônio de Jesus

Programa: Acorda Cidade

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Moradora de Cruz das Almas é uma das ganhadoras de prêmio da **campanha Nota Premiada**.



DIVULGAÇÃO

A indústria petroquímica é a base para outras atividades e o que acontece com ela impacta toda a economia

Bahia pode perder 33 mil empregos

Petroquímica Fim de regime tributário pode fazer atividade industrial encolher até 20%

Donaldson Gomes
EDITOR
@donaldsongomes

Julho de 2016. A Copenor, que estava em atividade desde 1979, decide parar de produzir metanol no Polo Industrial de Camaçari. Era mais barato importar e comercializar aqui do que fazer no Brasil. Este é um cenário que pode se tornar cada vez mais frequente em todo o Brasil a partir de julho, graças à aprovação de uma medida provisória extinguindo o Reiq (Regime Especial da Indústria Química).

No cenário mais extremo, a indústria petroquímica baiana pode sofrer uma redução de 20% da sua capacidade de produção, o que acarretará na perda de 33 mil empregos e de R\$ 325,2 milhões na arrecadação de impostos, segundo estimativas da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb). Mesmo com uma retração menos drástica, de 5%, estima-se uma eliminação de 8 mil empregos e de R\$ 81,3 milhões em arrecadação anual e isso em meio à crise provocada pelo coronavírus.

Em todo o Brasil, o fim do Reiq pode colocar em risco até 80 mil postos de trabalho, de acordo com a Associação

Brasileira da Indústria Química (Abiquim), que calcula também o impacto de R\$ 7,5 bilhões em produção.

O regime especial para o setor foi instituído pela Lei nº 12.859, de 10 setembro de 2013. A ideia era garantir maior competitividade ao setor químico por meio da desoneração das alíquotas de PIS e Cofins incidentes sobre a compra de matérias-primas petroquímicas. Naquele momento, assim como agora, o setor enfrentava forte concorrência internacional, em particular a americana, que ressurgiu com força após a exploração do gás de shale.

Atualmente, as alíquotas do Reiq de PIS e Cofins são de 3,65% e sem o programa serão elevadas para 9,75%.

“Vou te dar um caso bem particular, a Copenor fabricava metanol, uma matéria-prima importante para várias empresas no Polo de Camaçari, mas como não conseguia ser competitiva com produtos importados, optou por parar de produzir e importar o produto”, lembra Roberto Fiamenghi, presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, Petroquímicas e de Resinas de Camaçari, Candeias e Dias D’Ávila (Sinpeq). “Como não podia competir com os pro-

duto importados, optou por se tornar uma importadora e ganhar com a comercialização. É o que pode acontecer de maneira mais frequente”, avisa. Neste processo, perderam-se 42 postos de trabalho indiretos.

Fiamenghi acredita que a medida provisória pode trazer danos irreparáveis para a indústria química brasileira. Ele lembra que o Brasil possui condições de produção desfavoráveis em comparação com concorrentes internacionais. “Temos uma energia elétrica muito cara, o gás natural, que nos Estados Unidos custa US\$ 2,5 por milhão de BTU, aqui no Brasil chega a US\$ 13”, compara.

Segundo Fiamenghi, o cenário de falta de competitividade na indústria química brasileira tem reflexos palpáveis aqui na Bahia. “Hoje no Polo de Camaçari nós temos mais de 10 fábricas paradas”, destaca.

“Existe uma mobilização muito grande do setor para tentar convencer os parlamentares de que esta decisão do governo pode ter um impacto muito negativo”, avisa. Aqui na Bahia, a extinção do Reiq será debatida numa audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) amanhã.

Carlos Alfano, diretor in-

TAMANHO

12,7 MIL
pessoas trabalham na indústria petroquímica baiana

2,04 BI
de reais é o montante de salários e encargos que é gerado pela atividade

31,34 BI
de reais é o quanto as empresas petroquímicas baianas vendem anualmente

9,74 BI
de reais é o PIB do setor aqui na Bahia

1,62 BI
de reais foi o volume de ICMS recolhido em 2020 pela petroquímica

dustrial da Braskem e presidente do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), acredita que o assunto precisa contar com a atenção de toda a sociedade. “Um coisa importante a se deixar claro é que o Reiq não é um benefício, é uma compensação de competitividade para um setor que é essencial para o restante da indústria, que é estratégica para o país”, diz.

“Se agente for olhar os custos principais da indústria química, comparando com a norte-americana apenas, vamos verificar que a energia elétrica custa o dobro aqui”, diz. Ele ainda cita a diferença nos preços do gás natural, pelo menos três vezes maior. Para completar, destaca ele, a infraestrutura ineficiente no Brasil representa outra fonte de custos adicionais. “A gente consegue ver claramente fatores que nos tornam ineficientes e isso sem falar da carga tributária”, completa.

Para Alfano, a discussão sobre o fim do Reiq deveria estar vinculada à realização de uma reforma tributária. Além disso, ele cita o problema de se fazer uma alteração desta magnitude com entrada em vigor quatro meses depois. “As empresas todas já fizeram o seu planejamento para 2021 contando com este regime”, lembra.

EFEITO CASCATA

Cada emprego gerado na indústria petroquímica tem o efeito multiplicador de 3,8 outros postos de trabalho no decorrer da cadeia e outros 8 empregos na economia em geral, pelo chamado efeito renda. É este o cálculo utilizado pelo Bndes no chamado modelo gerador de emprego e renda. Foi este o modelo utilizado pela Fieb para calcular o impacto do possível fim do Reiq, explica Danilo Peres, especialista em desenvolvimento industrial na Federação das Indústrias.

Para ele, o cenário mais provável é o de uma perda de 5% na produção da indústria petroquímica baiana. “Se você tem uma queda no cenário que colocamos, são 637 empregos diretos, 2.420 na cadeia e outros 5.622 indiretamente. Isso pode ser percebido também na massa salarial. É um impacto significativo e contamos que este processo seja revertido”, destaca.

“O Reiq não é um benefício para uma empresa específica, como era o caso da Ford. Estamos falando de um setor que é muito importante para qualquer país que quer ter uma indústria forte”, explica Danilo Peres.

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Programa reduz dano à renda das famílias

Para receber o crédito de R\$150 do Programa Bolsa Presença, é preciso a família constar no cadastro único, o CadÚnico, além de ter pelo menos um de seus integrantes matriculado em estabelecimento da rede estadual de ensino.

O alerta é da Coordenação de Programas e Projetos Estratégicos de Educação, do governo da Bahia, descartando assim, o acesso ao benefício para quem está incluído apenas na relação do Bolsa-Família.

Quem já dispõe do cartão eletrônico para fazer os saques, pôde verificar desde as primeiras horas de ontem se foi feito o primeiro de seis repasses dos próximos meses, até setembro, conforme anunciado.

Quem ainda não pegou o cartão precisa agendar horário nos estabelecimentos onde foi feita matrícula de um dos membros da família, evitando, assim, a temida aglomeração, forma de contágio mais provável do coronavírus.

– A projeção de investimento total é de R\$ 204 milhões, sendo R\$ 34 milhões por repasse, alcançando 227 mil famílias em situação de insegurança alimentar – disse o coordenador de programas, professor Marcius de Almeida Gomes.

VULNERABILIDADE – Segundo Marcius, o dinheiro chega num momento de extrema vulnerabilidade econômica para comunidades carentes, a maior parte delas situadas no entorno das maiores cidades, como Jequié e Conquista, no sudoeste; Itabuna, no Sul; Barreiras, no oeste; Feira de Santana e Salvador.

A ação integra o Programa Estado Solidário, planejado para socorrer baianos em situação de pobreza ou extrema pobreza, cujas necessidades não podem ser supridas apenas com os valores do auxílio-emergencial, devido à insuficiência.

“A comissão [CPI da Covid-19] será um santuário da ciência e uma antítese diária do negacionismo responsável por uma desoladora necrópole. E da sacralização da verdade contra o culto à morte e o ódio”

RENAN CALHEIROS, senador, ao assumir a relatoria da CPI que investiga ações do governo federal na pandemia



Olga Leiria / Ag. A TARDE

LIBERDADES | *A liberdade, a nossa pelo menos, tratamos com tanta importância e sacralidade. Uma pena que não pensamos sobre ela de modo mais amplo... Tristes de nós que seguimos aprisionando animais para servir de objetos de decoração.*

Cinquentenário do TCM

Walter Moacyr Costa Moura

Advogado, auditor aposentado do TCM
walter.moacyr@yahoo.com.br

A gratificante experiência que tivemos, no extenso exercício de funções no Tribunal de Contas dos Municípios, nos permitiu conhecer as dificuldades e problemas que afligiram nossa instituição, mas que, também, lhe possibilitou identificar as providências adequadas a superá-las, e a executá-las, com determinação e espírito público.

Desse modo, torna-se necessário lembrar um pouco dessa memória, que teve, como traço comum e permanentemente buscado, a elevação da importância dos cuidados com a administração financeira dos municípios.

Naquela fase da história do nosso Es-

tado, naquele contexto econômico e social do início dos anos setenta, acreditava-se que, paralelamente ao esforço da renovação tecnológica e da modernização administrativa, do aperfeiçoamento da educação pública, da criação da nossa indústria petroquímica e de tantas outras realizações, havia a preocupação com a necessidade de melhorias na administração das finanças públicas municipais.

Felicitamos o Egrégio Tribunal, na pessoa do seu atual presidente, Conselheiro Plínio Carneiro Filho. Vida longa ao TCM!

Com este propósito, e visando à implantação de um novo controle externo de contas públicas municipais, o governador Luiz Viana Filho encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de lei, que foi aprovado e transformado na Lei 2.838, de 17.09.1970, criando o Conselho de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, com atribuição constitucional de atuar no controle externo das finanças dos municípios do Estado da Bahia que, naquela época, perfaziam um total de 336 municípios. O diploma legal teve seu texto aperfeiçoado, logo adiante, pela Lei 2.900, de 04.02.1971.

No dia dez de março de 1971, nas dependências do Palácio da Aclamação, na presença de autoridades federais, estaduais e municipais, o governador Luiz Viana Filho empossou os primeiros membros do CCM, os conselheiros Joselito Falcão de Amorim, José Casaes e Silva, Re-

nato Pedreira Leoni, Jorge dos Santos Pereira, João Lessa Ribeiro, Walter Dias Ribeiro, de saudosa memória, e o meu colega e amigo Luiz Ovídio Fisher, e secretário Geraldo de Menezes Lisboa.

Cabe ressaltar a composição inicial do quadro funcional, que era formada por dedicados fundadores como Edvaldo Pereira de Brito, primeiro auditor-chefe, Geraldo de Menezes Lisboa, Oyama Ribeiro de Araújo, João Moacyr Paranhos, Evânio Coelho Cardoso, José de Albuquerque Coelho, Clovis Lessa de Lima, Vera Reis Abreu de Almeida e Walter Moacyr Costa Moura, dentre outros.

Em 1985, através da Emenda Constitucional nº 25, o CCM passou a ser denominado TCM.

Felicitamos o Egrégio Tribunal, na pessoa do seu atual presidente, Conselheiro Plínio Carneiro Filho. Vida longa ao TCM!

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

Volta às aulas e negacionismo

O negacionismo está em alta e permeia toda a sociedade, passa por todas as classes sociais e por cima de títulos acadêmicos. Existe, por exemplo, aquele negacionismo brucutu que trata a pandemia como gripezinha, diz que a vacina causa mais mal do que bem, que sustenta que deveríamos abrir mão de máscaras e cuidados. Este negacionismo é corretamente execrado pela comunidade. Mas existe um outro negacionismo, esse “cult”, bem instalado e benquisto na sociedade, mas igualmente hiperbólico. É um discurso que nega os indicadores epidemiológicos que apontam para o gradual arrefecimento da pandemia; que nega o grande volume de estudos científicos que demonstra que as escolas não são mais perigosas que outros setores já abertos da economia; que nega a necessidade vital da educação para crianças e adolescentes, especialmente as pobres, e que acha que elas podem esperar outros 400 dias para terem aulas de verdade (ou pior, até o “Dia D e a Hora H”). Como todo negacionismo tem lá suas contradições explícitas ou implícitas, como aparentar defender o homeschooling compulsório, ou não demonstrar grandes problemas em que bancários, comerciários, motoristas possam ir, na sua hipérbole, para o “cor-

redor da morte pré-datada”. A peça de opinião de Gildeci de Oliveira Leite, publicada em A TARDE no domingo, 25/4 (pg. A2), é um exemplo acabado dessa segunda modalidade de negacionismo. EDGARD DA COSTA FREITAS NETO, EDGARDCFN@GMAIL.COM

Guarda Municipal violenta

A Guarda Municipal, que foi criada com a filosofia de ser um aparato de orientação e proteção dos soteropolitanos, tornou-se um arremedo da Polícia Militar (sem nenhum demérito a essa corporação), através de atos truculentos, insolentes e desrespeitosos à população, principalmente a pe-

A guarda municipal, que foi criada com a filosofia de ser um aparato de orientação e proteção dos soteropolitanos, tornou-se um arremedo da Polícia Militar

riférica, negra e desfavorecida economicamente. Os atos praticados por integrantes fardados da indignidade, esbofetando trabalhador indefeso ao estilo Gestapo ou aplicando choque elétrico como se estivessem no Arizona, e que, como de costume, encontram o apoio corporativista do grupo e da direção, que simplesmente afastam o transgressor para baixar a poeira, colocando-os na burocracia para depois, sem punição, devolver-lhe a sanha das atitudes impermissíveis ao menor que seja dos direitos humanos. A punição que a sociedade exige, como exemplar a corporação, por parte do órgão e da prefeitura, não poderá ser outra senão a expulsão imediata dos maus elementos transgressores da competência de servir à população. AUGUSTO JOSÉ FREITAS DE SOUZA, AUGUSTO-GENTEBOA@HOTMAIL.COM

A vida como ela é!

No dia 21 de abril, em que se homenageia Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira, me veio uma enorme lembrança do meu curso primário, na minha querida Escola Centro Educacional Carneiro Ribeiro, escola de tempo integral, fruto da imaginação fértil do imorredouro professor Anísio Teixeira. Lembrei também da Escola Antônio Euzébio, no Cabula, onde estudei no tempo

do bonde, até concluir o primário na Escola Leopoldo Reis, no Dois Leões. Nestas escolas, nós vivíamos intensamente estas datas históricas, o que nos fazia ter um sentimento de civismo muito grande. Lembro com muita emoção quando num treze de maio, numa peça teatral, eu fui escolhido como José do Patrocínio, um dos maiores abolicionistas e republicano ao mesmo tempo. Essa peça me marcou muito, pois a minha colega que foi escolhida por votação para representar a Princesa Isabel foi excluída por não ter os traços finos da dita redentora. Ali pude sentir o preço do peso do preconceito racial, mas foi muito importante, pois pude me preparar para as várias discriminações que sofri ao longo da vida. Neste 23 de abril, dia de São Jorge para uns, dia de Oxóssi para outros e Dia Internacional do Livro, fico muito orgulhoso por ter pontuado minha vida lendo livros, jornais, revistas e tudo que possa melhorar meus conhecimentos. Isso é tão importante que tive a benção de ver publicado nas páginas do meu querido Jornal A TARDE, em pleno Dia Internacional do Livro, uma entrevista sobre “Conversa de Buzú” e sobre a nossa luta pela revitalização do Centro Histórico, o que nos enche de alegria e sobretudo de esperança em caminhar para um mundo melhor. CLARINDO SILVA, CLARINDOLUA@BOL.COM.BR

COVID-19 Decisão da agência sobre Sputnik V opõe especialistas e gestores; análise aponta falta de dados e risco à saúde

Anvisa nega importação de vacina russa

RODRIGO AGUIAR

A decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de não autorizar a importação da vacina russa Sputnik V foi elogiada por especialistas e levou governadores a buscarem alternativas para obter o aval do órgão regulador. Ontem, governadores do Nordeste e Norte participaram de uma reunião com o Fundo Soberano russo.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), informou que serão fornecidos mais relatórios e documentos técnicos para tentar a revisão administrativa ou judicial da decisão da Anvisa.

"Nós, os governadores das regiões Nordeste e Norte, que compramos juntos pelos estados a vacina Sputnik, tivemos uma agenda com cientistas da Gamaleya – instituto russo responsável pela vacina – e do Ministério da Saúde da Rússia. Afirmaram que é uma vacina segura, com baixos efeitos colaterais; que é uma vacina eficaz, já aplicada em milhões de pessoas em 62 países do mundo. Assim, esperamos que eles possam responder tecnicamente aos pontos apresentados no relatório da Anvisa, que diz exatamente o contrário", afirmou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

Crítico habitual da ação da Anvisa durante a pandemia, o governador Rui Costa participou da reunião, mas ainda não se manifestou desde a análise da agência.

Parecer técnico

Três gerências técnicas da Anvisa (medicamentos, fiscalização e monitoramento) deram pareceres contra a im-



Jorge Bernal / AFP

Gerente da agência afirmou que "portas não estão fechadas" para a Sputnik, já que ainda cabe recurso

portação do imunizante. O órgão afirmou que não recebeu relatório técnico capaz de comprovar que a vacina atende a padrões de qualidade e não conseguiu localizar o documento com autoridades de países nos quais o imunizante é aplicado.

Segundo a agência, a maioria das nações que utilizam a vacina russa não têm tradição na análise de medicamentos. Além disso, acrescentou a Anvisa, a vacinação não foi iniciada em 23 desses países.

Entre as falhas de seguran-

ça apontadas pelo órgão regulador, foi dito que o adenovírus utilizado para carregar o material genético do coronavírus poderia se reproduzir e causar outras doenças.

Apoio médico

Coordenadora do Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus em Feira de Santana, a infectologista Melissa Falcão disse não ver influência política no parecer do órgão. "A Anvisa é um órgão responsável e confiável. Se os profissionais não se sentiram seguros, é porque os da-

dos apresentados não confirmaram segurança para a vacina ser aplicada na população. É preciso ter um mínimo de segurança para a aplicação em larga escala".

Para o médico Carlos Brites, professor da Universidade Federal da Bahia, a decisão da Anvisa "foi acertada". "Desde o início faltam dados sobre segurança, dados transparentes sobre como os estudos foram feitos. Na realidade, o único estudo publicado foi numa população exclusivamente russa e com lacunas importantes.

Acho que a Anvisa agiu corretamente, já que essa é uma regra básica para a aprovação. Todas as outras vacinas fornecem esses dados".

Já o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, afirmou que a Anvisa está "desconectada" da realidade. "A simples ida de técnicos da Anvisa a Moscou não iria resolver a infinidade de documentos que eles solicitaram. A nossa equipe prevê em torno de seis meses o tempo para responder a quantidade de questionamentos. Existe uma desconexão da realida-

de em que vivemos com a exigência que a Anvisa está propondo", declarou, em entrevista à TV Bahia.

Ainda segundo o titular da Sesab, a avaliação da agência é "um desfile de tecnicidades". "A decisão não prevê informações de riscos e faz alusão a potenciais riscos que não estão sendo confirmados na prática. Na Argentina, a Sputnik V é a vacina principal e não estamos vendo os hermanos morrerem ou virarem jacaré", completou.

Procurada, a Secretaria de Saúde do Estado não analisou o posicionamento da Anvisa. "Se não houver uma manifestação do STF, é possível que governadores façam essa provocação, o que entraria no território da judicialização. Caso o STF entenda que a Anvisa foi clara em provar que há evidências suficientes para que não seja feita a importação, a decisão estará tomada e a vacina não será entregue", disse a pasta, por meio de nota.

Um dia depois da Anvisa barrar a entrada da Sputnik no Brasil, o gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da agência, Gustavo Mendes, declarou que ainda há espaço para liberar a importação do imunizante.

Segundo Mendes, o órgão regulador pode rever o posicionamento se tiver acesso às informações técnicas que considera ausentes. "Os pedidos de importação excepcional, os que não definimos ontem [segunda], estão em aberto e também o pedido para autorização para uso emergencial. Então, existe espaço para a entrada [da vacina]. As portas não estão fechadas", afirmou.

QR Code agiliza processo de vacinação na capital baiana

TÁCIO CALDAS*

A nova ferramenta apresentada pela prefeitura de Salvador promete entregar uma maior velocidade nos serviços de imunização da capital baiana. O QR Code Vacinação facilitará os processos de triagem dos cidadãos que estão nos grupos de profissionais priorizados em toda a cidade, diminuindo o tempo gasto neste ato.

Ademais, ainda há a necessidade de apresentar os documentos necessários para a validação do grupo ao qual o indivíduo faz parte. Paralelamente a isso, a cidade continua com sua campanha e segue imunizando a população. Lauro de Freitas, cidade vizinha, passa por dificuldades com a sua cam-

panha de vacinação.

A adoção do dispositivo pela prefeitura traz uma nova dinâmica para os atendimentos na hora de vacinar. Dentro de todo o processo realizado nas imunizações, a triagem era o momento que apresentava uma maior demanda de tempo. "A gente calcula que a imu-

SALVADOR

Hoje Salvador passará a contemplar em sua campanha de vacinação para a primeira dose os trabalhadores da limpeza urbana com 50 anos ou mais e que atuam na capital baiana

nização está durando cerca de quatro minutos, e mais da metade desse tempo é gasto durante a triagem, justamente porque temos sido criteriosos na verificação dos documentos para evitar possíveis fraudes", informou o secretário da Saúde de Salvador, Leo Prates.

"Com o QR Code, estimamos reduzir pela metade o tempo de vacinação de cada pessoa que compareça aos postos de imunização", destacou Leo Prates.

A ferramenta já está disponível no site www.saude.salvador.ba.gov.br/servicos/servicos-online/vacinacao-profissionais/. Ao entrar no portal, o indivíduo deve preencher o seu nome completo ou CPF para verificar se já está apto para a

Bombeiros fazem campanha para aumentar doações de sangue

GABRIEL GALINDO*

A campanha Por Mais Amor ao Próximo, Doe Sangue, realizada pelo Grupamento de Bombeiros Militar (GBM), em parceria com a Fundação Hemoba e Banco de Sangue, teve início ontem em toda a Bahia. O objetivo é conscientizar funcionários dos grupos e a população em geral a respeito da necessidade da doação de sangue, que caiu devido à pandemia de Covid-19.

A ação, que funcionará até o dia 27 de maio, está sendo realizada no 1º GBM-Barro-

quinha, em Salvador, e nas unidades do Hemoba de todo o estado.

Segundo a major e coordenadora adjunta de saúde do Corpo de Bombeiros, Patrícia Lima, esse é um momento de união. "Atuamos na linha de frente e sabemos a importância do sangue para a sobrevivência de uma pessoa que está enferma. Quanto maior a adesão de pessoas, mais bolsas de sangue e mais pessoas salvas".

Poucas doações

Antes da pandemia, de acor-

do com o Ministério da Saúde, o percentual de doações de sangue variava de 1,76% a 1,78% da população, abaixo do necessário para os bancos de sangue (3% a 5%).

Para o soldado Vila Verde, a influência das forças militares, além das suas contribuições nessas ações, auxilia no impacto na sociedade. "São instituições que têm uma importância na sociedade, e ao participar dessa campanha levam uma segurança maior para a população, demonstrando a importância da doação de sangue", afirmou.



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

Núbia Barbosa, transplantada de medula óssea, se vacinou ontem

aplicação da sua dose e gerar o seu código de vacinação.

Além do lançamento desse novo serviço, dois novos grupos foram incluídos: os profissionais da educação básica e os pacientes transplantados. Este foi o caso de Lucas Uzeda, que fez um transplante renal. "Foi um momento de muito alívio, porque nós, transplantados, somos grupo de risco. Então quando saiu a notícia foi um momento de muita alegria", pontuou Uzeda, que ainda esclareceu que tudo ocorreu com muita tranquilidade. "Não estava com fila. Fui atendido rapidamente no drive-thru da Arena Fonte Nova", finalizou.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR RAFAEL TIAGO NUNES



Olga Leiria / Ag. A TARDE

A tenente-coronel Ana Fauta doou sangue ontem

Para o cidadão estar apto a doar sangue, é preciso ter entre 16 e 69 anos – menor de idade precisa de autorização do responsável e pessoas entre 60 e 69 anos só podem doar se já forem doadores –, levar documento com foto, pesar ao menos 50 kg, ter dormido mais de 6h nas últimas 24h e estar bem alimentado. Homens precisam ter dois meses de intervalo entre uma doação e outra. Já as mulheres, o intervalo é de três meses.

* SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR RAFAEL TIAGO NUNES

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

CAIXA Os contemplados receberão o benefício a partir de 16 de maio, junto com o pagamento da segunda rodada, quando serão creditadas duas parcelas

Lote de auxílio emergencial sai para 206 mil pessoas

Marcello Casal Jr/ Agência Brasil



Trabalhadores informais que corrigiram informações no cadastro foram incluídos na nova rodada do auxílio

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

Cerca de 206,1 mil trabalhadores informais que corrigiram informações no cadastro foram incluídos na nova rodada do auxílio emergencial, anunciou a Caixa Econômica Federal ontem. Os contemplados receberão o benefício a partir de 16 de maio, junto com o pagamento da segunda rodada, quando serão creditadas duas parcelas nas contas poupança digitais.

Após a segunda parcela, esse público será incorporado ao calendário tradicional e receberá a terceira e a

quarta parcelas nas datas estabelecidas. A relação dos beneficiados pode ser consultada no portal consulta.auxilio.cidadania.gov.br, no site auxilio.caixa.gov.br ou pelo telefone 111.

Trabalhador que teve benefício negado terá dez dias para contestar

Segundo o Ministério da Cidadania, foram aprovados 206.126 novos benefícios. Desse total, 142.531 têm direito à cota de R\$ 150 (pessoas que moram sozinhas), 39.719 receberão R\$ 250 e 23.876

Ministério da Cidadania diz que foram aprovados 206.126 novos benefícios

mulheres chefes de família que sustentam a casa sozinhas receberão R\$ 375.

Benefício negado

O trabalhador que teve o pedido processado, mas continuou com o benefício negado, terá dez dias para contestar a decisão.

A Agência Brasil elaborou um guia de perguntas e respostas sobre o auxílio emergencial. Entre as dúvidas que o beneficiário pode tirar estão os critérios para receber o benefício, a regularização do CPF e os critérios de desempate dentro da mesma família para ter acesso ao auxílio.

BAHIA

Mercado imobiliário cresceu 31% no primeiro trimestre de 2021

FÁBIO BITTENCOURT

De janeiro a março deste ano, foram comercializadas em todo o estado 2.188 imóveis, alta registrada de 31% em comparação com o mesmo período de 2020. Se esse ritmo for mantido, dizem os especialistas, a tendência é chegar a dezembro com nove mil unidades vendidas, resultado equivalente ao de cinco, seis anos atrás, quando o setor surfava uma de suas melhores fases.

O número de lançamentos na Bahia no primeiro trimestre de 2021 foi 41% maior (1.396), comparado com os três primeiros meses do ano anterior (990). Na capital, esse índice dobrou (106%): foram lançados 250 imóveis em 2020, contra 516 agora.

Esses e outros números foram apresentados ontem pela Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi), que divulgou os resultados do primeiro trimestre do ano em uma reunião virtual na internet. Participaram do encontro empresários, analistas e imprensa.

O economista chefe da corretora de valores XP Investimentos, Caio Megale, falou sobre o "Panorama Econômico 2021", e o CEO e fundador da consultoria especializada em pesquisa imobiliária Datastore, Mar-

cus Araujo, das tendências do mercado na palestra "A nova estrutura de decisão de compras de imóveis".

Com relação às vendas, o crescimento em Salvador foi de 52%: 689 nos três primeiros meses de 2020, contra 1.044 no mesmo período desse ano. A participação dos imóveis econômicos, enquadrados no programa de habitação popular do governo federal, variaram em média entre 70% e 80%.

O responsável pela apresentação dos dados do mer-

O número de lançamentos no primeiro trimestre de 2021 foi 41% maior (1.396)

Na capital, esse índice dobrou: foram lançados 250 imóveis em 2020, contra 516 agora este ano

cado baiano, o diretor técnico da Ademi Pedro Mendonça afirmou se tratar de um primeiro trimestre "muito animador", no qual se projeta um resultado "recorde".

Tendências

No acumulado de vendas ano a ano, a título de comparação, contou Mendonça, a Bahia comercializou, por exemplo, 4.357 unidades no ano de 2006; em 2008, foram 14.130; 6.757, em 2015; e 2021, com 2.188 vendas somente nos três primeiros meses, tem grande chance de chegar a nove mil, disse.

O valor médio do metro quadrado entre os imóveis comercializados girou em torno de R\$ 6,5 mil; e R\$ 8,3 mil o de alto luxo.

"Ainda existe uma carência grande de unidades em Salvador. Foram diversas crises desde 2014", falou.

Segundo Marcus Araujo, a tendência de alta do mercado não é uma exclusividade brasileira, mas ocorre no mundo inteiro "dentro de um cenário pandêmico". "A demanda imobiliária só aumenta desde junho do ano passado. Ela é persistente. O aprendizado veio, houve uma adaptação. Voltamos ao patamar de 2011, agora com clientes mais exigentes, em que não pode haver barreiras à conexão", disse.

IBGE

Eduardo Luiz Rios Neto é nomeado presidente

VINÍCIUS LISBOA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O novo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, teve sua nomeação publicada ontem no Diário Oficial da União. Rios Neto é economista, membro da Academia Brasileira de Ciências, doutor em Demografia e professor titular aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Antes da nomeação, ele era diretor de pesquisas do instituto.

O novo presidente do IBGE foi indicado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e substituído a ex-presidente Susana Cordeiro Guerra, que pediu exoneração há cerca de um mês. Segundo informação divulgada pelo IBGE em 26 de março, a ex-presidente deixou o cargo por questões pessoais. Ela assumiu a presidência em fevereiro de 2019 e foi exonerada no último dia 12 de abril.

Entre a exoneração de Suzana Cordeiro Guerra e a nomeação de Luiz Eduardo Gonçalves Rios Neto, a presidência foi exercida pela diretora executiva do IBGE, Marise Maria Ferreira.



O Ativismo Social da Empresa na Educação

Acervo pessoal



Ney Campello é coordenador do Núcleo de Educação da Associação Comercial

Educação, ciência e tecnologia são pilares estratégicos de desenvolvimento e edificação de um país soberano, capaz de concorrer neste cenário globalizado de intensas disputas geopolíticas e econômicas. Entretanto, os indicadores no campo educacional brasileiro mostram que o Brasil permanece com um desafio mal resolvido e historicamente marcado por sucessivos fracassos, em termos de qualidade e equidade na oferta de educação.

Para exemplificar este cenário, o coordenador do Núcleo de Educação da Associação Comercial da Bahia (ACB), Ney Campello, apresenta uma recente publicação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgada em 2020, cujo foco foi o ensino profissional e tecnológico. Avaliando 40 países, entre eles o Brasil, o levantamento denominado Education at a Glance (EAG), registra um gasto público, por aluno, em nosso país, de US\$ 4.661 anuais, o terceiro maior entre os países latino-americanos, e um gasto público em educação correspondente a 5.1% do PIB (dados de 2017), acima da média dos países-membros e parceiros da OCDE, onde esse esforço foi de 4,1%.

"A conclusão é óbvia e ululante! Não há correlação positiva entre o gasto público e a formação de profissionais com as habilidades técnicas especializadas que são demandadas pelo mercado de trabalho. O mesmo raciocínio se aplica aos indicadores de proficiência, aprovação, evasão e abandono na educação básica (do ensino infantil ao médio)", analisa Campello. Outro importante indicador é o Programa Internacional de Avaliação de Aluno (PISA) 2018, o mais importante do mundo, onde o Brasil teve novamente um dos 10 piores desempenhos entre todos os avaliados em matemática e ciências, além de ter ficado estagnado em leitura.

Campello avalia que este não é um tema para respostas simplistas e superficiais, mas é evidente a necessidade de um esforço nacional para alterar os rumos da educação no Brasil. Dentro desse aspecto, o empresário, em seu ativismo social e exercício da cidadania corporativa, tem o dever de colaborar na identificação de soluções e numa maior presença na proposição de novos modelos de oferta, capazes de elevar a qualidade do ensino no país. A ideia defendida pelo Núcleo de Educação da ACB é que, sem pretender substituir o Estado no seu papel de formulação das políticas públicas em educação e suas diretrizes nacionais, a classe empresária possa atuar para elevar a eficiência dos gastos. "Essa atuação deve ser, sobretudo, em atividades-meio que paralisam o fazer pedagógico das escolas, mais preocupadas em gerir patrimônio, limpeza e vigilância do que no fomento de energia criativa, inteligência e performance pedagógica", analisa Campello.

O coordenador aponta a existência, mundialmente, de modelos de ensino que atestam o sucesso dessa parceria entre a escola e empresa, dentre eles o próprio "sistema S" e a reforma administrativa que se avizinha, a qual pode proporcionar mais espaços de investimentos privados na educação. "Contando que esses investimentos sejam efetivamente compensados com a formação de uma juventude vocacionada para a pesquisa, a ciência e o mercado, o resultado dessa aliança pode reposicionar o Brasil no concerto internacional das nações, como o país da sociedade do conhecimento", vislumbra Campello.

ECONOMIA

DOU publica hoje MP que recria programa de corte de jornada

BEM O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem as duas medidas provisórias (MPs) que reúnem o conjunto de medidas trabalhistas para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia. A principal delas cria a nova rodada do programa que permite redução de jornada e salários ou suspensão de contratos. Os textos devem ser publicados na edição de hoje do Diário Oficial da União (DOU). A nova rodada do programa deve permitir pouco menos de 5 milhões de novos acordos. O crédito extraordinário para bancar a medida será de R\$ 9,977 bilhões.

Uma das MPs vai focar nas regras da nova edição do BEM, que terá duração de quatro meses, podendo ser prorrogada caso haja disponibilidade de recursos. O programa deve ser lançado nos mesmos moldes de 2020, com acordos para redução proporcional de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, ou suspensão total do contrato. A adesão continua sendo por acordo. Serão beneficiados também empregados domésticos, empregados com jornada parcial e aprendizes.

O governo pagará o benefício emercional, calculado sobre o valor do seguro-desemprego a que ele teria direito se fosse demitido. Em um acordo para redução de 50%, por exemplo, o empregado recebe 50% do salário da empresa e 50% da parcela do seguro-desemprego a que teria direito.

A segunda MP vai permitir às empresas anteciparem férias com pagamento postergado do terço de férias, conceder férias coletivas, antecipar feriados, compensar banco de horas em até 18 meses, entre outras iniciativas. As empresas também podem adiar o recolhimento do FGTS por quatro meses.

Guedes atribui crise da saúde à longevidade do brasileiro

'ESTADO QUEBROU' O nome do ministro da Economia Paulo Guedes entrou na lista dos termos mais citados ontem pelos usuários do Twitter. Tudo graças à crítica que fez à longevidade do brasileiro. Segundo ele, não foi a pandemia que tirou a capacidade de atendimento do setor público, mas sim "o avanço na medicina" e "o direito à vida". "Todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130", disse. "Não há capacidade de investimento para que o Estado consiga acompanhar (a busca por atendimento médico crescente)", completou.

De acordo com o ministro, o estado "quebrou" e, diante da escassez de recursos para a Saúde, o setor público não terá capacidade de atender à demanda crescente por atendimento da população. A declaração - que gerou reações negativas - foi feita durante reunião do Conselho de Saúde Suplementar (Consu). Na ocasião, ele afirmou que o SUS é ineficaz e defendeu o uso da rede privada para atender pacientes de covid-19. A reunião do Con-

su define as regras ao setor coberto por planos de saúde.

Essa não foi a única declaração polêmica. Sem saber que era gravado, Guedes disse que "o chinês" criou a covid-19 e ainda produziu vacinas de eficácia mais baixa do que as desenvolvidas nos Estados Unidos. Essa fala ecoa uma teoria bolsonarista difundida nas redes sociais de que a China desenvolveu o vírus em laboratório com interesses econômicos. Afirmções semelhantes levaram à queda de Ernesto Araújo do Ministério de Relações Exteriores. Ele ficou inviabilizado por prejudicar as relações com os chineses no momento em que o país depende de vacinas e matérias-primas dos asiáticos.

Além de chefe da economia, participaram do encontro os ministros da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, da Saúde, Marcelo Queiroga, e da Justiça, Anderson Torres, além de representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Nenhum deles corrigiu Guedes. Enfraquecido política-

mente, Guedes pode ter seu espaço no governo reduzido com a recriação do Ministério do Planejamento, que retiraria parte das atribuições da pasta que comanda. Ontem, ele demitiu o Waldery Rodrigues do cargo de secretário especial da Fazenda. Rodrigues já teve a cabeça pedida por Bolsonaro e foi, dentro do ministério, quem mais defendeu o veto do orçamento em embate com o Congresso. Para seu lugar, o escolhido foi o atual secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. Jefferson Bitencourt, assessor especial de Relações Institucionais, é cotado para assumir o Tesouro.

E as mudanças na pasta não param por aí. A assessora especial para reforma tributária, Vanessa Canado, vai deixar a equipe de Guedes antes da votação do relatório de reforma tributária na Câmara. A secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier é outra que pode ser substituída em breve, embora ela tenha negado ontem que esteja deixando o cargo.



Todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130 (...). Não há capacidade de investimento para que o Estado consiga acompanhar (a busca por atendimento médico crescente) Paulo Guedes

ministro da economia

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,4602	R\$ 5,4612
Dólar Turismo	R\$ 5,4900	R\$ 5,6200
Euro turismo	R\$ 6,6600	R\$ 6,8100

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	119.388,37	-1%

POUPANÇA

28/04/2021 0,1159 %

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1100,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
INPC/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,07%

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA
AVISO DE LICITAÇÃO RDC Nº. 001/2021
PAD nº. 071/2021. RDC nº. 001/2021. Objeto: Contratação de empresa para pavimentação em piso intertravado, meio fio, passeio, acessibilidade e drenagem em diversas Ruas, na Sede do Município de Sobradinho - BA, conforme edital com a CAIXA sob nº 894520/2019. Abertura: 19/05/2020 às 10h00min. Aquisição do edital através do site: <http://www.sobradinho.ba.gov.br/>. Informações: (74) 3533-3030 ou (74) 98843-7777 - WHATSAPP do Setor de Licitações. Thaciana Carla Silva Mangabeira - Presidente da CPL.

ASSOCIAÇÃO AMA - AMOR DE MADRE, MADRE DE DEUS-BA
Convindo as pessoas interessadas para a Assembleia de Fundação da Associação, dia 12 de maio de 2021, às 19 horas, à Rua Nelson Barbosa, nº 276, participando na qualidade de sócio fundador, da votação do projeto de lei social e eleição dos membros do Conselho de Administração, Fiscal e da chapa que concorrerá à diretoria composta pelo Presidente, Vice-presidente, secretário e tesoureiro.
Madre de Deus, 26 de abril de 2021.
Comissão organizadora, Lucas Tachy.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA IGREJA EVANGÉLICA BATISTA NOVO TEMPO PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL PARA O QUADRIÊNIO DE 2021 A 2025
A Igreja Evangélica Batista Novo Tempo, com sede localizada na Rua Arco do Triunfo, nº 128 - Rio Sêna, Salvador, Bahia, CEP 40.725-180, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Pastor Presidente o Sr. Valdirino Pinheiro dos Santos, CONVOCA através do presente Edital, todos os membros associados desta Instituição para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na Sede da IEBNT, às 10:00 horas, do dia 09 de maio de 2021, com a seguinte ordem do dia:
ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL - QUADRIÊNIO - 2021 A 2025.
Salvador, 28 de abril de 2021
Valdirino Pinheiro dos Santos - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP - Nº. 0003/2021
O Município de Igaporá - Bahia, por meio do Pregoeiro Oficial, no uso de suas atribuições, torna pública a realização do Pregão Presencial nº. 0003/2021, no dia 11/05/2021, às 09h00, a presente licitação tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de pneus novos, câmaras, protetores e bicos, certificados pelo INMETRO, e serviços de alinhamento, balanceamento e recapagem paga atender os veículos e máquinas pesadas pertencentes à frota do município de Igaporá, conforme especificações e quantitativos constantes do termo de referência do Edital. O Edital completo estará disponível, através de solicitação para o seguinte e-mail: licitacao@igapora.ba.gov.br e no site: www.igapora.ba.gov.br. Igaporá-BA, 27 de abril de 2021. Luis Carlos Neves Souza - Pregoeiro Oficial.

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COMUNICADO DE REMARCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021 - SEINFRA/SIT - BB Nº 869334.
A Pregoeira Oficial da SEINFRA comunica aos interessados em participar da licitação acima referenciada, cujo objeto é a Contratação de serviços comuns de engenharia, para o Fornecimento e Instalação do Sistema de Auxílio à Navegação Aerea - Indicador de Trajetória de Aproximação de Precisão - PAPI, secundário, no aeroporto de Feira de Santana-BA (SDV) com sessão de abertura então designada para o dia 07/05/2021 às 10 h, que fica remarcada para o dia 12/05/2021 às 10h, em razão da publicação em Diário Oficial da União. Outras informações e/ou o Edital e seus anexos podem ser obtidos através do endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br. Os interessados podem entrar em contato através do e-mail: copl@infra.ba.gov.br; telefone (71) 3115-8630 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h na Comissão Permanente de Licitação - CPL - SEINFRA, 4ª Avenida nº 440 - CAB - Prédio Anexo - 1º andar - Ala B, Salvador-BA, 27/04/2021. Ana Paula L. Lopes - Pregoeira Oficial.
SEINFRA

SECRETARIA DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE - SAFTEC. AVISO DE ABERTURA DISPENSA EMERGENCIAL.
A Coordenação de Compras das SAFTEC torna público que está aberto até dia 05/05/2021 o prazo para entrega de propostas, na 4ª Avenida nº 400, 2º andar, Prédio Anexo, CAB - Salvador-BA, CEP 41.145.005, bem como pelo endereço eletrônico saftec.compras@saude.ba.gov.br, para aquisição do medicamento ALPELISIBE, 200MG + 50MG, COMPRIMIDO - 336 UNIDADES, objeto de Dispensa Nº 105/2021, conforme previsão do nº. 59, inciso IV da Lei Estadual nº. 9.433/2005, para atender Determinação Judicial. Os interessados poderão obter informações no endereço citado acima, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h, ou através do telefone: (71) 3115-8375. Salvador, 27 de Abril de 2021. Mª Fernanda Yanase Diretora Administrativa DA/SAFTEC/SESAB.
SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE
SESAB - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
SUAVIS - SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO À SAÚDE
LACEN- LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA PROP. GONÇALO MONIZ
AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 029/2021. Objeto: Aquisição de slide, pipeta, ponteira, e microplaca - COVID-19. Família: 66.40. data: 13/05/2021 às 09:00h, horário de Brasília-DF - Local: site: www.licitacoes-e.com.br - BB nº 869332 - Processo SEI nº 019.577.2021.0001466-69. Os interessados poderão obter o Edital e seus anexos, através dos sites: www.licitacoes-e.com.br e www.comprasnet.ba.gov.br. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na COPEL, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 16:00h, tel: (71) 3116-5089. Salvador, 27 de abril de 2021. Josefa da Silva Lins Bacellar - Pregoeira.
SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE
AVISO DE REMARCAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO ID 867558 - Nº 012/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA HOSPITAL GERAL DE GUANAMBI.
Abertura: 13/05/2021, às 09:00h. Objeto: Aquisição de Medicamentos Insumo Farmacêuticos e Correlatos Sedação COVID para uso no Hospital Geral de Guanambi - HGG. Família: 65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: adao.oliveira@saude.ba.gov.br, telefone: (77) 3451-6000 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h na Rua Dr. José Humberto Nunes, 1700, Bairro Paraíso Guanambi - BA, 26/04/2021. Adão Fernandes de Oliveira - Pregoeiro Oficial.
SESAB

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO / TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2021.
Tipo: Menor Preço - Recebimento das Propostas: Até às 17h:30min do dia: 17/05/2021. Abertura: 18/05/2021 às 14h:30min - Objeto: Recuperação da BA-120, trecho de Santo Estêvão ao Porto Castro Alves, com extensão 9,36 km. Família: 07.19. Local: Comissão Permanente de Licitação - CPL - SEINFRA, Av. Luiz Viana Filho, nº 445 - 4ª Avenida - Centro Administrativo da Bahia - Prédio Anexo - 1º andar - Ala B, Salvador-BA. O Certame será realizado mediante Videoconferência, com acesso através do endereço eletrônico: www.infraestrutura.ba.gov.br/licitacoes ou <https://comprasnet.ba.gov.br/content/ress/5cc3a020-virtual>, em conformidade com a Instrução Normativa SAEB nº 016/2020, ante a situação de emergência, acarretada pela Pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Os interessados poderão obter informações no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12:00h e das 13h30 às 17h30. Maiores esclarecimentos no telefone (71)3115-2174, no site: www.infraestrutura.ba.gov.br e e-mail: cpl@infra.ba.gov.br. Salvador-BA, 27/04/2021. Alexinaldo Negreiros da Silva/Presidente da CPL.
SEINFRA

SECRETARIA DA SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 124/2021, ID: 869216 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 12/05/2021, às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: Aquisição de Medicamento: PRILCACCINA, ESMOLOL, MATINIBE, etc. "REGISTRO DE PREÇO". Família(s): 65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: luciana.chaves@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-8334/3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma VI Lado A Terço, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 27/04/2021. Lucíara de Jesus Chaves - Pregoeiro (a) Oficial.
SESAB



Apesar da recusa na autorização para importação, vacina Sputnik ainda não está descartada

Adenovírus replicante: entenda o problema apontado

Entre outros pontos da recusa da autorização para importação da Sputnik, a Anvisa apontou que um dos vírus vetores da vacina estava se replicando – quando não deveria fazer isso.

A vacina russa usa dois adenovírus como vetores: o adenovírus 5 (Ad5) e o 26 (Ad26). Em humanos, o adenovírus causa resfriados. Os técnicos da Anvisa constataram que, diferente do que seria esperado, o Ad5 havia conseguido se recombinar e recuperar a capacidade de replicação, segundo o G1.

“De forma resumida, a replicação do vetor significa que a Rússia falhou no controle de qualidade da vacina, mas não quer dizer que a Sputnik V deu errado e nem que as pessoas que a recebem podem ficar gravemente doentes”, explicou ao portal o cientista Oscar Bruna-Romero, professor de doenças infecciosas e vacinas no Departamento de Microbiologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Bruna-Romero avalia que, provavelmente, uma pequena quantidade de adenovírus “existiu o tempo todo” na Sputnik V. O vírus replicante em si não é um problema grave – e, sim, qual a frequência em que ele ocorre. O ideal, por exemplo, é que ele não apareça em quantidade suficiente para causar sintomas.

“Uma vacina precisa ter esses vírus muito controlados. Pode ter um [vírus replicante] a cada milhão, mas não pode ter milhares desses vírus, porque você não pode estar imunizando as pessoas com vírus ativos. Mas não seria um problema gravíssimo ter restos dentro da produção disso”, explica o pesquisador.

Quando usam o Ad5 como vetor de uma vacina, os cientistas retiram dele um gene – o E1 – que o torna capaz de replicar o seu material genético. Isso se chama deleção. Com essa deleção, os vírus perdem a capacidade de se replicar em todo tipo de célula – e isso inclui as nossas, explica Oscar Bruna-Romero.

“O errado na vacina Sputnik V é que a Rússia não está explicando adequadamente como faz o controle de qualidade da vacina para que isso não aconteça”, explica Bruna-Romero.

Mas ele frisa que isso não descarta a vacina. “Está com alguns problemas administrativos que realmente precisam ser resolvidos, mas jogar a vacina no lixo seria um desperdício”, avalia.

Anvisa cobra dados para tirar barreira à Sputnik

Vacina Pedidos para uso seguem abertos; governadores e fundo russo reagem

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

O gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Gustavo Mendes Lima, disse ontem ainda haver espaço para a aprovação e liberação da importação da vacina Sputnik V. Na segunda-feira, a agência reguladora rejeitou um pedido de nove estados para a aquisição da vacina, produzida pelo Instituto Gamaleya, da Rússia.

Ao barrar a entrada do imunizante, os diretores da Anvisa alegaram faltar dados técnicos e pendências na documentação apresentada pelo fabricante para verificar se a vacina é segura e eficaz e que, dessa forma, pode trazer riscos à saúde. Além disso, foram apontadas falhas. De acordo com o gerente-geral, a Anvisa pode rever a posição se conseguir acesso às informações técnicas que considera faltantes. Essa mudança pode ocorrer na avaliação de pedidos de importação pendentes da Sputnik.

“Os pedidos de importação excepcional, os

que não definimos ontem [segunda], estão em aberto e também o pedido para autorização para uso emergencial. Então, existe espaço para a entrada [da vacina]. As portas não estão fechadas. Além disso, toda as decisões da Anvisa são passíveis de recurso”, disse Mendes durante audiência na Câmara dos Deputados para debater a situação dos imunizantes no país.

Os pedidos barrados pela Anvisa foram para Bahia, Acre, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Ceará, Sergipe, Pernambuco e Rondônia. Já os que estão pendentes de avaliação são para os estados de Sergipe, Tocantins, Amapá e Pará, e os municípios de Niterói (RJ) e Maricá (RJ). Ao todo, esses pedidos somam 66 milhões de doses, que poderiam vacinar cerca de 33 milhões de pessoas, por meio de duas doses.

Segundo Mendes, a Anvisa detectou, nos lotes apresentados pela empresa, problemas considerados como críticos e relativos a pontos como a caracterização da qualidade da vacina e também a presença de adenovírus com capacidade de reprodução no composto, o que traz riscos à saúde. A tecnologia utilizada na fabricação da Sputnik V é a do adenovírus vetor (veja box).

“O importante é isso: nós não inviabilizamos a vacina que, pela tecnologia e pela proposta que foi apresentada, faz muito sentido científico”, disse. “A tecnologia do adenovírus é amplamente conhecida. Claro que [pelos dados] uma série de ajustes precisam ocorrer”, afirmou.

REAÇÃO

A equipe responsável pela vacina contra a covid-19 Sputnik V reiterou ontem as críticas do CEO do Fundo

Russo de Investimento Direto, Kirill Dmitriev, à decisão da Anvisa. “A decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de adiar a aprovação da Sputnik V é, infelizmente, de natureza política e nada tem a ver com o acesso do regulador à informação ou ciência”, diz um comunicado divulgado no site dedicado à vacina. Em coletiva de imprensa mais cedo, Dmitriev havia acusado os Estados Unidos de influenciar na posição do órgão regulador brasileiro.

Na nota, a equipe responsável pela Sputnik V também afirma que o veredito da Anvisa contradiz uma decisão anterior do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que reconheceu o imunizante como seguro e permitiu que o produto fosse produzido no Brasil.

O governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste, Wellington Dias (PT), reafirmou após uma reunião com o Ministério da Saúde da Rússia a eficácia da vacina Sputnik V e disse esperar que o governo russo e técnicos da agência reguladora do país respondam aos questionamentos feitos pela Anvisa.

“É uma vacina eficaz que tem capacidade de imunização, já aplicada em milhões de pessoas em 62 países do mundo”, disse o governador. Participaram da reunião os governadores das regiões Nordeste e Norte, de estados que compraram juntos cerca de 37 milhões de doses de Sputnik V em março de 2021.

Ainda de acordo com Dias, o Comitê Científico do Consórcio Nordeste expediu na segunda-feira um documento que recomenda aos estados do Nordeste a importação da vacina Sputnik V, mesmo após a rejeição de técnicos da Anvisa.

Os pedidos de importação excepcional, os que não definimos ontem [segunda], estão em aberto e também o pedido para autorização para uso emergencial. Então, existe espaço para a entrada [da vacina]. Gustavo Mendes Lima, Gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa

Tribuna

Contas desaprovadas

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE), em sessão ordinária ontem, desaprovou duas prestações de contas de convênios firmados pela administração estadual com prefeituras municipais e aprovou uma, com ressalvas. Em razão da gravidade das irregularidades, decidiu pela responsabilização financeira do ex-prefeito de Castro Alves, Cloves Rocha Oliveira, no valor de R\$ 14.100,58 (quantia a ser devolvida aos cofres públicos após acréscimo de juros e correção monetária), e pela aplicação de quatro multas, a dois ex-prefeitos, a um prefeito (de Caturama) e ao ex-secretário de Saúde da Bahia, Jorge Solla, no valor total de R\$ 5 mil.

Contestando

Governadores, Rui Costa, da Bahia, à frente, planejam contestar o veto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) à importação da vacina russa Sputnik V por dez estados. A contestação inicial será científica, apresentando mais informações e solicitando um novo parecer. Os governadores querem, inclusive, que técnicos da Anvisa visitem o Instituto Gamaleya, responsável pela produção da vacina, na Rússia. Posteriormente, a contestação pode chegar à Justiça.



Rui Costa

Operação

A Polícia Federal iniciou a segunda fase da Operação Nocivum, para desarticular um grupo criminoso que fraudava benefícios previdenciários na Bahia. Ontem, mandados foram sendo cumpridos na cidade de Dias D'Ávila, região metropolitana de Salvador. A primeira fase foi deflagrada no dia 12 de março, quando dois mandados de busca foram cumpridos. Segundo a PF, essa nova fase foi iniciada a partir da análise do material apreendido na fase anterior. Nesses documentos, a polícia identificou a possível participação de outras pessoas nos crimes investigados.

Presidente assina MPs que reduzem jornada e salário

ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta terça-feira, 27, as duas Medidas Provisórias (MPs) que reúnem o conjunto de medidas trabalhistas para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia de covid-19, incluindo a nova rodada do programa que permite redução de jornada e salários ou suspensão de contratos, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Os textos devem ser publicados na edição do Diário Oficial da União (DOU) desta quarta, 28.

A nova rodada do programa deve permitir pouco menos de 5 milhões de novos acordos, como revelou o Estadão/Broadcast. Projeções recentes apontam potencial de 4,798 milhões de acordos. O crédito extraordinário para bancar a medida será de R\$ 9,977 bilhões, sendo R\$ 9,8 bilhões para o pagamento do benefício emergencial (BEm), que compensa parte da perda salarial do trabalhador que integra o acordo. O benefício médio é estimado em R\$ 2.050,82.

Na semana passada, o Congresso aprovou uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que dispensou a exigência de compensação para gastos temporários, como é o caso do programa de emprego.

Uma das MPs vai focar nas regras da nova edição do BEm, que terá duração de quatro meses, podendo ser prorrogado caso haja disponibilidade de recursos. O pro-

grama deve ser lançado nos mesmos moldes de 2020, com acordos para redução proporcional de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, ou suspensão total do contrato. A adesão continua sendo por acordo e abrange todos os empregadores, com exceção de órgãos públicos, empresas estatais e organismos internacionais. Serão beneficiados também empregados domésticos, empregados com jornada parcial e aprendizes. Para ajudar o trabalhador, o governo pagará o benefício emergencial, calculado sobre o valor do seguro-desemprego a que ele teria direito se fosse demitido (entre R\$ 1.100 e R\$ 1.911,84). Em um acordo para redução de 50%, por exemplo, o empregado recebe 50% do salário da empresa e 50% da parcela do seguro-desemprego.

As negociações individuais valem para os trabalhadores com carteira assinada e que recebem até R\$ 3.300 ou que tenham ensino superior e ganham acima de R\$ 12.867,14. Quem tem salário intermediário também pode negociar individualmente para reduzir 25% da jornada e do salário, mas depende de acordos coletivos, negociados pelos sindicatos das categorias, para alterações mais radicais no contrato. Uma inovação da nova rodada é a previsão de que eventuais pagamentos indevidos e não restituídos pelo trabalhador poderão ser compensados com requerimentos futuros de seguro-desemprego ou abono salarial.

Tribuna

PONTO DE VISTA RAYMUNDO PINTO

Pandemia e manutenção do emprego

Não há dúvida nenhuma de que a pandemia causou uma profunda crise na economia

do nosso país, acompanhando o ocorrido em termos mundiais. Ao lado das providências para debelar a doença, com a solução maior da vacinação em massa, urge serem tomadas medidas governamentais a fim de evitar os efeitos negativos sobre a enorme parcela da população que se costuma classificar como "vulneráveis", ou seja, principalmente aqueles que estão desempregados ou ameaçados de desemprego, bem como os que exercem profissões mais humildes e até os que, sendo pequenos e médios empresários, sofrem bastante com a paralisação de seus negócios por força dos denominados "lockdowns" (paralisação total das atividades não essenciais)

e outras iniciativas limitativas dos governos estaduais e municipais.

Uma solução paliativa com vistas aos que passam até fome por falta de trabalho foi encontrada no ano passado com o auxílio emergencial, a princípio de R\$ 600,00 mensais, mas depois reduzido para R\$ 300,00. Encerrado o programa no final dezembro/20, não se aprovou a sua continuidade de imediato e só mais recentemente voltou-se a cogitar da renovação, baixando-se, mais uma vez, o valor (fala-se na média de R\$ 250,00). Este articulista, em trabalho publicado aqui mesmo na Tribuna em 14 de abril p.p., sustentou ser essencial que a ajuda retorne, mesmo sendo a quantia insuficiente.

Sem abandonar a vacinação obrigatória e outros combates à proliferação da covid-19 – máscara, álcool em gel, isola-

mento social, evitar aglomerações, entre outros – gostaria de salientar a necessidade de proteger os que ainda estão empregados e temem perder a colocação, porque as pequenas e médias empresas, suas empregadoras, entraram em séria crise financeira em consequência direta dos prejuízos decorrentes da pandemia. Nesse ponto, registre-se que, no ano passado, funcionou de modo favorável a experiência criada a partir da Medida Provisória 936/20, que instituiu o Programa de Preservação do Emprego e da Renda. De acordo com as regras, o governo federal, utilizando recursos do seguro-desemprego, comprometeu-se a pagar ao empregado, durante a suspensão do contrato de trabalho, 100% do que ele perceberia se estivesse, de fato, desempregado. A mesma legislação previa ainda, também com recursos do seguro-desemprego, a hipótese de redução da jornada pela empresa, ficando o governo obrigado a pagar uma complementação de 30%, 50% ou 75%, a depender do grau de redução da jornada acertado entre as partes do contrato de

trabalho. O referido Programa tinha duração limitada e encerrou em dezembro do ano findo.

Uma boa notícia surgiu há poucos dias, quando o Sr. Bruno Bianco, secretário do Ministério da Economia, em entrevista coletiva à imprensa, anunciou que o presidente da República decidiu que a necessária medida de proteção ao emprego vai voltar no corrente ano, acrescentando que tomará por base igual modelo adotado antes. O custo estimado é de 10 bilhões (custo mais de 30 bilhões o anterior). Lamenta-se que a providência tardou, pois já decorreram quatro meses desde o início do ano sem nenhuma proteção aos que ainda têm a felicidade de conservar seus empregos, embora estejam ameaçados. Fica a torcida de que, na prática, a medida cumpra o mesmo êxito da similar experiência anterior.

Raymundo Pinto,
desembargador aposentado do
TRT, é escritor, membro da
Academia de Letras Jurídicas da
Bahia e da Academia Feirense de
Letras. racpinto@uo.com.br.

Tribuna

Guedes demite secretário da Fazenda após embates em torno do Orçamento

O ESTADO DE S. PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, demitiu Waldery Rodrigues do cargo de secretário especial da Fazenda, após embates na sanção do Orçamento. Para seu lugar, o escolhido foi o atual secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Na hierarquia do Ministério da Economia, o Tesouro Nacional é ligado à Secretaria Especial da Fazenda.

A saída de Waldery do cargo vem depois de uma série de embates em torno da sanção do Orçamento

de 2021, que sofreu um veto de R\$ 19,8 bilhões em despesas e um bloqueio adicional de R\$ 9,3 bilhões.

A área comandada por ele foi uma das mais ferrenhas defensoras do ajuste no Orçamento por conta da maquiagem em despesas obrigatórias, como os benefícios previdenciários, uma visão contrária à do Congresso, de que a peça poderia ser sancionada integralmente.

Segundo relatos feitos à reportagem, Waldery queria ficar no cargo até junho, mas o Orçamento mostrou a necessidade de antecipar uma mudança que já estava no radar. A condução do processo pelo atual secretário foi muito criticada pela ala política, mas o trabalho

de Waldery também costuma ser alvo de outras áreas dentro do Ministério da Economia, que reclamam que as decisões importantes "travam" na Fazenda.

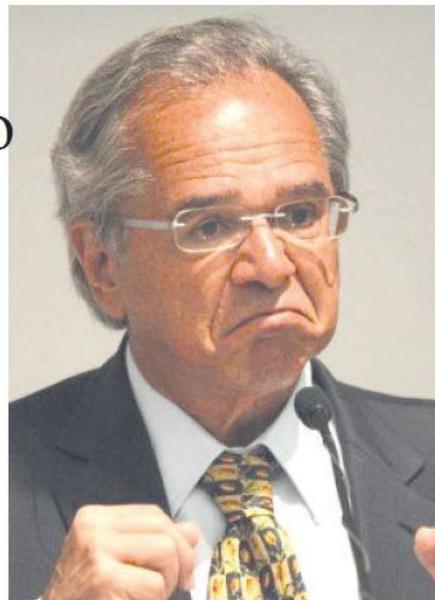
O atual secretário especial de Fazenda já esteve na mira do presidente Jair Bolsonaro no ano passado, quando defendeu congelar aposentadorias e mexer no seguro-desemprego para liberar recursos ao Renda Brasil, como era chamada a proposta de reformulação dos programas sociais. Na época, Bolsonaro ameaçou dar "cartão vermelho" a Waldery e já chegou a pedir a cabeça do secretário.

Desde aquela época, o secretário silenciou e evitou polêmicas. Na coletiva sobre o Projeto de Lei de Di-

retrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, ele evitou falar sobre o impasse até então sem solução em torno do Orçamento de 2021 - as perguntas sobre o tema foram censuradas pelo Ministério da Economia.

Para o lugar de Funchal no Tesouro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pode buscar um nome dentro da própria pasta. Jeferson Bittencourt, assessor especial de Relações Institucionais e funcionário de carreira, é cotado para assumir o cargo.

Funchal assumiu o Tesouro em julho de 2020, após a saída de Mansueto Almeida. Antes, ele foi diretor de programa na própria Secretaria Especial da Fazenda.



Tribuna

Mercado imobiliário continua em alta na Bahia

Volume de vendas e lançamentos residenciais cresceu em todo o estado, mesmo diante da pandemia

LILY MENEZES
ESTAGIÁRIA

Mesmo em meio à maior crise sanitária da história do país, o setor de imóveis apresentou números animadores durante o primeiro trimestre de 2021. Foi o que revelou a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA) na pesquisa divulgada em primeira mão durante o evento "Panorama Econômico 2021", realizado de forma virtual nesta terça-feira (27) com apoio da ACT Investimentos, representante da XP na Bahia. Na comparação com o mesmo período de 2020, a Bahia registrou um aumento nas vendas de 31% nas unidades residenciais: foram 2188 negócios concretizados, contra 1667 alcançados no ano passado. Em Salvador, o aumento foi maior: as transações saltaram de 689 para 1044.

MAIS LANÇAMENTOS

"O boom imobiliário que nós vivemos foi fora das nossas expectativas", afirmou Pedro Mendonça, dire-

tor técnico da Ademi-BA. Para ele, o crescimento nas vendas aconteceu através de uma demanda repressada por conta da pandemia. Os lançamentos realizados pelas incorporadoras favoreceram os números de forma significativa: até março deste ano, foram 1396 unidades residenciais lançadas na Bahia, um aumento de 41% em relação a 2020. Em Salvador, o número de lançamentos dobrou: se no ano passado foram 250, nos três primeiros meses deste ano já são 516 (+107%). O programa Minha Casa, Minha Vida, instituído pelo Governo Federal, ajudou a avançar os negócios.

NOVOS RECORDES

Em Salvador, o subsídio representa 70% das unidades residenciais vendidas; as 30% restantes correspondem ao crédito imobiliário com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Na Bahia, os percentuais são de 82% e 18%, respectivamente. "O mercado do (programa) Minha Casa Minha vida reagiu rapidamente", analisou Mendonça. Ainda assim, Pedro sinalizou uma carência



IMÓVEIS Segundo levantamento Datastore, mais de 12 milhões de famílias brasileiras pretendiam comprar algum imóvel no começo da pandemia

de unidades disponíveis no mercado. A expectativa é de que haja mais lançamentos para suprir a demanda, especialmente na modalidade SBPE, que "vende tudo e vende rápido". O especialista acredita que será batido um novo recorde de vendas em 2021, se o ritmo de crescimento se mantiver nos níveis atuais.

MELHORIAS

Para Marcus Araujo, fundador da Datastore, a demanda por moradia não encolheu com o momento complicado atravessado pelo Brasil. No levantamento organizado pela companhia, notou-se que 12,5 milhões de famílias pretendiam comprar imóveis no começo da pandemia. Entre março e abril,

quando foi declarado o estado de emergência sanitária mundial, a intenção despençou, e voltou a se aquecer a partir de julho. "A demanda imobiliária persiste", declarou. Araujo acredita que o isolamento social teria motivado uma procura maior. "Não tem shopping, não tem jantar, então não se gasta com nada. Então, o cidadão vai

melhorar o lugar onde ele está". Mensalmente, 82 mil famílias possuem interesse em adquirir imóveis; se esta média continuar, o mercado imobiliário poderá se deparar com a demanda mais alta da história do Brasil. "A perspectiva é de termos um ano melhor do que o de 2020".

MUDANÇAS

O CEO da Datastore acredita numa nova tendência de moradia: a re-interiorização. Com a adaptação ao trabalho e estudo remoto, mais de um milhão de famílias considera sair das grandes cidades, e 802,3 mil pessoas que residem temporariamente nas regiões litorâneas desejam fazer uma morada permanente. Este público que anseia por morar longe das aglomerações urbanas, seja por uma melhor qualidade de vida ou com a perspectiva de permanência de circulação do novo coronavírus, representa 15,6% dos interessados em adquirir imóveis. Apesar disso, as cidades ainda são a maior demanda do mercado imobiliário: 84,6% das famílias pretendem se adaptar ao "novo normal" e permanecer onde estão.

Tribuna

Operação mira quadrilha que fraudou R\$ 10 mi

Polícia Federal deflagrou a operação Nocivun, que visa desarticular grupo que fraudava benefícios previdenciários

CLEUSA DUARTE
REPORTER

A Polícia Federal, em ação conjunta com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, deflagrou na manhã de ontem, (27), a segunda fase da Operação Nocivun. O objetivo é desarticular um grupo criminoso que fraudava benefícios previdenciários na Bahia. A nova medida judicial foi executada em Dias D'Ávila. O valor do prejuízo com as fraudes já supera os R\$ 10 milhões, relativos a cerca de 100 benefícios previdenciários suspeitos.

Na primeira fase, as medidas judiciais foram cumpridas em 12/3/2021, ocasião em que foram executados dois mandados de busca e apreensão, nas cidades de Salvador e Camaçari, quando foi apreendido vasto material com indícios de crime.

Com a análise do material apreendido na primeira etapa foi identificada, a possível participação de outras pessoas nos crimes investigados, razão pela qual foi solicitado e deferido pela Justiça Federal, nova medida judicial, a qual foi executada ontem, no município de Dias D'Ávila.

A investigação apura originalmente o "derrame" de documentos falsos junto à APS de Camaçari, em espe-



INVESTIGAÇÕES

Mandados judiciais foram cumpridos no município de Dias D'Ávila, na RMS

cial a falsificação de documentos utilizados para comprovar, falsamente, a exposição de trabalhadores a agentes nocivos à saúde, tais como, produtos químicos, ruídos, calor etc.

Através disso, os envolvidos conseguiram obter a conversão do enquadramento de atividade especial para comum, com a consequente redução do tempo de trabalho necessário para a obtenção da aposentadoria.

O valor do prejuízo com as fraudes já supera os R\$ 10 milhões, relativos a cerca

de 100 benefícios previdenciários suspeitos, números estes que ainda poderão sofrer alterações.

Eventuais envolvidos dessa nova fase da investigação responderão, assim como os anteriormente já identificados, por diversos crimes, dentre eles: integrar associação criminosa (art. 288 do CPB), estelionato previdenciário (art. 171, §3º do CPB), falsificação de documento público (art. 297 do CPB), uso de documento falso (art. 304 do CPB), com penas que, se somadas, po-

dem chegar a mais de 25 anos de prisão.

Na primeira fase da operação o objetivo era desarticular o grupo criminoso que fraudava benefícios previdenciários, utilizando documentação falsa. Com o avançar das investigações outras questões foram reveladas e culminaram com deferimentos de novos mandatos cumpridos hoje (ontem). Foram apreendidos documentação usada na fraude, celular, HD e documentos de terceiros", relata o delegado da Polícia Federal Marcelo Siqueira.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/04/2021	



Bolsa Presença destina R\$ 280 milhões para famílias de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica

27 abril 2021



Foto: Luiz Carrera/SECBA

O Programa Bolsa Presença, do Governo do Estado, destinará cerca de R\$ 280 milhões a 311 mil famílias de estudantes da rede estadual de ensino, em condições de vulnerabilidade socioeconômica. O crédito de R\$ 150 por família começou a ser utilizado, nesta terça-feira (27), e as famílias estão usando os recursos para a aquisição de produtos como gêneros alimentícios e remédios. Ao todo, o Bolsa Presença alcançará 357 mil estudantes e tem o objetivo de apoiar financeiramente as famílias, contribuir para evitar o abandono escolar e fortalecer a aprendizagem.

A família da dona de casa Maria Neide de Jesus tem cadastro no CadÚnico e é uma das beneficiadas. Ela foi acionada para pegar o cartão do Bolsa Família pela direção do Colégio Estadual Ministro Aliomar Baleeiro, em Salvador, onde a filha Sophia Grazielle, 16 anos, estuda. Maria Neide, que já trabalhou como ajudante de cozinha e auxiliar de serviços gerais, contou que está desempregada e logo no primeiro dia foi usar o crédito do Bolsa Presença.

“O auxílio é uma grande ajuda, porque com a pandemia está tudo difícil. Veio na hora certinha. Na minha lista de compras tem feijão, arroz, macarrão, leite, massa de cuscuz e carne”, afirmou, ao acrescentar que boa parte dos recursos serão usados para esta finalidade.



Sophia Grazielle e Maria Neide de Jesus – Foto: Luiz Carrera/SECBA

Moradora do bairro de Pernambués, Sophia Grazielle reside com a mãe e uma das irmãs. Além do Bolsa Presença, a estudante também recebe R\$ 55 por parcela do Vale-alimentação Estudantil. Para Sophia, os benefícios do Bolsa Presença vão além da sua família. “Em minha casa são três pessoas e minha mãe está sem trabalho. O dinheiro ajuda neste momento de dificuldades e percebemos que a economia é movimentada, já que está tudo parado, porque quando sai o crédito as famílias vão comprar o que estão precisando e isso ajuda a todos”.

O benefício de R\$ 150 do Bolsa Presença é por família, mas o aluno pode acumular com os demais benefícios que recebe, ou seja, os R\$ 55, por parcela, do Vale-alimentação Estudantil e os R\$ 100 se for monitor do programa Mais Estudo. A soma destes três programas representa um investimento do Governo do Estado superior a R\$ 410 milhões.

Além de a família estar cadastrada no CadÚnico, as condições para que o aluno matriculado receba o auxílio Bolsa Presença são: assiduidade nas aulas ministradas pela unidade escolar em que esteja matriculado, com frequência mínima de 75%; participação do estudante e da sua família nas atividades e avaliações escolares; desenvolvimento do projeto de vida e intervenção social; e manutenção atualizada dos dados cadastrais na unidade escolar e no CadÚnico.

Consulta

A Secretaria da Educação do Estado (SEC) disponibilizou um link para a consulta sobre o direito ao Programa Bolsa Presença. A consulta pode ser feita por meio do [sistema SIADIANTE](#), da SEC. Quem não tem acesso à internet poderá ligar para a escola e solicitar a consulta no sistema.

Fonte: Ascom/Secretaria da Educação do Estado

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/04/2021	



Economia criativa movimentada R\$ 7,9 bilhões na Bahia

27 abril 2021



Foto: Camila Souza/Arquivo GOVBA

A economia das atividades criativas e culturais na Bahia gerou em 2018 quase R\$ 8 bilhões no total da economia baiana correspondendo a 3,2% do Valor Agregado ao PIB estadual. Essas são informações do recém disponibilizado estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) sobre economia criativa no estado.

O estudo seguiu a metodologia formulada pela Unesco e referendada pelo IBGE que define um campo de atividades que compõe o segmento da economia criativa na Bahia de acordo com três domínios principais: Atividades Culturais (festas e celebrações, editorial, audiovisual, produção artística, equipamentos culturais, música e artesanato), Criações Funcionais (arquitetura, publicidade e design) e Criações Relacionadas (gastronomia, atividades comerciais, de tecnologia da informação, industriais e pesquisa e desenvolvimento).

Segundo a coordenadora do estudo, Carlota Gottschall, “o trabalho foi elaborado com base no banco de dados do IBGE e do Ministério da Economia, a partir dos Códigos Nacional de Atividades Econômicas – CNAE referentes à economia criativa, se constituindo em um importante indicativo dos segmentos geradores de riquezas e de oportunidades de trabalho para o mercado criativo baiano. Outro mérito deste trabalho é o de servir como referencial para avaliar os impactos da crise sanitária da Covid 19. Em função da disponibilidade de dados, a série histórica trabalhada abrange o período entre 2011-2018/2019, por conseguinte poder-se-á observar o comportamento do segmento criativo antes e depois da pandemia”.

Os dados apontam que as Atividades Culturais respondem por 25% do valor agregado gerado pela economia criativa. Os segmentos que mais se destacaram foram: Festas e Celebrações (45%), Audiovisual (24%) e Produção Artística (16%). Do ponto de vista do mercado de trabalho, 1,7% do total de ocupados na Bahia atuam no conjunto dos segmentos criativos.

Para a diretora de Economia da Cultura da Superintendência de Promoção Cultural da Secretaria de Cultura do Estado (Secult), Roseane Patriota, “conhecer os dados da economia criativa na Bahia se faz indispensável à formulação de políticas públicas para o setor, que comprovadamente contribui de forma importante ao Valor Agregado ao PIB da Bahia, conforme demonstrado no estudo publicado pela SEI. Acrescenta que o estudo é fruto de um Termo de Cooperação entre a SEI e a SecultBA, que visa a construção sistemática de informações sobre os indicadores culturais da Bahia. Este é o primeiro boletim e outros estão sendo discutidos pela parceria”.

O Boletim de Economia Criativa na Bahia 2021 está disponível [neste link](#). Para ampliar o debate acerca das temáticas relacionadas à cultura na Bahia, a SEI disponibiliza no seu [site](#) uma aba sobre a temática Cultura, que além do estudo lançado, Boletim de Economia Criativa na Bahia 2021, contempla estudos relacionados a festas culturais, como, Efeitos do Des-Carnaval 2021 e das Festas de Verão para a Economia Soteropolitana. dentre outros que serão divulgados posteriormente pela instituição. **Fonte: Ascom/SEI**

Veículo: Gov Bahia	
Data: 27/04/2021	



Usina sucroalcooleira vai gerar mais de mil empregos em Santa Maria da Vitória e Jaborandi

27 abril 2021



Foto: Divulgação

A Oeste Refinaria vai implantar uma área agrícola destinada à plantação de cana-de-açúcar e uma unidade industrial sucroalcooleira para a produção de açúcar cristal, etanol anidro, etanol hidratado e energia elétrica, no município baiano de Santa Maria da Vitória. A empresa também vai instalar uma unidade de beneficiamento de açúcar (açúcar refinado e cristal), no município de Jaborandi. Juntas, as unidades devem investir até R\$ 389,5 milhões e gerar mais de mil empregos. O compromisso foi firmado via protocolo de intenções, assinado com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), na última semana. O empreendimento deve iniciar as operações no segundo semestre deste ano.

“A Bahia conta com cinco usinas sucroalcooleiras em atividade – a Agrovale, em Juazeiro, a Santa Maria, em Medeiros Neto, Santa Cruz Açúcar e Álcool, em Santa Cruz Cabralia, e a Bio Energética, no Vale do Paracatu. Essa nova usina vem para somar ao potencial sucroenergético do estado, que já conta com uma usina do Grupo Paranhos em Implantação, em Muquém do São Francisco, e outra do Grupo Bevap em vias de instalação, compondo nosso Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco”, destaca o vice-governador João Leão, titular da SDE.

A instalação, no município de Jaborandi, da unidade de beneficiamento de açúcar, prevê investimentos de R\$ 9,5 milhões, com capacidade de produção de 50 mil toneladas por ano e geração de 75 empregos diretos e 150 indiretos e mais 896 na atividade agrícola. Já a implantação da área agrícola será voltada à plantação de cana-de-açúcar e unidade industrial sucroalcooleira para a produção de açúcar cristal, etanol anidro, etanol hidratado e energia elétrica, no município de Santa Maria da Vitória. A previsão é que a capacidade de produção seja de 56,2 mil kg/ano de açúcar cristal, 45,1 mil l/ano de etanol e 70 mil MWh/ano de eletricidade. Além de gerar 224 empregos diretos na unidade industrial sucroalcooleira.

“No início, a empresa funcionará em imóvel alugado, mas há previsão para que as obras da sede própria iniciem em 2022. A implantação da Oeste Refinaria promoverá 896 postos de trabalhos diretos na atividade agrícola e 224 empregos diretos na unidade industrial sucroalcooleira, também trará um grande aumento na produção de açúcar cristal e refinado, não só para a região onde será instalada, mas para todo o estado da Bahia”, explica Mundim.

De acordo com o sócio da Oeste Refinaria, Gustavo Mundim, quando houver a estabilização da unidade serão produzidos 56,2 mil kg de açúcar, 21,9 mil litros de etanol anidro, 23,2 mil litros de etanol hidratado e 70 mil Megawatt/hora (MWh) de eletricidade cogenerada, sendo 45 mil MWh vendidos para distribuidoras de energia no mercado livre e o restante para consumo próprio da usina. Já a área agrícola, será destinada à plantação de cana-de-açúcar, com capacidade de produção estimada em 56,2 mil kg por ano.

Fonte: Ascom/ SDE

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/04/21	



GOVERNO RETOMA HOJE ACORDOS PARA REDUZIR SALÁRIOS



admin 28 Abril, 2021

O programa do governo que permite suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada e salários voltou, e as empresas já podem aderir às medidas a partir de hoje.

Foi publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira (28) a Medida Provisória 1.045, que permite reduções de jornada e salário de até 70%, com compensação parcial pelo governo na remuneração dos trabalhadores.

O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta terça-feira essa medida, que vai funcionar nos moldes da MP 936, permitindo ainda a suspensão dos contratos de trabalho por até 120 dias.

Segundo O Globo, além disso, uma outra MP, a 1.046, permitirá às empresas adiar o recolhimento do FGTS e antecipar férias dos trabalhadores. O objetivo é preservar empregos em meio à crise provocada pela pandemia.

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/04/21	



CRISE NA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA BAIANA PODE GERAR UMA PERDA DE MAIS DE 30 MIL EMPREGOS



admin 28 Abril, 2021

A pandemia do Coronavírus ocasionou uma devastação em vários setores da economia e na indústria não foi diferente. Segundo estimativas da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), a indústria petroquímica baiana pode sofrer uma redução de 20% da capacidade de produção, o que acarretará na perda de 33 mil empregos e de R\$ 325,2 milhões na arrecadação de impostos.

Mesmo com uma retração menos drástica, de 5%, estima-se uma eliminação de 8 mil empregos e de R\$ 81,3 milhões em arrecadação anual em meio a uma crise provocada pela pandemia do coronavírus. Em todo o Brasil, o fim do Reiq pode colocar em risco até 80 mil postos de trabalho, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), que calcula também o impacto de R\$ 7,5 bilhões em produção.

O regime especial para o setor foi instituído pela Lei nº 12.859, de 10 setembro de 2013. A ideia era garantir maior competitividade ao setor químico por meio da desoneração das alíquotas de PIS e Cofins incidentes sobre a compra de matérias-primas petroquímicas. Naquele momento, assim como agora, o setor enfrentava forte concorrência internacional, em particular a americana, que ressurgiu com força após a exploração do gás de shale.

Atualmente, as alíquotas do Reiq de PIS e Cofins são de 3,65% e sem o programa serão elevadas para 9,75%. De acordo com a Abiquim, o setor químico brasileiro opera com um baixo nível de utilização da capacidade instalada. Em 2020, utilizou 72% dos seus equipamentos. Por outro lado, os produtos importados representam 46% do mercado nacional e a situação deve ser agravada com a extinção do regime especial.

“Vou te dar um caso bem particular, a Copenor fabricava metanol, uma matéria-prima importante para várias empresas no Polo de Camaçari, mas como não conseguia ser competitiva com produtos importados, optou por parar de produzir e importar o produto”, lembra Roberto Fiamenghi, presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, Petroquímicas e de Resinas de Camaçari, Candeias e Dias D’Ávila (Sinpeq). “Como não podia competir com os produtos importados, optou por se tornar uma importadora e ganhar com a comercialização. É o que pode acontecer de maneira mais frequente”, avisa. Nestes processos, perderam-se 42 postos de trabalho indiretos. (Correio)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 28/04/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 28 de Abril de 2021 - 11:01

CTNBio vê segurança e 'potencial de imunização' da Sputnik; Vilas-Boas aponta 'contrassenso'

por **Jade Coelho**

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou e classificou como segura a vacina russa contra a Covid-19 Sputnik V, desenvolvida pelo Instituto Gamaleya, entidade pública da Rússia. A conclusão da análise foi divulgada pela CTNBio na segunda-feira (26), o presidente da entidade, Paulo Barroso, expôs as conclusões em uma transmissão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) disponibilizada no YouTube.

De acordo com Barroso, o CTNBio avaliou com cautela e concluiu um processo longo de análise que concluiu, por unanimidade, que a vacina Sputnik V é segura e possui "grande potencial de imunização", assim como a vacina de Oxford e a Coronavac, que já vem sendo utilizadas no Brasil.

Os dados da Sputnik V foram analisados por um colegiado de cientistas do CTNBio formado por 54 membros doutores que avaliam tecnologias geneticamente modificadas sob diferentes aspectos. A equipe também analisou a segurança das vacinas da Astrazeneca/Oxford/Fiocruz e da Sinovac/Butantan. O CTNBio não avalia a eficácia da vacina, mas a segurança dela. Foi observada a aprovada nesse quesito o vetor usado no imunizante, que no caso da Sputnik V é o adenovírus que correspondem ao princípio ativo da vacina (IFA).

A Sputnik V usa dois adenovírus humanos, a primeira dose com um tipo e a segunda com outro tipo. "Avaliamos todos os aspectos. A qualidade da expressão; se os vetor, que são os adenovírus, seriam seguros; se havia sido de fato retiradas as sequências que permitem a multiplicação desse adenovírus [...]; também avaliamos eventual escape dele para o meio ambiente e consequência disso; e a segurança em relação a outros aspectos da vacina humana", explicou Paulo Barroso.

As conclusões do CTNBio foram compartilhadas pelo secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas. O gestor fez comentários em tom de indignação com a Anvisa. Nesta semana a agência analisou a solicitação de uso da Sputnik V e concluiu que a vacina não atende critérios de confiabilidade ([leia mais aqui](#)).

Na visão de Vilas-Boas, é um contrassenso a Anvisa dar um parecer e o CTNBio outro. "A CTNBio só avalia segurança, não avalia a eficácia (que fica a cargo da Anvisa). Sendo a segurança, o principal ponto questionado da Sputnik V, aqui temos uma certificação do Governo Federal, válida em todo o país, garantindo a segurança da vacina", disse Vilas-Boas no Twitter. "É um contrassenso. A Anvisa diz que a vacina não é segura e a comissão do governo responsável por atestar a segurança de produtos como esse, diz o oposto", completou o secretário.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 27/04/2021	Caderno: Notícias



Terça, 27 de Abril de 2021 - 21:00

Atraso devido à seca faz safra de cana começar com queda na produção de açúcar e etanol

por Marcelo Toledo | Folhapress

A seca que atingiu as lavouras de cana-de-açúcar no decorrer do ano passado e atrasou o início da moagem neste ano em parte das usinas fez com que a safra 2021/22 iniciasse com queda na moagem de cana e na produção de açúcar e etanol.

Até agora, 147 usinas iniciaram a safra, ante 180 que estavam em produção no mesmo período da safra passada, de acordo com a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

Com a seca que atingiu não só as lavouras de cana em 2020, a planta não se desenvolveu adequadamente e usinas retardaram a colheita na expectativa de que ela crescesse um pouco mais e reduzisse o prejuízo em sua formação.

Mas, conforme o primeiro levantamento da Unica sobre a safra 2021/22, o ATR (Açúcar Total Recuperável), que é a soma dos açúcares da planta, usados para a produção de etanol e açúcar, teve piora em sua qualidade no início da colheita.

O nível de ATR nos primeiros 15 dias de abril foi de 108,7 quilos por tonelada de cana, ante os 112,8 quilos da safra 2020/21, encerrada no último dia 31. A redução foi de 3,6%.

A pior qualidade da matéria-prima, aliada à redução no total de usinas que iniciaram a moagem, fez com que fossem processadas 15,63 milhões de toneladas de cana na primeira quinzena de abril, ante as 22,5 milhões do mesmo período na safra passada, ou 30,6% menos. Isso fez com que a produção de açúcar alcançasse apenas 624,1 mil toneladas, o que representa uma retração de 35,8%, e a de etanol, 730,5 milhões de litros (-25,9%).

Diretor técnico da Unica, Antonio de Padua Rodrigues disse que o clima mais seco de 2021 tem favorecido a colheita -já que, quando chove, máquinas não conseguem entrar nos canaviais-, mas o menor número de usinas em operação fez com que a moagem fosse menor.

"O longo período de chuvas abaixo da média histórica tem prejudicado o desenvolvimento na lavoura e criou estímulos para que as usinas adiassem o início da safra. Muitas empresas planejavam começar em março, mas observamos um atraso médio em torno de 10 dias nessa programação", disse.

A previsão da entidade é que outras 60 usinas estejam em operação até o final do mês.

Apesar da redução na produção, as usinas venderam 19,5% mais etanol na primeira quinzena de abril em relação ao mesmo período do ano passado, quando o país teve fortes restrições na mobilidade devido à pandemia.

A safra 2020/21 encerrou com recuo de 8,7% na produção de etanol, devido às restrições de circulação provocadas pela pandemia da Covid-19, e aumento de 43,73% na fabricação de

açúcar.

A safra teve moagem total de 605,4 milhões de toneladas, terceiro maior volume dos últimos dez anos, 2,56% superior às 590,36 milhões de toneladas da safra 2019/20.

No total, 46,07% da cana moída teve como destino a fabricação de açúcar, impulsionada pelos bons preços no mercado externo e pela redução da demanda de etanol no mercado interno.

Embora a maior parte da cana, 53,9%, tenha sido usada para produzir etanol, a diferença caiu em relação à safra 2019/20, quando 34,32% da cana teve como objetivo fazer açúcar, o menor percentual dos últimos 23 anos.

Veículo: bahia.ba	
Data: 28/04/21	

bahia.ba

ECONOMIA

Publicado em 28/04/2021 às 08h37.

CNI: 71% acreditam em recuperação da economia somente a partir de 2022

Segundo pesquisa, brasileiro está pessimista e cortando mais despesas



Foto: divulgação Fecomércio-BA

As expectativas da população brasileira para a retomada da economia não são muito animadoras, muito pela lentidão da campanha de vacinação e um recrudescimento da pandemia de Covid-19.

Um levantamento feito pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostrou que 7 em cada 10 brasileiros dizem acreditar que a economia irá se recuperar só a partir de 2022.

Quando a mesma pergunta foi feita em julho do ano passado, 61% responderam que a economia brasileira deve se recuperar dos efeitos da Covid-19 em até dois anos ou mais.

“Só a imunização em massa da população vai recolocar o Brasil no caminho da retomada da economia”, disse Robson Braga de Andrade, presidente da entidade.

Os dados apontam que 83% dos entrevistados consideram o ritmo de vacinação no país lento ou muito lento e 21% dizem acreditar que serão vacinados apenas no ano que vem, segundo informações da Folha de S.Paulo.

Andrade, da CNI, ressalta que é preciso avançar na execução do Plano Nacional de Imunização, respeitando a ordem dos grupos prioritários, para que a população consiga recuperar a confiança.

O levantamento, feito em parceria com a FSB Pesquisa, aponta também o impacto da crise provocada pela pandemia nos salários, seja de quem tem carteira assinada ou não.

FOLHA DE S.PAULO



GOVERNO BIDEN ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MUNDO/GOVERNO-BIDEN](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/governo-biden))

Biden quer reverter os cortes fiscais concedidos por Trump aos mais ricos

Plano de US\$ 1,8 trilhão será financiado com fim de benefícios fiscais adotados por Trump

28.abr.2021 às 7h06

WASHINGTON | AFP O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, deseja reverter os cortes fiscais que seu antecessor Donald Trump concedeu aos mais ricos para financiar um plano de gastos para beneficiar a classe média, informou nesta quarta-feira (28) uma fonte do governo.

Biden aproveitará discurso no Congresso programado para esta noite para revelar seu "Plano para as Famílias Americanas", de US\$ 1,8 trilhão, que será financiado com o fim de benefícios fiscais adotados por Trump e das brechas que permitem aos mais ricos pagar menos, afirmou a mesma fonte.

"O presidente vai propor uma série de medidas para assegurar que os mais ricos paguem os impostos correspondentes, resguardando ao mesmo tempo que ninguém que receba menos de US\$ 400 mil por ano sofra um aumento de impostos", afirmou um alto funcionário do governo, que pediu anonimato.

O plano vai exigir a aprovação de um Congresso dividido, com uma leve maioria democrata, mas que não garante a tramitação dos projetos.



Joe Biden, presidente dos EUA - Brendan Smilwski/AFP

Um dos eixos é o investimento na educação da pré-escola, creches, ensino superior e outras questões pontuais que, segundo o governo, representam a base para a reconstrução da classe média do país.

O projeto vislumbra um corte fiscal de US\$ 800 bilhões para as pessoas de baixa renda, além de um US\$ 1 trilhão para investimentos.

Para o alto funcionário, o plano vai gerar uma "economia forte e inclusiva para o futuro".

Para o governo, o objetivo dos cortes fiscais é reduzir a pobreza infantil e diminuir o preço das creches, para permitir que as mulheres permaneçam na força de trabalho.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

O plano provavelmente será rejeitado pelos republicanos no Congresso, mas a Casa Branca acredita na aprovação com o potencial apoio e pressão dos eleitores.

Com a reforma, os mais ricos pagariam uma taxa de imposto de renda de até 39,6%, o que acabaria com o corte aprovado por Trump.

O plano também pretende acabar com as brechas e isenções fiscais para a renda de capital, o que permitirá arrecadar bilhões de dólares, segundo a Casa Branca.

Para o governo, a medida será suficiente para pagar os quase US\$ 2 trilhões de gastos do programa de 15 anos, que pretende, segundo a administração democrata, tornar o país mais justo.

"Estas reformas pretendem fundamentalmente tornar mais justo o código fiscal", disse a fonte da Casa Branca.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

poder

COMO CHEGAMOS AQUI?

Principal argumento para expandir o escopo da CPI da Covid e tirar um pouco do foco no governo Jair Bolsonaro, as suspeitas de irregularidades no uso de recursos da União a estados e municípios provocaram quase 80 ações da Polícia Federal de um ano para cá — o número inclui fases diferentes de uma mesma operação. Muitas vezes, as investigações foram iniciadas a partir de apurações de outro órgão federal, a Controladoria-Geral da União.

FOLHA EXPLICA

Entenda as suspeitas sobre repasses a estados e municípios na pandemia

Desde abril de 2020, Polícia Federal fez quase 80 ações contra desvios de recursos no combate à Covid; tema está no alvo da CPI



O governador afastado do RJ, Wilson Witzel, em pronunciamento Domingos Peixoto - 26.mai.20/Ag. O Globo

NA MIRA DA CPI

José Marques

SÃO PAULO Grande parte das operações da PF que investigaram as suspeitas de irregularidades no uso de recursos transferidos pela União para combater a pandemia teve como alvos gestores de municípios, integrantes de secretarias de saúde e empresas contratadas pelas administrações, mas algumas também envolveram governadores.

É o caso da operação que levou ao afastamento de Wilson Witzel (PSC RJ), além do pedido da PF ao STJ para indiciar Helder Barbalho (MDB-PA).

Ambos criticavam a condução do combate à pandemia pelo governo federal e negam as suspeitas de irregularidades que pesam contra eles.

O governador Wilson Lima (PSC AM) também foi alvo de operação e, na véspera da instalação da CPI, denunciado pelo Ministério Público Federal. Ele nega irregularidades. As transferências federais a estados e municípios foram feitas por meio de medidas como a lei complementar 173, de 2020, que destinou auxílio da União de R\$ 60 bilhões.

Desses, R\$ 10 bilhões eram destinados exclusivamente às áreas de saúde e assistência social. O restante servia para mitigar os efeitos financeiros causados pela pandemia.

Houve outras transferências, como uma recomposição de valores destinados aos fundos de participação dos estados e municípios, além de recursos do Ministério da Saúde.

Ao mesmo tempo, no início da pandemia foi reconhecida

emergência de saúde pública, o que facilitou, até o fim de 2020, o acesso a compras relativas à crise sanitária.

"Vários estados e municípios, também com argumento da urgência no enfrentamento da Covid-19, emitiram decretos estaduais que, na mesma toada da lei federal, afastaram a necessidade do processo de licitação para compras dirigidas à pandemia", disse o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) em requerimento que pediu a investigação e serviu de base para a instalação da CPI.

"Em face dos bilhões repassados pelo Executivo federal, além de verbas oriundas das próprias fontes municipais e estaduais e diante das brechas escancaradas por uma legislação criada sob regime de urgência, faltou transparência e sobrou desonestidade nos contratos firmados entre gestores públicos desonestos e a iniciativa privada."

A facilidade em compras com o dinheiro do governo federal levou alerta dos órgãos de investigação. A PF calcula que a primeira ação envolvendo a pandemia foi a Operação Alquimia, investigação pontual em Aroeiras (PB), cidade de 10 mil habitantes.

Foram investigados contratos para compras de cartilhas sobre a pandemia — sendo que os materiais já estavam disponíveis gratuitamente no site do Ministério da Saúde.

Até segunda (26), houve operações relacionadas a compras em ao menos 23 estados, na maioria dos casos ligadas a verbas dos municípios, para apurar desvios, contratos irregulares, fraudes em licitações e superfaturamentos.

Como foi deitada a ajuda federal a estados e municípios por causa da pandemia? O principal auxílio foi previsto na lei complementar 173, de maio de 2020. Ela destinou a estados, DF e municípios R\$ 60 bilhões para aplicação em "ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros".

Foram R\$ 37 bilhões com destinação prevista a estados e ao Distrito Federal e outros R\$ 23 bilhões aos municípios. Além disso, em abril do ano passado medida provisória previu repasse de R\$ 16 bilhões para "compensação da variação nominal negativa dos recursos repassados pelo fundo de participação". Há ainda recursos do Ministério da Saúde e de outras pastas.

Esse recurso é exclusivo para a área da saúde? Não. Do repasse de R\$ 60 bilhões, por exemplo, R\$ 10 bilhões são direcionados exclusivamente à saúde e assistência social; R\$ 7 bilhões foram aos estados e ao DF e R\$ 3 bilhões aos municípios.

Que medidas facilitaram o uso de recursos por gestores? No caso do governo federal, a lei que dispõe sobre medidas para enfrentamento de saúde pública devido ao coronavírus autorizou a compra com dispensa de licitação para artigos ligados à Covid-19.

"Praticamente todos [os gestores] fizeram leis ou decretos permitindo e flexibilizando esse tipo de contratação", afirma Raphael Sodré Cittadino, presidente do Ielp (Insti-

tuto de Estudos Legislativos e Políticas Públicas).

"Qualquer momento, pela lei de licitações, o gestor pode fazer contratação direta em situação emergencial ou crítica, não necessariamente declarada ou decretada. Mas esse arcabouço jurídico criado com a pandemia induziu também um processo de contratações diretas no Brasil. O gestor ficou mais confortável com esse tipo de contratação."

Para Cittadino, não é possível dizer que essa flexibilização aumentou a frequência de práticas de corrupção. A onda de operações pode ser, também, porque houve uma maior atenção de órgãos de controle e fiscalização sobre as verbas destinadas a essas finalidades.

Qual o objetivo da CPI da Covid?

Além de investigar as ações e omissões do governo Jair Bolsonaro na pandemia, a CPI ficou com a finalidade de apurar "as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos" com recursos originários da União por administradores públicos federais, estaduais e municipais.

O que vinha dizendo o presidente Jair Bolsonaro?

Ele cobrava que os repasses a estados e municípios também fossem apurados, defendendo a ampliação da comissão. "A CPI [é] para apurar omissões de Jair Bolsonaro, isso que es-

tá na ementa. Toda CPI tem de ter um objeto definido. Não pode, por exemplo, por essa CPI que está lá, você investigar prefeitos e governadores, onde alguns desviaram recursos. Eu mandei recursos para lá, e eu sou responsável?", disse ele, no último dia 10.

Quais os principais casos de operações da PF por suspeita de irregularidades em uso de recursos da pandemia?

Algumas das operações de maior repercussão envolveram governadores. Em maio de 2020, a PF foi autorizada a fazer busca e apreensão no Palácio das Laranjeiras, residência oficial do governador do RJ, Wilson Witzel (PSC), hoje afastado. A polícia mirava um suposto esquema de desvio de recursos destinados ao combate à Covid no estado.

Witzel se tornou réu sob acusação de corrupção e lavagem de dinheiro, após o STJ receber a primeira de três denúncias da PGR. Ele é acusado de ter chefiado um esquema de desvio de recursos envolvendo contratos da Secretaria de Saúde estadual.

Segundo a acusação, ele lavou o dinheiro ilícito por meio de contratos fictícios com o escritório de sua mulher, Helena. A partir das denúncias, Witzel passou a responder a processo de impeachment.

O ex-juiz negou ao tribunal que julga seu impeachment que tenha cometido qualquer ato ilícito e argumentou que não poderia acompanhar de perto todos os contratos firmados pela administração estadual. "Não deixei a magistratura para ser ladrão", disse.

Também houve três apurações que investigaram suspeitas de desvios no Governo do Pará e tiveram, entre os investigados, o governador Helder Barbalho (MDB).

Em junho, a Para Bellum investigou suspeitas de fraudes na compra de respiradores pulmonares no estado. Essa operação teve duas fases.

Meses depois, em setembro, a operação S.O.S. investigou supostas irregularidades na contratação de organizações sociais para a gestão de hospitais de campanha em municípios paraenses. Os contratos foram firmados sob dispensa de licitação.

No pedido feito ao STJ, o Ministério Público Federal disse que Helder "tratava previamente com empresários e como o então chefe da Casa Civil sobre assuntos relacionados aos procedimentos licitatórios que, supostamente, seriam loteados, direcionados, fraudados, superfaturados, praticando prévio ajuste de condutas com integrantes do esquema criminoso e, possivelmente, exercendo função de liderança na organização".

Os secretários dos Transportes e da Casa Civil foram presos na operação.

Em fevereiro, a PF pediu ao STJ para indiciar Helder, referente à primeira apuração. O governo paraense disse em época que "demonstra, sim, uma atuação proativa de quem teve e tem como prioridade a proteção da saúde dos paraenses."

Em nota, o Governo do Pará afirma que "como é de conhecimento público, foi o próprio governo do estado quem descobriu e denunciou o mau funcionamento dos aparelhos. Depois obrigou a empresa a devolver os recursos adiantados na compra dos respiradores. Não houve dano ao erário. O governo ainda procura a empresa por danos morais coletivos".

Já o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), foi alvo de duas fases da Operação Sangria no ano passado, que investigaram suspeita de desvio de recursos destinados ao combate à Covid-19. Segundo a investigação, houve compra de 28 respiradores, com sobrepreço, de uma empresa importadora de vinho.

Na segunda (26), na véspera da CPI, ele foi denunciado pelo MPF sob acusação de liderar uma organização que

praticava peculato e dispensa indevida de licitação.

Em nota, Lima disse que "a denúncia oferecida pela PGR não apresenta provas do envolvimento dele em supostos crimes". "Mantenho total confiança na Justiça, que haverá de, oportunamente, reconhecer que as acusações são totalmente infundadas", disse o governador.

Governantes têm reagido às medidas de apuração?

Como mostrou o Painel, um grupo de governadores quer pedir ao Conselho Nacional do Ministério Público o afastamento da subprocuradora Lindora Araújo do Giac (Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19) e da investigação sobre possíveis desvios de verbas federais destinadas aos estados para combater a pandemia.

A subprocuradora encaminhou ofício com perguntas sobre gastos com a pandemia em que acusa os governadores de mau uso do dinheiro público. No documento, ela aborda suspeitas de desvios levantadas pelo presidente Jair Bolsonaro. Os questionamentos foram encaminhados após a criação da CPI da Covid.

Recursos transferidos pelo governo em 2020

Verbas enviadas pela União em para combate ao coronavírus e como ajuda financeira

Auxílio financeiro

R\$ 44,3 bi aos estados e DF

R\$ 30,8 bi aos municípios

Despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios*

R\$ 25,5 bi aos municípios

R\$ 9 bi aos estados e DF

Principal auxílio aprovado em 2020

Lei complementar 173, que previu transferência de R\$ 60 bilhões

R\$ 30 bi aos estados e DF para enfrentamento à Covid-19 e mitigação dos seus efeitos financeiros

R\$ 20 bi aos municípios para enfrentamento à Covid-19 e mitigação dos seus efeitos financeiros

R\$ 7 bi para saúde e assistência social aos estados e DF

R\$ 3 bi para saúde e assistência social aos municípios

*Consolidação de medidas provisórias que aprovam despesas para combate à Covid-19 que não se enquadraram como auxílio. Fontes: Congresso e Sif

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Tarde demais

As medidas de flexibilização trabalhista, com liberação do corte de jornada e salário, assinadas por Bolsonaro nesta terça-feira (27) vieram tarde, segundo representantes de empresários que esperavam a atitude do governo. Mas a avaliação é que ainda são úteis. Elas chegam no momento em que a fase mais dura do fechamento do comércio ficou para trás, mas ainda servirão para adequar os expedientes dos negócios que continuam operando com horário reduzido.

AR Paulo Solmucci, da Abrasel, associação de restaurantes, prevê adesão. "Mas o remédio não salvará como se esperava se tivesse saído dentro do prazo prometido ou pouco maior. Na hora certa, teria evitado a UTI. Agora representa manter o oxigênio, mas não reverte o estado crítico", diz. Para Glauco Humai, presidente da Abrasce, associação de shoppings, a medida é tardia mas ajuda pontualmente.

ESSENCIAL Segundo Marcelo Silva, presidente do IDV, entidade que reúne as grandes varejistas do país (como Riachuelo e C&A), a expectativa é que a maioria das empresas vai querer aderir aos cortes de jornada e salário, exceto as que não tiveram restrições de funcionamento, como farmácias e supermercados.

CONTRAPARTIDA O IDV foi uma das entidades que vinha avisando o governo que, se a flexibilização trabalhista não fosse liberada, haveria o risco de demissões em massa. Nesta terça, após o anúncio de que Bolsonaro assinou a medida, o IDV estudou como ficam os empregos na próxima segunda (3).

SEGURO-DESEMPREGO "Vamos discutir o conteúdo das medidas e, se sentirmos que tem espaço para fazer uma campanha de Não Demita, a gente faz de novo", afirma Silva.

TETO Fernando Capez, diretor do Procon-SP enviou mensagem ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, nesta terça (27) pedindo que a pasta imponha à ANS um limite aos reajustes dos planos de saúde. A agência não interfere nos preços dos planos coletivos, mas Capez sugere o teto de 8,14% de alta, hoje permitido pela ANS para planos individuais.

PRESENTE Empresários do comércio e dos serviços estão pedindo para governadores e prefeitos suspenderem as atuais restrições de horário de funcionamento e capacidade de seus estabelecimentos nas vésperas do Dia das Mães. O pedido é para que as autoridades deixem os shoppings abertos por 12 horas diárias com até 60% da capacidade entre 1º e 9 de maio. Eles argumentam que evitaria aglomerações.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS	Abx., em % ao mês	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00	7,89
Empréstimo pessoal	8,00	8,00	7,89

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência abril

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00
Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a prestas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Doras de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria vence em 17 mai.

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

Assalariado

Até R\$ 1.100 7,5%
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 9%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 mai. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

MAR O julgamento marcado para esta quarta (28) no TCU sobre o impasse no porto de Santos por causa da área ocupada pela Marimex ameaça o plano do governo para construir um complexo ferroviário. Desde que o contrato da empresa expirou, em 2020, ela fez tentativas na Justiça para continuar no local, mas tromba com a gestão atual do Ministério da Infraestrutura.

ÂNCORA O lance desta semana está no TCU, que no ano passado concedeu uma medida cautelar impedindo a interrupção do contrato da Marimex. Segundo a decisão do ministro Vital do Rêgo, o contrato foi interrompido em desconhecimento com o Plano de Desenvolvimento Portuário.

A VER NAVIOS Procurada pela coluna, a SPA (Autoridade Portuária de Santos) diz que o prazo da Marimex não foi prorrogado por causa da necessidade de ampliar a ferrovia interna do porto e de abrir espaço para cargas da região que são desviadas do local por falta de capacidade.

CORRENTE A Marimex diz que a extinção do contrato pode levar a perda de mais de 1.100 postos de trabalho. A empresa afirma que o TCU apontou preocupações sobre a falta de estudos e responsáveis em relação ao traçado ferroviário antes da desocupação da área.

NOTA A saída da espanhola Cabify do Brasil, anunciada na semana passada, não foi exemplo isolado do desinteresse espanhol. Segundo pesquisa da Câmara Espanhola de Comércio com 71 companhias, a parcela de empresas do país que planejam reduzir investimentos no Brasil foi de 55% em 2020 para 12,5% neste ano. Mais de 50% companhias, porém, mantêm a intenção de alocar recursos aqui e 35% querem ampliar os negócios.

LAR A City of London Corporation, órgão que controla o distrito financeiro de Londres, disse nesta terça (27) que pretende criar até 2030 pelo menos 1,500 residências nos espaços de escritórios esvaziados na pandemia. A medida faz parte do plano para recuperar a competitividade do local nos próximos cinco anos.

IMPOSTO DE RENDA			
Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$	
Até 1.903,98	7,5	142,80	
De 1.903,99 até 2.826,65	15	354,80	
De 2.826,66 até 3.751,05	22,5	636,13	
De 3.751,06 até 4.664,68	27,5	869,36	
Acima de 4.664,68			

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.352,48 Valor, em R\$

Empregado 96,22
Empregador 250,46

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 mai. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS.

Bolsonaro assina MP que retoma programa de corte de jornada e salário

Empregado terá benefício pago pelo governo durante o período de perda de renda; medida também flexibiliza legislação trabalhista

Thiago Resende

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou as medidas provisórias para que regras trabalhistas sejam flexibilizadas novamente diante do agravamento da pandemia. Com isso, será recriado o programa que permite o corte de jornada e salários de trabalhadores da iniciativa privada, além da suspensão temporária de contratos.

O governo prevê o pagamento de um benefício temporário durante o período de perda de renda do trabalhador, o que pode durar quatro meses.

O Bem (benefício emergencial) será calculado com base no valor do seguro-desemprego e no percentual do corte de jornada no trabalhador. O teto do auxílio, portanto, seria pago em caso de suspensão de contrato e seria no valor do seguro-desemprego, que atualmente pode chegar a R\$1.911,84.

Para bancar esse programa, Bolsonaro autorizou uma verba de R\$ 9,98 bilhões. Os recursos para pagar o benefício de compensação de perda de renda serão contabilizados fora do teto de gastos —regra que impede o crescimento das despesas públicas.

A medida chegou a ser proposta para pagar o benefício por causa de hitos organizacionais. Diante do agravamento da crise, congressistas e empresários pressionavam pela nova rodada do programa.

Para reduzir a jornada e o salário em 25%, 50% ou 75%, a empresa precisa negociar com os empregados ou com o sindicato. O mesmo vale para a suspensão temporária do contrato de trabalho.

O acordo individual —direto entre a empresa e o empre-

gado — vale para trabalhadores que ganham até três salários mínimos (R\$ 3.300) por mês em todas as situações: redução de jornada e suspensão de contrato.

Para quem tem salários acima disso e até R\$ 12,8 mil, é exigido o acordo via sindicato quando o corte de jornada superar 25% e em caso de suspensão de contrato.

No caso de trabalhadores com renda acima de R\$ 12,8 mil, por terem um tratamento diferente na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), também vale o acordo individual em qualquer caso.

Segundo o governo, o objetivo é "preservar o emprego e a renda, garantir a continuidade das atividades empresariais e a manutenção da renda do trabalhador e reduzir o impacto social diante da paralisação de atividades e restrição de mobilidade em todo o país".

O programa prevê uma garantia provisória do emprego pelo mesmo período de corte de jornada e salário ou de suspensão de contrato. Se a redução valer por quatro meses, a estabilidade provisória valerá por quatro meses após a retomada integral do contrato.

Outra medida permite que empresas adiem por até quatro meses o recolhimento de FGTS dos empregados — vencimentos de maio a agosto.

No caso do adiamento do FGTS, a suspensão será temporária e terá que ser compensada depois pelo patrão, podendo ser em até quatro parcelas iniciadas em setembro. O direito ao depósito de 8% do salário em conta do FGTS do trabalhador não muda.

Por serem medidas provisórias, os programas passam a valer após a publicação do

ACOTE TRABALHISTA

Flexibilização temporária de normas:

- Adiantamento do pagamento do FGTS do trabalhador por até quatro meses
- Antecipação de férias
- Flexibilização de regras para alterar regime de trabalho para home office
- Regime especial de compensação de banco de horas

Benefício Emergencial (Bem)
Autoriza suspensão de contrato e redução de jornada e salário de trabalhadores, com compensação a ser paga pelo governo às pessoas afetadas

Como funciona:
Patrão e empregado deverão negociar acordo. Medida pode valer por até quatro meses. Nesse período, trabalhador recebe compensação pela perda de renda

texto no Diário Oficial da União, o que deve ocorrer nesta quarta (28), e precisam do aval do Congresso em até 120 dias.

Ainda na área trabalhista, uma das medidas provisórias prevê a autorização para antecipação de feriados e regras mais flexíveis para férias coletivas.

O patrão poderá também antecipar as férias do empregado, devendo informá-lo com antecedência de, no mínimo, 48 horas, por escrito ou por meio eletrônico.

As férias não poderão ser gozadas em períodos inferiores a cinco dias corridos e poderão ser concedidas por ato do empregador, ainda que o período aquisitivo não tenha sido concluído.

Além disso, durante o prazo de 120 dias a partir da publicação, o empregador poderá alterar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho, o trabalho remoto ou outro tipo de trabalho a distância e determinar o retorno ao regime de trabalho presencial, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos.

O governo também criou um regime especial de compensação de banco de horas por causa das medidas adotadas durante a pandemia.

A ideia é ampliar o período para o ajuste de horas trabalhadas. O foco é o empregado que não cumpriu toda a jornada de trabalho prevista no contrato devido às medidas de restrição ao funcionamento de determinadas atividades econômicas.

No regime especial, o trabalhador tem até 18 meses para compensar as "horas negativas". Hoje, o período varia de 6 a 12 meses.

Julgamento bilionário no STF pode prejudicar pequeno investidor, dizem entidades do mercado

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Dez entidades que representam o mercado brasileiro de capitais, incluindo fundos de investimento e de pensões, pedem que o STF (Supremo Tribunal Federal) se posicione contra o pedido da União para minimizar os efeitos do julgamento bilionário de 2017 que excluiu o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo do PIS/Cofins.

A avaliação é que a decisão da próxima quinta (29) possa provocar no mercado um efeito semelhante a um rebaixamento de nota de crédito (rating) ou marcação a mercado para baixo. E que isso traga prejuízos a empresas, fundos e investidores, sejam eles grandes ou pequenos aplicadores.

O governo pede que o entendimento firmado pelo STF há quatro anos seja aplicado apenas daqui para frente, sem efeito retroativo, de modo a evitar um prejuízo de R\$ 229 bilhões aos cofres públicos.

As entidades argumentam que, se o argumento do governo for aceito, essa perda ficará com as empresas e quem investe nelas. Muitas já registraram esses valores em seus balanços e distribuiram créditos com terceiros.

"Todas as companhias contabilizaram a sentença do Su-

premo, como a regra contábil determina, e os investidores precificaram as ações considerando esses valores", afirma Eduardo Luciano da Ponte, presidente-executivo da Abrasca (associação das companhias abertas), uma das dez entidades responsáveis por uma carta aberta ao STF.

Ele afirma que esse valor fez parte do lucro de um determinado exercício e, eventualmente, o dividendo foi distribuído. O investidor que na época recebeu o dividendo e vendeu a ação não vai sofrer caso o balanço tenha de ser refeito. Já a pessoa que detém hoje o papel pode ficar com o prejuízo.

Como mostrou a Folha no início do ano passado, apesar de o STF ainda não ter analisado o recurso da União, as empresas têm obtido em instâncias inferiores decisões favoráveis e transitadas em julgado.

No maior parte das ações, após o ganho da causa, a empresa pode iniciar um processo administrativo para habilitar o crédito e fazer a compensação com tributos devidos.

O presidente-executivo da Abrasca afirma ainda que uma modulação do resultado do julgamento seria negativa para imagem das empresas brasileiras no exterior.

"Se esse fato, com essa magnitude que ele tem no balanço das empresas, for revertido, é como uma reclassificação de rating para baixo do

HISTÓRICO

2017 STF decide que o ICMS não pode ser incluído na base de cálculo do PIS/Cofins. Decisão tem efeito de repercussão geral, ou seja, vale para todas as ações na Justiça

2017 PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) recorre ao STF para tentar restringir o impacto da decisão sobre os cofres públicos

2017-2020 Enquanto o recurso não é analisado, tribunais de 2ª instância e o próprio STF têm aplicado a decisão de 2017 e considerado que as ações transitarão em julgado

2021 STF marca análise do recurso

ponto de vista prático. Só que o rating você entende o motivo. Nesse caso, é difícil para um investidor internacional entender", afirma.

Assim a carta as associações Abrapp (fundos de pensão), Abrasca (companhias abertas), Abvcap (private equity) e venture capital), Amec (investidores no mercado de capitais), Anbima (fundos de investimentos), Ancord (corretoras e distribuidoras) e Apimec (analistas e profissionais de investimento), entre outros.

"Não há reparo a ser feito na decisão do Supremo Tribunal Federal, que pacificou o tema, oferecendo a esperada segurança jurídica para quem investe, emprega, produz e gera riqueza e crescimento para o país", dizem as entidades.

O Supremo também foi chamado a avaliar como calcular os valores de ICMS a serem devolvidos. Em 2018, a Receita disse que as empresas tinham o direito de descontar o valor de ICMS efetivamente recolhido no mês, e não aquele destacado na nota, em geral, mais elevado. Isso pode alterar o valor dos balanços.

Ação contra a União foi levada ao STF pela Imcopa Importação, Exportação e Indústria de Óleos Ltda.

Reportagem da Folha de 2018 mostrou que muitas empresas de grande porte registraram ganho em seus balanços logo após a decisão do STF.

Veículo: Estadão	
Data: 28/04/21	



Saúde

Por atraso na entrega da Coronavac, cidades suspendem aplicação da 2ª dose

No RN e no RS, mais de cem mil já têm imunização atrasada; Saúde orientou Estados e cidades a não criar reserva para injeção de reforço

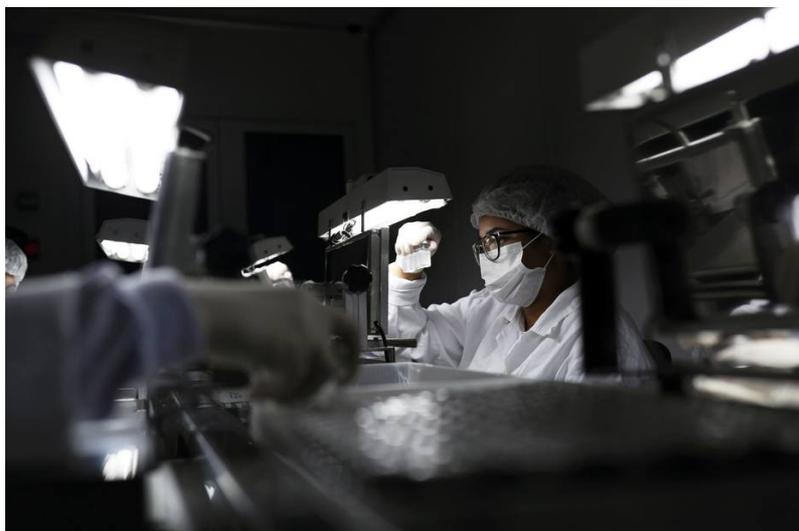
Fabiana Cambricoli, O Estado de S.Paulo

28 de abril de 2021 | 05h00

Com o atraso na entrega de um novo lote da [vacina Coronavac](#) previsto para este mês, cidades em diferentes Estados do País tiveram de suspender a aplicação da 2.ª dose, deixando centenas de milhares de pessoas com o esquema de proteção incompleto. O

imunizante produzido pelo **Instituto Butantan** deve ser administrado com o intervalo de até 28 dias entre as duas doses, mas idosos de alguns Estados já ultrapassaram esse prazo sem que a segunda dose fosse ofertada.

O Estadão identificou o problema em cidades de ao menos oito Estados. Uma das situações mais dramáticas é a do **Rio Grande do Sul**. Lá, diz a Secretaria da Saúde, faltam 40.470 doses da Coronavac para concluir o esquema vacinal de idosos que receberam doses da remessa entregue em 20 de março. Mais 223 mil pessoas, que tomaram o imunizante de lote entregue em 26 de março, estão com cronograma ameaçado.



Funcionária inspeciona doses da Coronavac no Instituto Butantã, em São Paulo Foto: REUTERS/Amanda Perobelli

Uma das prejudicadas foi a aposentada Marlene Bervig Martins, de 69 anos. De Canoas, Grande Porto Alegre, ela recebeu a 1.^a dose no fim de março e foi orientada a voltar ao posto de saúde para a 2.^a nesta terça-feira, 27, quando foi informada de que não havia mais vacina. “Eu estava contando os dias para a 2.^a dose, fiquei triste. Faz um ano que a gente vê esse desdém e muitas vidas perdidas”, reclamou ela.

A Prefeitura de Canoas informou que a suspensão da aplicação da segunda dose teve início nesta segunda-feira, 26, e deve atingir ao menos 10,2 mil pessoas que já completaram ou irão completar até o próximo sábado o intervalo de 28 dias. Como a previsão do Butantan é de entregar novas remessas só a partir do dia 3, as pessoas que completam os 28 dias até o fim da semana terão o esquema vacinal atrasado.

A Secretaria da Saúde de Pernambuco disse que esperava nesta semana 126 mil doses para a segunda aplicação, mas que só recebeu 28 mil, o que impede, por ora, concluir o esquema vacinal de quase 100 mil pessoas. Maceió diz ter recebido só um terço das doses previstas para a semana, o que fez a prefeitura desmarcar a vacinação de quem receberia a 2.^a dose

nesta semana. Ainda não há atraso confirmado porque a maioria havia sido agendada para um intervalo de 21 dias. Mas, se novos lotes não chegarem até o início da semana que vem, milhares de idosos podem ficar com o esquema vacinal comprometido.

Na Paraíba, após 63 cidades suspenderem a oferta da dose de reforço, a Justiça determinou que o Ministério da Saúde enviasse 75 mil doses antecipadamente para retomar a campanha. Natal e Mossoró (RN) interromperam a aplicação da 2.^a dose. Levantamento da Secretaria da Saúde potiguar aponta que 56,8 mil pessoas já estão com a dose atrasada.

Em São Paulo, Cajamar parou com a segunda aplicação semana passada e informou que entrará em contato com as pessoas que estavam agendadas para remarcar a imunização quando receber nova remessa. Guarapari (ES) esgotou todo o estoque de vacinas nesta terça-feira e anunciou que a aplicação de 2.^a dose está suspensa a partir desta quarta-feira, 28.

No Rio, Maricá parou nesta terça-feira a aplicação após usar todas as 560 doses enviadas à cidade sábado. A Secretaria Estadual da Saúde confirmou ao

Estado que “alguns municípios já comunicaram extraoficialmente à pasta que não têm mais doses de vacina para aplicação e terão de suspender a vacinação”.

A secretaria destacou que, desde meados de março, o ministério passou a recomendar a Estados a utilização de todas as doses enviadas, sem retenção para 2.^a aplicação. “O ofício ressaltava que a medida tinha como objetivo acelerar o processo de vacinação, uma vez que havia cronograma semanal do ministério para distribuição de doses aos Estados”.

Entrave

Com o atraso na chegada do ingrediente farmacêutico ativo da China para produzir a Coronavac, pouco mais de 4 milhões de doses do imunizante que deveriam ser entregues até o fim de abril ficaram para a primeira semana de maio.

A coordenadora do Plano Estadual de Imunização de São Paulo, Regiane de Paula, explica que o governo paulista optou por reservar a 2.^a dose justamente para garantir o esquema vacinal completo a todos. Ela disse

que problemas como o de Cajamar podem estar relacionados a estratégias específicas de municípios que não seguiram a orientação da secretaria.

“Entregamos nesta segunda e terça as doses para pessoas de 68 anos que se vacinaram no início do mês. Agora, se municípios anteciparam faixas etárias e não seguiram a nossa recomendação, talvez tenham essa falta”, destacou ela.

O ministério não informou o total de pessoas com doses em atraso pela falta de vacina, mas emitiu nota nesta terça-feira, 27, orientando que quem não tomou a 2.^a dose dentro dos 28 dias deve tomar mesmo fora do prazo, quando o produto estiver disponível

Veículo: Estadão	
Data: 27/04/21	



Economia

Bolsonaro assina MPs que permitem às empresas reduzir jornada e salário e adiar pagamento de FGTS

Uma das MPs vai focar nas regras da nova edição do BEm, que terá duração de quatro meses; programa deve ser lançado nos mesmos moldes de 2020, com acordos para redução de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, ou suspensão total do contrato

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

27 de abril de 2021 | 17h41

BRASÍLIA - O presidente [Jair Bolsonaro](#) assinou nesta terça-feira, 27, as duas Medidas Provisórias (MPs) que reúnem o conjunto de medidas trabalhistas para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia de

covid-19, incluindo a nova rodada do programa que permite redução de jornada e salários ou suspensão de contratos, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Os textos devem ser publicados na edição do *Diário Oficial* da União (DOU) desta quarta, 28.



Jair Bolsonaro,

presidente da República Foto: Marcos Corrêa/ PR

A nova rodada do programa deve permitir pouco menos de 5 milhões de novos acordos, como revelou o Estadão/Broadcast. Projeções recentes apontam potencial de 4,798 milhões de acordos. O crédito extraordinário para bancar a medida será de R\$ 9,977 bilhões, sendo R\$ 9,8 bilhões para o pagamento do benefício emergencial (BEm), que compensa parte da perda salarial do trabalhador que integra o acordo. O benefício médio é estimado em R\$ 2.050,82.

Na semana passada, o Congresso aprovou uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que dispensou a exigência de compensação para gastos temporários, como é o caso do programa de emprego. Além disso, o texto autoriza descontar da meta fiscal o valor gasto nessa ação.

Uma das MPs vai focar nas regras da nova edição do BEm, que terá duração de quatro meses, podendo ser prorrogado caso haja disponibilidade de recursos. O programa deve ser lançado nos mesmos moldes de 2020, com acordos para redução proporcional de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, ou suspensão total do contrato. A adesão continua sendo por acordo e abrange todos os empregadores, com exceção de órgãos públicos, empresas estatais e organismos internacionais. Serão beneficiados também empregados domésticos, empregados com jornada parcial e aprendizes.

Para ajudar o trabalhador, o governo pagará o benefício emergencial, calculado sobre o valor do seguro-desemprego a que ele teria direito se fosse demitido (entre R\$ 1.100 e R\$ 1.911,84). Em um acordo para redução de 50%, por exemplo, o

empregado recebe 50% do salário da empresa e 50% da parcela do [seguro-desemprego](#).

As negociações individuais valem para os trabalhadores com carteira assinada e que recebem até R\$ 3.300 ou que tenham ensino superior e ganham acima de R\$ 12.867,14. Quem tem salário intermediário também pode negociar individualmente para reduzir 25% da jornada e do salário, mas depende de acordos coletivos, negociados pelos sindicatos das categorias, para alterações mais radicais no contrato.

Uma inovação da nova rodada é a previsão de que eventuais pagamentos indevidos e não restituídos pelo trabalhador poderão ser compensados com requerimentos futuros de seguro-desemprego ou abono salarial. Pela norma anterior, esses valores ficavam apenas inscritos em dívida ativa.

Já a segunda MP vai concentrar as medidas trabalhistas complementares para ajudar as empresas no enfrentamento da crise. Esse texto deve ser feito nos mesmos moldes da MP 927, que no ano passado permitiu às companhias antecipar férias de forma

individual (com pagamento postergado do terço de férias como medida de alívio às companhias), conceder férias coletivas, antecipar feriados, constituir regime especial de banco de horas (com possibilidade de compensação em até 18 meses), entre outras iniciativas.

As empresas também poderão adiar o recolhimento do FGTS dos funcionários por um período de quatro meses. Os empregadores terão até o fim do ano para fazer o pagamento desses débitos, uma flexibilização que também havia sido adotada em 2020 e não traz prejuízo ao trabalhador, que apenas levará mais tempo para ver o depósito cair em sua conta do fundo de garantia.

Uma terceira MP deve abrir o crédito extraordinário, fora do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação), para os gastos com o BEm.

No ano passado, o governo destinou R\$ 33,5 bilhões ao programa, que registrou mais de 10 milhões de acordos entre empresas e trabalhadores. O resultado foi considerado bem-sucedido. O Brasil registrou a criação de 95,6 mil postos de trabalho com carteira

assinada em 2020 (incluindo declarações feitas fora do prazo).

Veículo: Estadão	
Data: 27/04/21	



Economia

Economistas defendem revisão em regras fiscais para que Brasil se alinhe ao resto do mundo

Em webinar organizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, a reestruturação foi apontada como importante após as falhas apresentadas na pandemia

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

27 de abril de 2021 | 21h12

BRASÍLIA - Na esteira das tentativas de dribles durante o enfrentamento da [covid-19](#) e na votação do [Orçamento deste ano](#), a necessidade de uma

reestruturação ampla do arcabouço das regras fiscais brasileiras ganha cada vez mais apoio entre os especialistas.

Em webinar organizado pelo [Tribunal de Contas da União \(TCU\)](#) com a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, a reestruturação foi apontada como importante após as falhas apresentadas na pandemia. O evento, segundo o diretor-executivo da IFI, [Felipe Salto](#), é o primeiro de uma parceria com o TCU. Os dois órgãos, antecipou ele, vão assinar um convênio de cooperação.

[LEIA TAMBÉM](#)



Guedes demite secretário da Fazenda após embates em torno do Orçamento



Economistas defendem revisão em regras fiscais Foto: Twitter
@AFernandes/ Reprodução

Considerado um dos pais da [Lei de Responsabilidade Fiscal \(LRF\)](#), o economista José Roberto Afonso, do Instituto Brasiliense de Direito Público defendeu um “lipoaspiração” das inúmeras regras fiscais incluídas na Constituição e a criação de um código fiscal nacional como existe o código penal e as Leis das SAs.

“Ninguém no mundo tem tanta matéria fiscal na Constituição no Brasil e não está funcionando. Temos várias normas complexas e contraditórias”, disse Afonso, que lembrou que a Lei Geral de Orçamento no Brasil tem 57 anos. Para ele, é uma oportunidade de ouro para fixar um limite de dívida, que é a principal âncora que o mundo está usando.

Um ponto destacado no encontro é a necessidade de regras que sejam mais sofisticadas. O ex-presidente do **Banco Central**, Affonso Celso Pastore, apontou o impacto na economia do aumento do risco fiscal e como ele reflete a descoordenação da política fiscal, até mais do que o tamanho do rombo nas contas públicas.

Pastore chamou atenção para o fato de que no acordo do Orçamento houve um furo do teto de gastos para “inglês ver”, já que não houve ruptura formal. **O teto é a regra que limita o crescimento das despesas acima da inflação.** Para ele, esse “furo” foi feito para aumentar gastos que não tem relação com os gastos para saúde. “Estão brincando. Estamos discutindo regras quando nada é cumprido”, desabafou.

O vice-presidente do TCU, ministro **Bruno Dantas**, alertou a preocupação com o risco de a pandemia deixar um legado de abalo das instituições fiscais e do quadro normativo, entre elas a busca de brechas na LRF, que poderia a naufrágio completo do arcabouço normativo.

O secretário-geral de controle externo do TCU, Leonardo Albernaz, avaliou que o Brasil tem um punhado dessas regras e apesar dessa “abundância” não necessariamente com boas políticas e resultados fiscais a serem comemorados. Ao citar LRF, ele aponta que muitas vezes se espera mais dela do que pode entregar. “A realidade é complexa e precisamos de regras que sejam sofisticadas”, disse Albernaz.

IMUNIZAÇÃO INCERTA

Veto à Sputnik frustra planos dos governadores de acelerar vacinação

PAULA FERREIRA
paula.ferreira@oiglobo.com.br
BRASIL

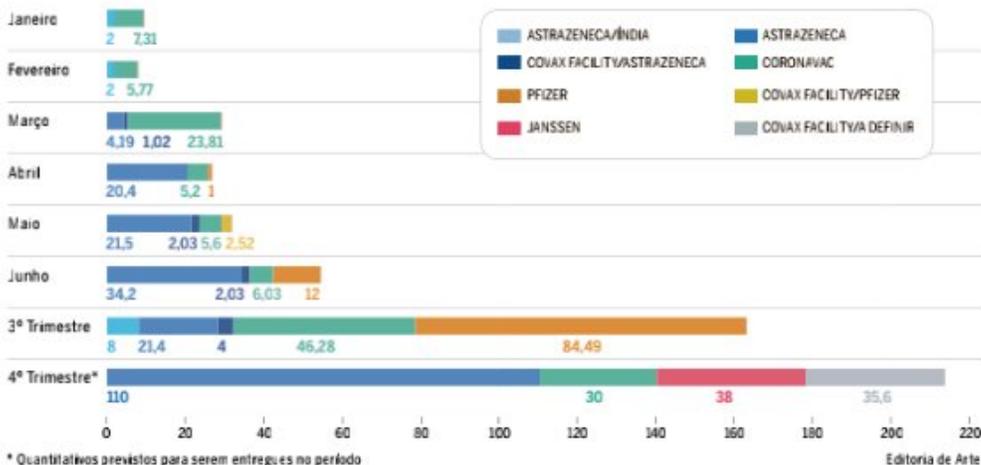
A expectativa de acelerar a vacinação no país sofreu novo baque, anteontem, com a negativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a um pedido feito por governadores para importar o imunizante russo Sputnik V. Embora o Ministério da Saúde já tivesse retirado essa vacina do cronograma, gestores apostavam nela para impulsionar a vacinação. Agora, a expectativa é que somente após o segundo semestre o país consiga aumentar o ritmo da imunização. De acordo com os gestores, o erro de origem foi do governo federal, que demorou a negociar com farmacêuticas e levou o país para o fim da fila.

A expectativa dos gestores é que haja complementação dos dados por parte das autoridades russas até que a Anvisa analise as solicitações restantes. Há outros seis pedidos feitos por quatro estados e dois municípios com o prazo corrente na Anvisa. Segundo a agência, as solicitações foram desmembradas de modo que, caso haja o fornecimento das informações por parte dos russos, o processo possa ser célere. Atualmente, o pedido cujo prazo está mais próximo é o que veio do Pará, com prazo até 5 de maio. Há ainda solicitações de Alagoas, Tocantins e Amapá; e dos municípios de Maricá (RJ) e Niterói (RJ).

Governadores do Nordeste têm contratos que somados preveem cerca de 37 milhões de doses da vacina russa. O acordo com o ministério era para que esses imunizantes fossem incluídos no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Líder do Consórcio Nordeste nas negociações para aquisição da Sputnik V, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), afirmou ontem que as autoridades russas apresentarão à Anvisa respostas e documentos a cada um dos pontos críticos apresentados, mas não especificou quando:

CHEGADA DE VACINAS MÊS A MÊS

Em milhões de doses



— Confirmaram apresentação da documentação, que segue regras internacionais. Lembraram que a vacina está aprovada em 62 países e em uso para milhões de pessoas, com raros e leves efeitos colaterais. Não há registro de efeitos graves, e há eficácia muito elevada na imunização.

Na deliberação de anteontem, os diretores da Anvisa concluíram que não há informações que comprovem satisfatoriamente a eficácia e a segurança da vacina para que ela possa ser liberada no país.

Os técnicos apontaram potenciais riscos à saúde na análise do imunizante. Ontem, o Fundo Russo divulgou uma nota contestando a decisão.

DECISÃO "POLÍTICA"

A autoridade russa afirma que negativa dada pela agência foi "política" e contesta os apontamentos da área técnica da agência, citando análises feitas na Hungria, no México e na Argentina para sustentar que a vacina é eficaz e segura. Além dos pedidos de impor-

tação, há na Anvisa uma solicitação emergencial para uso da vacina russa feita pela União Química. O prazo dessa solicitação, porém, está suspenso devido à ausência de documentação.

— É uma frustração na expectativa que a gente tinha. Infelizmente, a previsão de vacinar em número considerável só no segundo semestre parece ser real. Por ora, como está, só vamos acelerar o ritmo no segundo semestre — afirmou Carlos Eduardo Lula, presidente

do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), criticando a falta de habilidade do Ministério da Saúde: — Se a União tem interesse, devia fazer essa interlocução com a Rússia (para obter dados da vacina), até isso quem tentou fazer foram os estados. Além disso, o governo rejeitou vacinas quando estavam disponíveis. Agora, quando vamos tentar correr atrás do prejuízo, já tem um monte de gente na frente.

O presidente do Conselho

Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Willames Freire, também criticou o Ministério da Saúde:

— A gente sabe que o processo da Anvisa é muito rigoroso e técnico e respeitamos integralmente. O objetivo da Anvisa é única e exclusivamente proteger a população. Nós chegamos atrasados no mercado de vacinas, e isso é notório. A pauta que estamos adquirindo é muito inferior à nossa necessidade. É claro que a Sputnik entrando ia dar aos municípios a chance de ter um quantitativo maior, mas é necessário que eles apresentem a documentação — argumentou Freire. — Acho que a vacinação vai continuar lenta, até porque temos observado uma diminuição no repasse do IFA (ingrediente farmacêutico ativo) da China e da Índia para o Brasil. Se não tivermos IFA, não teremos produção de vacinas. A nossa expectativa é que com a entrada da Pfizer no PNI a gente consiga equilibrar a pauta divulgada pelo ministério e não tenhamos queda tão grande na quantidade de doses projetada.

REDUÇÃO DE DOSES

No sábado, em mais uma frustração para o calendário de vacinação contra a Covid-19, o governo federal reduziu de forma significativa a previsão de distribuição de imunizantes em maio. O número de doses esperadas caiu de 46,9 milhões para 32,4 milhões. O cronograma mais atualizado já havia excluído a Sputnik V, mas a pasta prevê o recebimento de 1 milhão de doses da Pfizer em abril e 2.515.330 doses em maio, e as demais a partir de junho. Segundo o jornal Valor Econômico, no entanto, a farmacêutica informou que não disponibilizaria informações sobre o processo de produção do IFA, que seriam exigidas para a liberação dos imunizantes.

O Ministério da Saúde afirmou que o último cronograma divulgado está mantido e que já sujeitava a disponibilização das doses da Sputnik V à aprovação da Anvisa. A pasta disse ainda que a previsão para distribuição do imunizante da Pfizer também está mantida. Na semana passada, a pasta informou que os primeiros lotes serão enviados aos estados na primeira quinzena de maio.

Grávidas tornam-se prioridade

> Todas as gestantes foram incluídas pelo Ministério da Saúde no grupo prioritário de vacinação. Elas podem receber os imunizantes do Butantan, da Fiocruz e também da Pfizer — que deve ser distribuído no início de maio. Inicialmente, serão vacinadas as grávidas e as mulheres com até 45 dias após o parto (puérperas) com comorbidades. A previsão é que a imunização deste grupo comece até o final do mês que vem.

> Na primeira fase, serão vacinadas as gestantes com comorbidades, que serão de apresentar exames, receitas, relatórios médicos ou prescrições que comprovem a condição. Depois, serão vacinadas todas as mulheres grávidas, independentemente de haver doença preexistente. Em 15 de março, o governo já tinha incluído as gestantes com comorbidades nas prioridades.

> Ontem, o ministério divulgou ainda uma nota orientando a população a tomar a segunda dose da vacina contra Covid-19 mesmo que a aplicação ocorra além do prazo recomendado pelo laboratório. Atualmente, duas vacinas estão disponíveis no Programa Nacional de Imunizações (PNI): a CoronaVac, cujas duas doses devem ser administradas em um intervalo de quatro semanas, e de Oxford/AstraZeneca, com intervalo de 12 semanas.

> Apastadiz que é "improvável que intervalos aumentados entre as doses das vacinas ocasionem a redução na eficácia do esquema vacinal". No entanto, ressaltou que os atrasos devem ser evitados. "uma vez que não se pode assegurar a devida proteção do indivíduo até a administração da segunda dose". Anteontem, o ministro Marcelo Queiroga admitiu que há "dificuldade" no fornecimento para aplicação da segunda dose.

Editoria de Arte

APÓS CRISE DO ORÇAMENTO

RESPOSTA A PRESSÕES

Guedes troca 6 nomes da equipe. Objetivo é facilitar diálogo com Congresso e ala política

MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA E JUSSARA SOARES
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Pressionado após a crise entre governo e Congresso em torno da aprovação do Orçamento e sob risco de desmembramento da pasta, o ministro da Economia, Paulo Guedes, promoveu ontem uma ampla reformulação em seu time. A principal mudança foi a saída de Waldery Rodrigues Júnior da secretaria especial da Fazenda, para se tornar assessor especial do ministro. Waldery é frequentemente apontado por congressistas e pelo restante do governo como de difícil trânsito nas negociações e se desgastou ainda mais durante as discussões da proposta orçamentária deste ano.

No total, foram seis trocas na pasta. Os novos nomes têm perfil técnico, mas fazem parte de um esforço para melhorar a interlocução da equipe econômica com o Legislativo e com a ala política do governo. A expectativa do Palácio do Planalto é que, após a reformulação, o Ministério da Economia consiga manter sua atual estrutura, sem abrir mão do Planejamento.

Não é a primeira vez que

Guedes promove reformulações na equipe em momentos de turbulência. Dos oito secretários especiais que entraram em janeiro de 2019, só um é do time original, o chefe da pasta de Competitividade, Carlos da Costa. Todos os outros foram substituídos, sem contar mudanças em escalões inferiores. Desde o início do mandato do presidente Jair Bolsonaro, já deixaram o governo ao menos 12 auxiliares de Guedes ou indicados dele para postos-chave em estatais como BNDES, Petrobras e Banco do Brasil.

PRESSÃO QUASE DESUMANA

Ao fim do dia de mudanças, ontem, Guedes deu uma entrevista para reforçar que as trocas são naturais, novas mudanças podem ocorrer, e que o grupo permanece unido:

—O que está acontecendo, na verdade, é um remanejamento da equipe. Nós estamos jogando em 4, 4, 2 e nós vamos jogar em 4, 3, 3. Justamente para facilitar as negociações do Congresso, para facilitar as conversas com o próprio Executivo, com os ministérios — disse Guedes, comparando a mudança com o esquema tático de um time de futebol.

Waldery dará lugar a Bruno Funchal, atual secretário do

Tesouro Nacional. Também deixa o cargo o secretário de Orçamento Federal, George Soares, que será substituído pelo ex-secretário executivo do antigo Ministério da Fazenda Ariosto Culau. Ele atuou no governo do ex-presidente Michel Temer.

O ministro admitiu que as áreas ligadas ao controle das contas públicas sofrem com o desgaste na negociação política, mas negou que tenha havido pressão para as trocas específicas.

— Tem um certo aumento de resistência, as negociações são difíceis. A função dele (Waldery) é muito difícil. No caso da secretaria de Fazenda, é onde está o foco também, onde o “não” é dito com muita frequência — disse Guedes, que completou em outro ponto da entrevista: — É quase desumana a pressão que existe sobre o time todo. E é natural. Não houve nada específico.

Guedes afirmou ainda que as conversas para as trocas ocorreram ao longo dos últimos meses. No caso de Soares, o ministro afirmou que partiu do próprio técnico a avaliação de que o desgaste estava grande:

—O desgaste do George é muito grande, é brutal. Ele

mesmo falou assim: “Olha, eu acho que está na hora, para facilitar o andamento das reformas, está na hora de eu recuar”.

Dentro do Palácio do Planalto, a avaliação é que Funchal dará mais agilidade ao governo e irá melhorar a situação de Guedes na Esplanada. A aposta é que, com a reformulação no time, diminuirão as pressões para recriação do Ministério do Planejamento, que nas gestões anteriores era responsável pelas atribuições hoje sob o comando de Waldery Soares. A pasta foi uma das quatro incorporadas ao super-ministério de Guedes.

Essa leitura, no entanto, não



“O que está acontecendo, na verdade, é um remanejamento da equipe. (...) Justamente para facilitar as negociações do Congresso, as conversas com o próprio Executivo, com os ministérios”

Paulo Guedes, ministro da Economia

é compartilhada por todos os observadores da crise. Para integrantes da ala política e do segmento empresarial, as substituições não encerram a crise. O entendimento é que Funchal tem o mesmo perfil fiscalista de Waldery. Seria preciso, na visão desses grupos, pôr no lugar alguém operacional, “que saiba fazer”, como resumiu um peso-pesado do setor produtivo. O nome preferido dos dois grupos é Esteves Colnago, chefe da assessoria especial do Ministério da Economia e ex-ministro do Planejamento.

SEM BRECHA PARA GASTOS

Integrantes do Ministério da Economia garantem que as trocas não significam mudanças na condução da política econômica, nas medidas de controle das despesas públicas e nem devem se transformar em brecha para mais gastos.

Além das mudanças nas áreas voltadas para a gestão orçamentária do ministério, também é dada como certa a saída da secretária especial do PPI, Martha Seillier. Essa área é voltada às concessões e privatizações do governo federal. O nome que irá substituí-la ainda não foi definido, e há a

possibilidade de o PPI voltar para o Palácio do Planalto, por pressão principalmente do ministro da Secretaria-Geral, Onyx Lorenzoni. Hoje o órgão está dentro da estrutura do Ministério da Economia. Martha deve assumir um cargo no BID, o que vem sendo negociado há semanas no governo.

Também ontem, foi confirmada a saída de Vanessa Canado da assessoria especial do ministro dedicada à reforma tributária. Ela será substituída pelo professor da FGV Isaías Coelho. Sem relação com a crise do Orçamento, a saída da assessora já era dada como certa há meses, diante do desgaste entre Guedes e o grupo ligado ao ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), segundo fontes. A advogada tributarista foi uma das autoras da proposta defendida por Maia e criticada pela equipe econômica.

Também estaria de saída, embora ainda não confirmada, a secretária-adjunta de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Yana Dumaresq. Ela deve passar a atuar na iniciativa privada. Em sua vaga deve assumir João Rossi, secretário-adjunto de Negociações Internacionais da Economia.

VEJA QUEM ENTRA E QUEM SAI

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA



Bruno Funchal

TESOURO NACIONAL



Jefferson Bittencourt

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL



Ariosto Culau

ASSESSORIA ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA



Isaías Coelho

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS



João Rossi

PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS (PPI)



Indefinido

Quem entra >

Quem sai >



Waldery Rodrigues Júnior



Bruno Funchal



George Soares



Vanessa Canado



Yana Dumaresq*

SECRETÁRIA-ADJUNTA



Martha Seillier*

*mudanças ainda não confirmadas

ANALÍTICO

Se em time que está ganhando não se mexe, a pasta tem problemas

MARCELLO CORRÊA marcello.correa@oglobo.com.br BRASÍLIA

O ministro Paulo Guedes gosta de usar metáforas do mundo do futebol para explicar as crises políticas com as quais aprendeu a conviver em Brasília. Já admitiu ter tomado um carrinho do presidente Jair Bolsonaro e, mais recente-

mente, disse que a confusão no Orçamento ocorreu porque a equipe do governo está aprendendo a jogar junto. Poderia recorrer a mais uma: se em time que está ganhando não se mexe, as recentes trocas são sinais de problema.

Guedes chegou ao cargo com uma equipe de nove secretários especiais. Desse grupo, só um segue no cargo: Carlos da Costa, à frente da pasta da Competitividade (antigo Ministério da Indústria e Comércio). A mais recente substituição no primeiro escalão foi a de Waldery Rodrigues, que deixou a Secretaria Especial de Fazenda em meio a um amplo processo de reformulação decidido ontem.

É errado atribuir todas as mudanças a um só motivo. Em alguns episódios, as saídas ocorreram por insatisfação dos demissionários, caso da

“debandada” protagonizada por Salim Mattar e Paulo Uebel, que cansaram de esperar pelo avanço das privatizações e da reforma administrativa, respectivamente.

Em outros, houve fritura explícita, como ocorreu agora com Waldery e, ainda em 2019, com Marcos Cintra, demitido da Receita Federal por defender enfaticamente a volta da CPMF.

Também teve gente que deixou os cargos para outras missões. Isso aconteceu, por exemplo, com Marcos Troyjo, que saiu do comando da Secretaria de Assuntos Interna-

cionais para assumir a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, o Banco do Brics).

Há ainda casos particulares, como o de Rogério Marinho, que desembarcou da secretaria de Previdência e Trabalho, foi promovido a ministro de Desenvolvimento Regional e, da nova cadeira, tornou-se rival de Guedes na disputa por liberação de gastos públicos.

Em outra mudança confirmada, Vanessa Canado deixou de ser assessora da reforma tributária por um misto de desgaste com encerramento de ciclo. A advogada deixou pronto

um projeto para unir PIS e Cofins, mas viu sua permanência se tornar insustentável por ser próxima ao ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) no momento em que o parlamentar e o ministro romperam relações.

Em empresas, governos ou clubes de futebol, trocar nomes faz parte do jogo, mas substituições em meio a crises são sempre desgastantes. Caberá ao técnico Guedes dar ritmo ao grupo reformulado. Sob pressão do centrão, a estratégia é atuar na defensiva.

oglobo.globo.com/analitico

Waldery: 'Fizemos o processo de gestão fiscal responsável'

Atento às restrições orçamentárias, secretário foi criticado por travar medidas como as de socorro para preservação de emprego

MANOEL VENTURA
E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

Ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, Waldery Rodrigues Júnior disse ontem que fez o processo de gestão orçamentária de forma "responsável" e que cumpriu orientação do chefe da pasta.

— Nós fizemos todo o processo de gestão fiscal responsável. Essa é a orientação do ministro, e nós seguimos, por exemplo, com a solicitação de vetos de R\$ 29 bilhões — disse ele, ainda como secre-

tário especial de Fazenda, antes de se tornar assessor especial de Guedes.

Waldery se referiu aos vetos do Orçamento de 2021 para resolver a crise causada com a aprovação da proposta. Para solucionar o problema, e recompor os gastos obrigatórios, Bolsonaro vetou R\$ 19,8 bilhões em gastos e bloqueou outros R\$ 9,2 bilhões. Com isso, encaminhou ao Congresso um ajuste de R\$ 29 bilhões nos gastos obrigatórios. Tudo isso para manter R\$ 18,5 bilhões em emendas extras para

parlamentares aliados.

Na crise do Orçamento deste ano, Waldery foi criticado dentro e fora do governo. Do lado dos parlamentares, a crítica foi com relação ao que consideram a dificuldade de articulação junto ao Congresso. No governo, a decisão de não encaminhar uma "mensagem modificativa" ao Congresso foi creditada a ele. O texto é enviado quando há uma mudança muito grande nos parâmetros macroeconômicos, que indicam a necessidade de, por exemplo, recalcular as despesas obrigatórias. O texto não



Defensor do ajuste fiscal. Rodrigues é um dos idealizadores da PEC Emergencial

foi enviado, e ocorreram mudanças significativas na inflação e no salário mínimo.

A saída dele da Secretaria de Fazenda coincide com a assinatura da medida provisória (MP) que permite a redução de jornada e salário dos trabalhadores, com parte da renda sendo complementada pelo governo. Dentro do ministério, Waldery era visto como um entrave à edição de medidas como esta.

No Ministério da Economia, uma crítica comum era que uma série de pautas travava na Secretaria de Fazenda. Discutidas desde o início do ano, as medidas para preservação de emprego esbarraram em restrições orçamentárias apontadas pela equipe de Waldery.

As questões jurídicas foram resolvidas após o Congresso aprovar uma alteração na Lei de Diretrizes Or-

çamentárias (LDO) deste ano que retirou a MP da meta de resultado das contas públicas de 2021, além de fazer outras alterações que permitiram a edição do texto. Ontem, Waldery ressaltou essa mudança na lei.

'CARTÃO VERMELHO'

A saída de Waldery era cobrada pela ala política há meses e, segundo integrantes da equipe econômica, o desgaste causado pelo Orçamento evidenciou a necessidade de antecipar a mudança.

No ano passado, o próprio presidente Bolsonaro fez críticas a políticas sugeridas pelo secretário, que propôs o congelamento das aposentadorias — medida que tinha apoio de outros integrantes do Ministério da Economia. Bolsonaro afirmou que havia dado "cartão vermelho" à possibilidade.

Ferrenho defensor do ajuste fiscal, Waldery é um dos idealizadores da chamada PEC Emergencial, que prevê o controle de despesas públicas em caso de crise e também estabeleceu um limite de R\$ 44 bilhões para o auxílio emergencial em 2021.

Assessora deixa ministério mesmo depois de Lira prometer reforma

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bbsb.oglobo.com.br
BRASILIA

Assessora especial de Guedes voltada à reforma tributária, Vanessa Canado decidiu deixar o governo mesmo após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dar prosseguimento às

discussões sobre o tema. Ele cobrou do relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que entregue seu texto até 3 de maio.

Ao GLOBO, Vanessa não detalhou o motivo da saída, mas disse que "encerrou bem" e de "forma muito satisfatória" seu ciclo no

Ministério da Economia. Advogada tributarista, ela será substituída pelo professor da FGV e consultor em política e administração tributária Isaías Coelho.

De acordo com integrantes do Ministério da Economia, a saída de Vanessa já era esperada desde dezem-

bro do ano passado, mas vinha sendo adiada.

A assessora de Guedes foi uma das idealizadoras da proposta que une o PIS e a Cofins, primeira etapa da reforma tributária do governo.

Antes de ir para o governo, ela integrava a equipe do economista Bernard Appy,

mentor da reforma tributária de autoria da Câmara dos Deputados, no Centro de Cidadania Fiscal. A reforma da Câmara é criticada pela equipe de Guedes, que vê na proposta a chance de aumento da carga tributária.

Para integrantes do governo, a presença de Va-

nessa no ministério representava um canal de diálogo com os defensores da proposta da Câmara, que é defendida pelo ex-presidente da Casa Rodrigo Maia (DEM-RJ). A avaliação agora é que a saída de Vanessa do governo reforça a resistência do time de Guedes a essa proposta e a defesa de uma reforma fatiada, com adesão voluntária dos estados.

NOMES PRÓXIMOS AO MINISTRO DA ECONOMIA QUE JÁ DEIXARAM O GOVERNO

									
André Brandão Presidente do Banco do Brasil, entregou o cargo no dia 18 de março. Programa de reestruturação, com fechamento de agências, desagradou ao presidente Jair Bolsonaro	Roberto Castello Branco O presidente da Petrobras deixou o cargo no dia 20 de março, após desagradar a Bolsonaro com reajustes de combustíveis. Foi indicado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes	Paulo Uebel Insatisfeito com o atraso no envio da reforma administrativa ao Congresso, deixou o cargo de Secretário especial de Desburocratização em agosto de 2020	Salim Mattar Sem conseguir tirar do papel várias privatizações, pediu demissão do cargo de secretário de Desestatização do Ministério da Economia em agosto de 2020	Rubens Novaes Pedi demissão da presidência do Banco do Brasil em julho de 2020, após queixas de pressão política sobre a instituição, cuja privatização chegou a defender	Joaquim Levy Ex-ministro da Fazenda no governo Dilma, só ficou no cargo de presidente do BNDES até junho de 2019, após críticas públicas de Bolsonaro, que queria abrir a "caixa preta" do banco	Mansueto Almeida Nome forte das contas públicas e um dos criadores do teto de gastos, anunciou que deixaria o comando do Tesouro Nacional em junho de 2020. Foi para o BTG	Marcos Cintra Deixou a chefia da Receita Federal em setembro de 2019 após insistir na defesa de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF.	Marcos Trojço Trocou o cargo de Secretário especial de Comércio Exterior pela presidência do New Development Bank, conhecido como o Banco dos Brics, por indicação do governo brasileiro	Caio Megale Deixou o cargo de diretor na Secretaria Especial de Fazenda em julho de 2020. Recentemente, foi anunciado como novo economista-chefe da XP Investimentos

Bolsonaro assina medida para redução de jornada

Reedição da MP 936 prevê que governo pagará compensação proporcional ao corte de salário e que acordos terão duração de até 120 dias. Antecipação de férias e adiamento do recolhimento do FGTS também são autorizados

GERALDA DOCA
E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem duas medidas provisórias (MP) que renovam programas de manutenção de emprego editados no ano passado para combater os efeitos da pandemia, inclusive a que autoriza acordos de redução de jornada e salários para evitar demissões.

Os textos devem ser publicados hoje no Diário Oficial da União (DOU), após forte pressão do setor produtivo, que aguarda desde o início do ano a renovação das iniciativas, diante do agravamento dos casos de Covid-19 no país. As medidas de restrição de atividades econômicas, necessárias para conter a pandemia, prejudicaram principalmente o setor de serviços.

A iniciativa mais aguardada é a reedição da MP 936,

que vigorou no ano passado. A minuta com os detalhes da medida foi antecipada pelo GLOBO na segunda-feira. O texto permite que empregadores e empregados firmem acordos de suspensão de contratos e de redução de jornada e salários nos percentuais de 25%, 50% ou 70%. O governo pagará uma compensação, chamada de Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), proporcional à redução salarial e calculada sobre o valor do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido (entre R\$ 1.100 e R\$ 1.911,84).

CUSTO DE R\$ 9,98 BILHÕES

A proposta permitirá a redução de jornada e salário ou a suspensão do contrato de trabalho por até 120 dias. As medidas entram em vigor imediatamente após a publicação.

O custo do BEm será de R\$



Ajuda. Guedes, Bolsonaro e Bruno Bianco na assinatura das MPs que renovam programas de manutenção de emprego

9,98 bilhões, suficientes para 4,5 milhões de acordos. O recurso será financiado por meio de créditos extraordinários, que ficam fora do teto de gastos, regra fiscal que limita

o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. Uma MP para liberar esse valor também foi assinada ontem.

A outra medida editada por Bolsonaro é a reedição da MP

927, que flexibilizou regras trabalhistas em 2020. O texto permite a antecipação de férias e mudanças nas regras do home office.

Em outra frente, a legislação

permite que empregadores suspendam por até quatro meses os pagamentos do FGTS, que são de 8% sobre os salários dos funcionários. A iniciativa vinha sendo muito aguardada pelo setor produtivo. Poderão ser pausadas as contribuições referentes a abril, maio, junho e agosto (pagas sempre no início dos meses seguintes). Ou seja, a parcela que deveria ser recolhida no início de maio já poderá deixar de ser paga.

Os pagamentos deverão ser retomados no início de outubro. O saldo acumulado nos quatro meses de suspensão poderá ser parcelado em até quatro vezes, segundo o texto que será publicado no Diário Oficial.

A expectativa é que o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, detalhe as ações hoje, na entrevista coletiva em que também anunciará os dados de geração de empregos em março.

Antecipação do 13º de aposentados do INSS deve sair em maio e junho

BRASÍLIA

O governo trabalha para antecipar a primeira parcela do 13º dos aposentados e pensionistas do INSS em maio, e a segunda, em ju-

nho. O decreto que autoriza o pagamento já está pronto no Ministério da Economia e precisa ser publicado até o fim da próxima semana para dar tempo de ser processado com a folha dos segurados.

Segundo estimativas da equipe econômica, a medida vai injetar R\$ 52,7 bilhões na economia, considerando o pagamento de 31 milhões de benefícios.

Havia a expectativa de que

os beneficiários recebessem a primeira parcela do 13º no pagamento de abril.

Mas, diante do atraso nas negociações entre Congresso e governo sobre o Orçamento, não houve tempo

suficiente para incluir o benefício na folha do INSS.

Por questões operacionais, o pagamento da gratificação sempre é feito com o pagamento das aposentadorias e pensões nos últimos

dias de cada mês e início do mês subsequente.

A antecipação do 13º para os aposentados faz parte do pacote de medidas do governo para mitigar os efeitos da pandemia e estimular a atividade econômica. Em 2020, a primeira parcela foi paga em abril e a segunda, em maio. *(Geraldina Doca)*

Inmetro afirma que orçamento não permite fiscalizar combustível

Presidente determinou que órgão aumente verificação nas bombas para evitar fraudes. Instituto pede mais R\$ 178 milhões

DANIEL GULLINO
E MANOEL VENTURA
economiz@globo.com.br
BRASÍLIA

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), vinculado ao Ministério da Economia, enviou ofício ao presidente Jair Bolsonaro afirmando que os cortes no orçamento do órgão para 2021 inviabilizam o aperfeiçoamento da fiscalização das bombas de combustível. A medida foi uma determinação do próprio Bolsonaro, que considera que existem fraudes que tornariam o combustível mais caro.

“Com o novo cenário restritivo, acrescentado das demandas encaminhadas pela Presidência da República no que se refere ao endurecimento/aperfeiçoamento à fiscalização das Bombas Medidoras de Combustível — BMC, o nosso orçamento atual não comporta as despesas necessárias para implantação dos projetos imprescindíveis para o cumprimento efetivo da determinação presidencial, bem como manutenção das despesas de custeio para atividades realizadas *in loco*”, diz o documento, assinado pelo presidente do Inmetro, Marcos Heleno

Guerson de Oliveira Junior.

O ofício foi enviado no dia 16, antes da sanção do Orçamento de 2021. Os vetos feitos por Bolsonaro, contudo, não afetaram o Inmetro. Na sexta-feira, a demanda do instituto foi encaminhada ao Ministério da Economia, que ainda não respondeu.

NOVAS TECNOLOGIAS

O órgão pede mais R\$ 178,3 milhões e diz que “a falta deste recurso compromete sobremaneira o equilíbrio nas contas do Inmetro, com risco à judicialização dos nossos contratos e convênios”.



Entrave. Fiscalização nas bombas não poderá ser aperfeiçoada, diz Inmetro

No ofício, o presidente diz que o orçamento do Inmetro ficou em R\$ 290 milhões. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Economia, contudo, o valor disponível é de R\$ 370,1 milhões. Procurado, o instituto afirmou, em nota, que o valor de R\$ 290 milhões se refere a uma versão preliminar do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA). O In-

metro diz que solicitou um complemento de R\$ 180 milhões e que o pedido foi atendido parcialmente pelo Ministério da Economia, com um aporte de R\$ 80 milhões.

“O Inmetro entende o momento difícil que o país atravessa em termos de Orçamento e ajuste fiscal, mas reforçou junto ao Ministério da Economia a solicitação de re-

compor o orçamento para apoiar o funcionamento do mercado e setor produtivo dentro de sua visão estratégica para o período de 2021-2023”, diz a nota.

Em fevereiro, um dia após anunciar a troca de comando na Petrobras, Bolsonaro cobrou maior atuação do Inmetro e de outros órgãos na fiscalização do preço dos combustíveis. Segundo ele, o preço poderia ser 15% menor.

No ofício a Bolsonaro, o instituto reforça que está “estruturando iniciativas para a implementação dos projetos para o aprimoramento das ferramentas para realização da fiscalização em Bombas Medidoras de Combustível”.

O órgão pede mais recursos para investir em tecnologias, como um laboratório onde faria testes para identificar formas de combater fraudes (com custo de R\$ 5 milhões) ou um mecanismo que, por conexão Bluetooth, compararia a quantidade de combustível no tanque do carro com o que foi enviado pela bomba (ao custo de R\$ 1,5 milhão). Para as atividades de fiscalização presencial, a estimativa de gasto é de R\$ 28 milhões.

Vendas de gasolina e diesel da Petrobras já superam nível pré-pandemia

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

A pesar do aumento nos preços do diesel e da gasolina, a Petrobras registrou alta na produção e venda de combustíveis entre janeiro e março deste ano em relação

ao primeiro trimestre de 2020, anterior à pandemia.

A estatal informou que a produção do diesel teve alta de 7,7% entre janeiro e março deste ano em relação ao início de 2020. Já as vendas subiram 20% no mesmo período. Segundo a estatal, a alta ocorreu

principalmente devido à maior competitividade da empresa frente a terceiros.

A gasolina teve movimento semelhante, com aumento de 4,8% na produção e de 3,8% nas vendas. A estatal destacou ainda "a maior competitividade em relação aos importado-

res, resultando em um aumento de participação da companhia no mercado brasileiro de gasolina".

Desde janeiro, a Petrobras já elevou o preço da gasolina nas refinarias em 43%. Já a alta acumulada do diesel chega a 36,6%. Os últimos

reajustes da estatal ocorreram em 15 de abril.

O aumento nos preços levou à demissão de Roberto Castello Branco da presidência da estatal. Para seu lugar, Jair Bolsonaro nomeou o general Joaquim Silva e Luna. Ao tomar posse, ele

disse que vai manter a política de preços da Petrobras.

Segundo a Abicom, que reúne os importadores, as vendas maiores de diesel e gasolina ocorreram por conta dos preços defasados da estatal no mercado doméstico no primeiro trimestre. A entidade considera que os reajustes da Petrobras não compensaram o aumento do preço do barril do petróleo no exterior.

Uma decisão que terá forte impacto sobre o Custo Brasil

Insegurança jurídica é um mal crônico que afasta investidores e capitais

Por Robson de Andrade

28/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Nos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, reiteradas vezes, que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve ser excluído da base de cálculo do PIS/Cofins. Esse importante contencioso fiscal chegou à mais alta corte do país em 1988, e a última decisão, confirmada em 2017, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706, foi favorável ao contribuinte.

Em uma clara manobra protelatória, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ajuizou embargos declaratórios em outubro de 2017, para reanálise de pontos já debatidos pelos ministros. Pediu, também, a modulação dos seus efeitos para o futuro, sob o argumento de que o prejuízo aos cofres da União seria de grande vulto.

Argumento da PGFN, baseado no prejuízo aos cofres públicos, não deve se sobrepor à aplicação da lei

A PGFN não considera, em seu pedido, a correta aplicação do direito e muito menos os graves prejuízos aos contribuintes que, ao longo de muitos anos, recolheram tributos indevidos aos cofres públicos. A modulação é um jeitinho brasileiro, não existe em qualquer outro direito tributário no mundo. Ou a cobrança é

constitucional ou não. E, caso não seja, como o STF já decidiu, os valores devem ser devolvidos àqueles que foram obrigados a pagar por um erro do governo.

Nosso país encara seríssimos desafios, conhecidos de todos. Um dos mais importantes é reanimar a economia nacional, vitimada pela recessão de 2015-2016 e pelos severos impactos causados pela pandemia da covid-19. Do que não precisamos agora é mais insegurança jurídica, um mal crônico que afasta de nosso país investidores e capitais que poderiam estar gerando os empregos demandados pela nossa gente.

Entre 2014 e 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou uma forte retração de 9%. Depois de três anos de crescimento muito baixo, em 2020, a economia encolheu 4,1%. Nesse longo período de crise, mais de 20 mil empresas apresentaram pedidos de falência ou de recuperação judicial, segundo a Serasa Experian.

Na indústria, a situação é ainda pior. Enquanto na última década o PIB brasileiro apresentou o pífio crescimento médio anual de 0,3%, o PIB da indústria de transformação apresentou retração média de 1,6% ao ano.

Excentricidades que ajudam a deteriorar o ambiente de negócios são indesejáveis. De acordo com o relatório Competitividade Brasil 2019-2020, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil apresenta um dos três piores ambientes para se

fazer negócio entre os dezoito países avaliados. E não causa surpresa que a insegurança jurídica seja uma das variáveis a pesar negativamente contra nós.

O índice Rule of Law, do World Justice Project, é uma referência para a avaliação da segurança jurídica de um país. Ele varia de zero a 1 e é gerado a partir da percepção de confiança de especialistas sobre as regras da sociedade. Quanto mais próximo de 1, melhor. O índice medido no Brasil é 0,52. Infelizmente, ocupamos a 67ª posição entre os 128 países avaliados.

Enquanto a PGFN busca arrastar o caso, a vida segue. Os créditos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins vêm assumindo papel relevante nos resultados das empresas. Em meio à situação econômica adversa, muitas companhias já estão lançando em seus balanços os créditos tributários com base na definição judicial transitada em julgado e na decisão do Supremo.

Levantamento feito pela CNI nos últimos balanços disponíveis para as 60 maiores empresas do Brasil, classificadas pelas vendas líquidas pela revista Exame, aponta que 27% delas tinham lançamentos relativos a créditos tributários extemporâneos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. Apenas nos anos relativos a esses balanços, as 16 empresas lançaram R\$ 24 bilhões como “créditos tributários a recuperar reconhecidos”.

A modulação dos efeitos do julgamento ou da adoção de conceito restritivo no cálculo do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/Cofins provocaria impactos negativos nos próximos balanços dessas empresas. É necessário considerar, também, que parte dos valores dos créditos lançados já foram repassados para acionistas, na forma de dividendos, e para funcionários, no caso das companhias que mantêm programas de participação nos lucros.

A própria Fazenda Nacional ficou com parte dos ganhos obtidos a partir do lançamento dos créditos, pois o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado apurado pelas companhias. Caso as empresas tenham que rever esses lançamentos, os eventuais prejuízos gerados nessa retificação vão demorar muito tempo para serem compensados contra lucros

futuros. Isso porque a legislação limita o uso do prejuízo fiscal a 30% do lucro de cada período.

O julgamento dos embargos declaratórios ajuizados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional está marcado para amanhã, dia 29. A decisão do STF é esperada com muita preocupação pelos contribuintes em razão das severas consequências sobre o caixa das empresas.

Segundo a própria Fazenda Nacional, caso o Supremo não decida pela modulação dos efeitos da decisão, de forma que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins seja feita apenas depois da finalização do julgamento, o impacto nas contas públicas alcançaria R\$ 250 bilhões. Esse cálculo poderia variar conforme a decisão a respeito do valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/Cofins, que poderá ser o efetivamente recolhido ou o destacado nos documentos fiscais.

No entanto, é preciso considerar os efeitos que a decisão terá sobre os contribuintes. Caso o posicionamento do Supremo seja pela modulação dos efeitos, há o fato de que cerca de R\$ 250 bilhões foram arrecadados pelo Fisco de forma inconstitucional e de que tal valor não será devidamente restituído às empresas.

Uma eventual decisão do Supremo que não restitua os tributos indevidamente recolhidos no passado aumentará ainda mais o Custo Brasil, que consome cerca de R\$ 1,5 trilhão ao ano das empresas, como indica o estudo feito pelo Movimento Brasil Competitivo em parceria com o Ministério da Economia. Também vai prejudicar a recuperação das empresas, que estão fragilizadas pela grave crise econômica, e a retomada do crescimento sustentado do país.

Por isso, o argumento da PGFN, baseado no prejuízo aos cofres públicos, não deve se sobrepor à aplicação da lei. Tampouco pode ser motivo para impor pesadas perdas às empresas e para aumentar ainda mais a insegurança jurídica no país.

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Renda básica pode custar R\$ 195 bi, estima governo

Cálculo prevê meio mínimo e 29 milhões de beneficiários

Por **Luísa Martins e Fabio Graner** — De Brasília

28/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que obrigou o governo federal a garantir uma renda básica mensal a brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza pode ter impacto fiscal de cerca de R\$ 195,3 bilhões ao ano para os cofres da União, caso essa renda seja de meio salário mínimo (R\$ 550 atualmente).

O cálculo está em um documento anexado aos autos do processo pela Advocacia-Geral da União (AGU). As contas foram feitas pelo Ministério da Cidadania e pela AGU destaca que o efeito cascata no Orçamento público pode ser “colossal”. Para chegar à estimativa de gasto anual com o benefício, a Cidadania levou em conta a quantidade de famílias pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único: 29,5 milhões.

A quantia de meio salário mínimo é citada pela AGU para traçar um comparativo com o valor despendido ano passado para o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 aos que tiveram suas rendas afetadas pela pandemia. Mas é pouco provável que o governo aceite trabalhar com esse valor.

Economia, Casa Civil e Cidadania tiveram ontem de manhã uma reunião para discutir os próximos passos após a decisão do STF. Por ora, não há conclusão sobre como agir e há uma leitura de que é preciso esperar o acórdão da decisão para se ter mais clareza sobre seus efeitos e aí sim ter estimativas mais reais sobre potenciais impactos.

Só a título de comparação, se o pagamento ficar em R\$ 200, valor próximo da média atual do Bolsa Família, o impacto cairia para R\$ 71 bilhões. Com R\$ 250, em R\$ 89 bilhões, considerando o mesmo universo da nota técnica.

O orçamento do Bolsa Família para este ano é de R\$ 34,8 bilhões, já supondo um reajuste para R\$ 202 e medidas para incentivar estudos e desempenho esportivo, que fazem parte do novo programa social que o Planalto tem pronto para lançar e que, na avaliação de fontes do governo, pode ter finalmente seu lançamento acelerado devido ao STF. Esse novo programa já foi batizada de Renda Cidadã e Renda Brasil no ano passado, mas segue na gaveta.

Na área econômica, a iniciativa do STF foi vista com preocupação porque não apontou fonte de recursos para fazer frente à obrigação. Como ainda não está claro seu alcance, não há ainda uma estimativa pronta de impacto fiscal, apesar de nota técnica da Cidadania.

Uma fonte avalia que o impacto mais provável é que se amplie mais rapidamente o Bolsa Família, cujo benefício médio hoje está em R\$ 191. Na leitura desse interlocutor, por não alterar o critério de linha de pobreza, a decisão deve forçar o governo a zerar com mais rapidez a fila de acesso ao programa. Essa solução causaria impacto imediato da ordem de R\$ 3 bilhões a mais por ano nessa rubrica.

Pelo voto condutor do julgamento do STF, proferido pelo ministro Gilmar Mendes, o governo deverá estabelecer um valor “suficiente para atender às despesas mínimas

de cada pessoa com alimentação, educação e saúde, considerando o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias”.

Apesar de a decisão ser considerada uma derrota para o governo, o entendimento, nos bastidores do governo, é de que poderia ter sido pior. Isso porque a lei que instituiu o programa em 2005 fala em um pagamento igualitário entre todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país há pelo menos cinco anos, independentemente de sua condição socioeconômica.

Contudo, no Supremo, prevaleceu a tese de que apenas a população em situação de pobreza ou extrema pobreza deva receber o benefício, ou seja, pessoas com renda per capita inferior a R\$ 178 e R\$ 98 por mês, respectivamente. Para Gilmar, a corte “excederia os limites” caso determinasse, sem qualquer gradualidade ou planejamento financeiro, o pagamento a todos os brasileiros.

Seguido pela maioria do plenário, o ministro também fez um apelo ao Congresso Nacional e ao Executivo para que sejam adotadas as medidas necessárias à atualização dos valores do Bolsa Família e ao aprimoramento e unificação de todos os programas de transferência de renda atualmente em vigor. Gilmar afirmou que o programa “necessita de atualização ou repaginação”, pois desde 2014 a situação tem se deteriorado e recomenda “correção de rumos”.

Todos os ministros foram a favor de determinar ao governo o pagamento do benefício do renda básica, mas os ministros Marco Aurélio Mello, Edson Fachin, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski apresentaram divergências e votaram por fixar o valor de um salário mínimo, sem distinção socioeconômica.

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter

VALOR INVESTE

Esvaziada, reunião de Bolsonaro com TCU é avaliada como 'irrelevante'

VALOR INVESTE

Consumidores de energia podem ser beneficiados com tese do PIS/Cofins

Aneel estuda devolução de bilhões de reais obtidos na Justiça pelas empresas do setor

Por **Bárbara Pombo** — De São Paulo

28/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Presidente da Copel, Daniel Pimentel Slaviero: vitória na Justiça representou um desconto médio de 3,08% nas faturas emitidas a partir de julho — Foto: Guilherme Pupo/Valor



A vitória das companhias de energia no julgamento da “tese do século”, sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, poderá beneficiar os consumidores. Está na mesa de negociação do setor a devolução desses valores aos usuários do serviço, que efetivamente arcam com o custo dos tributos nas contas de luz. Estão em jogo, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), R\$ 50,1 bilhões - R\$ 26,5 bilhões em créditos já habilitados na Receita Federal.

O PIS e a Cofins são contribuições exigidas pela União sobre o faturamento das empresas. Esse custo é repassado nas faturas de luz, telefone e internet. No setor de telecomunicações, o debate sobre o reembolso a consumidores também já começou, mas ainda é incipiente (ver abaixo).

Em 2017, o STF proibiu a União de “inflar” a base de cálculo do PIS/Cofins com a inclusão do ICMS. As empresas, portanto, podem recolher as contribuições sem a parcela do imposto estadual. Mas há outro efeito positivo, o de recuperar o que foi pago a mais ao governo no passado. O único fator que poderá afetar esse efeito retroativo será a decisão que os ministros do STF devem tomar, amanhã, sobre o alcance da decisão proferida há quatro anos.

A Aneel tem colhido sugestões para editar uma norma para regulamentar a devolução desses créditos aos consumidores. E também dar uma solução para 4 das 53 distribuidoras de energia do país que não entraram com ação contra a Fazenda Nacional.

“Para a agência, não há margem de discussão sobre se o repasse é ou não devido. O debate agora é como isso será feito”, afirma o advogado Vitor Mello, do escritório Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Advogados.

A área técnica do órgão regulador propôs a devolução de forma difusa, por desconto na fatura. O reembolso seria feito à medida que as concessionárias levantassem os valores depositados judicialmente ou realizassem compensações com outros tributos federais. Ainda não há decisão sobre essa proposta, que conta com o apoio do Ministério da Economia.

Embora algumas distribuidoras defendam a devolução para cada consumidor individualmente - pelo CPF ou CNPJ -, a Aneel considera essa via de difícil operacionalização. “A alternativa escolhida deve ser adaptável, de modo que acomode, se necessário, a eventuais alterações ocorridas no âmbito de decisões

administrativas e judiciais posteriores que poderiam alterar os montantes efetivos de aproveitamento”, diz Efrain Pereira da Cruz, diretor da Aneel, relator da proposta submetida à consulta pública.

De acordo com dados compilados pelo órgão regulador, 23 concessionárias possuem ação judicial encerrada. Esses processos representam cerca de R\$ 35 bilhões em créditos. Desse montante, R\$ 26,5 bilhões já foram habilitados na Receita Federal para serem utilizados na quitação de tributos correntes, por meio de compensações. Ainda haveria R\$ 14,6 bilhões em jogo nas ações em andamento.

A Cemig, por exemplo, tem R\$ 4 bilhões a compensar. Em agosto, a distribuidora com atuação no Estado de Minas Gerais fez o primeiro repasse de créditos aos usuários, no montante de R\$ 714,4 milhões. “A Aneel acatou a solicitação da companhia e definiu que o efeito médio do reajuste de 2020 da empresa, que anteriormente era de 4,27%, passasse para 0%”, informa em nota a companhia.

A Copel, que atua no Estado do Paraná, apurou R\$ 5,6 bilhões em créditos decorrentes da ação judicial encerrada em junho de 2020. De acordo com o presidente da companhia, Daniel Pimentel Slaviero, a maior parte desse montante deve ser repassada aos consumidores. “São valores relevantes para evitar uma alta no reajuste tarifário deste ano”, diz o executivo, acrescentando que a vitória na Justiça representou um desconto médio de 3,08% nas faturas emitidas a partir de julho.

Assim como outras distribuidoras, a Copel defende que tem direito de reter parte dos valores para fazer frente a custos com o processo, como honorários de advogados. Para Lais Lefèvre Goldenstein, advogada do Instituto de Defesa do Direito do Consumidor (Idec), faz sentido pensar em uma política de incentivo para as empresas que foram diligentes em uma atuação judicial que contribuiu para a modicidade da tarifa. “Mas o dinheiro deve voltar integralmente para quem efetivamente pagou, ou seja, o usuário”, diz.

Outra preocupação das empresas é sobre a proposta de restituição integral dos créditos - sem aplicação de prazo prescricional. Pela proposta da Aneel, “a devolução se dará no tempo necessário” para amortizar o total dos créditos disponíveis às distribuidoras. Elas defendem, porém, que têm obrigação de devolver apenas

créditos inferiores a dez anos. Os demais, dizem, estariam prescritos, com base no artigo 205 do Código Civil.

Para a Light, que atua no Estado do Rio de Janeiro, o Judiciário é o caminho correto para o usuário recuperar os valores pagos a mais, com prazo menor, porém, de 5 anos. “Eventual decisão da Aneel pela restituição integral aos consumidores vai obrigar a distribuidora a litigar inclusive contra quem não litigaria, o que aumentará as disputas, em vez de resolvê-las”, afirma em resposta à proposta da agência.

Algumas concessionárias, como as do grupo Enel Brasil, que tem atuação na capital e na região metropolitana de São Paulo, consideram a proposta de ressarcimento “razoável”, mas dizem que o órgão regulador precisa prever mecanismos para evitar uma devolução duplicada ao consumidor.

Em manifestação feita em consulta pública sobre o assunto, o grupo afirma que “as distribuidoras da Enel já estão sendo demandadas judicialmente por consumidores que pleiteiam a devolução individual desses valores”.

A Copel, por exemplo, já recebeu mais de 100 notificações extrajudiciais de consumidores de médio e grande porte perguntando como será feita a devolução. “Existe um caminho do meio. Abrir um período de um ano, talvez, para fazer o reembolso individual. E o que sobrar, depois desse tempo, repassamos na tarifa”, diz Slaviero.

A sugestão de grandes consumidores que comprem energia no mercado livre é a de que o desconto venha a recair na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd). “Grande parte dos consumidores livres não pagam tarifa de energia. Eles pagam apenas Tusd, que todos nós pagamos”, diz Aline Bagesteiro, diretora jurídica e de gestão da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). “O mercado de consumo de energia não é o mesmo da época em que as ações começaram a ser ajuizadas, há mais de 20 anos”, completa.

Procuradas pelo **Valor**, Enel e Light preferiram não se manifestar.

Compras públicas devem fomentar pesquisa

Maior engajamento do poder público é essencial para garantir avanços tecnológicos e estimular aportes

Por **Ediane Tiago** — De São Paulo

28/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O maior engajamento do poder público é essencial para garantir avanços tecnológicos e estimular aportes em pesquisa e desenvolvimento. “Desde 2015, nós presenciamos um completo esvaziamento das políticas públicas para inovação, o que tem afetado os orçamentos privados e provocado a descontinuidade de projetos”, comenta Fernanda De Negri, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Para empenhar esforços e recursos, é natural que as empresas busquem, no governo, um direcionamento, uma sinalização de que a inovação está integrada à agenda econômica. “No Brasil, o primeiro setor a perder recursos é o de pesquisa”, afirma Sidney Klajner, presidente da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein.

O papel do poder público como catalisador de inovações não está restrito à aplicação de capital. Klajner explica que organizar as cadeias produtivas e estimular a produção nacional de produtos com intensidade tecnológica é uma das maneiras de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento. “No setor da saúde, que é estratégico para o país, dependemos de insumos importados. A falta de autonomia nos fragiliza”, diz o médico.

Fernanda De Negri lembra que o ambiente de negócios é outra barreira importante. “Você pode ter capacidade científica, mas se não tiver empresa inovando, não

adianta”, diz. Entre os desafios ela cita o de abrir a economia - inserindo o Brasil na cadeia global de valor -, o desenvolvimento do mercado de capital de risco e a melhora do sistema tributário.

André Rauen, diretor de estudos setoriais de inovação e infraestrutura do Ipea, afirma que a forte restrição fiscal atinge em cheio a capacidade de inovação. “As empresas não vão investir sem apoio público. É assim no mundo inteiro. Há uma divisão dos custos e dos riscos com inovação”, diz.

Ele explica, no entanto, que o investimento direto é só uma parte da equação. “O governo tem de ser hábil e usar os recursos que têm para estimular projetos”, diz. Entre as saídas, destaca o especialista, está colocar na mesa de negociação o poder de compra do Estado. “As encomendas tecnológicas são um bom exemplo. Se o governo lança um edital que exige inovação, as empresas vão investir para atender à demanda”, diz.

Ao olhar o lado da demanda, também é possível, segundo Rauen, trabalhar com ajustes no mercado. “Exigir eficiência energética ou o abandono de tecnologias velhas nas compras públicas são estratégias que obrigarão as empresas a investir”, comenta.

Um bom exemplo vem da compra das vacinas para covid-19. Os contratos firmados com a Sinovac, pelo governo paulista, e com a AstraZeneca, pelo governo federal, envolveram a transferência de tecnologia para o país. Nos dois casos, as doses virão acompanhadas de novas fábricas e de domínio tecnológico. “No futuro, o país terá autonomia para produzir as vacinas.”

Para ampliar o uso das compras públicas como fator de fomento à inovação, ele destaca que é necessário envolver os órgãos de controle na discussão. “Os tribunais de contas precisam entender o valor de acordos e de produtos que envolvem tecnologia.”

Outra questão relevante para o estímulo à inovação está em ampliar o acesso das empresas ao conhecimento, principalmente ao que fica represado na academia. “É

preciso criar uma ponte entre a sociedade e as universidades”, diz Geciane Porto, vice-coordenadora da Agência USP de Inovação (Auspín).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Beba 1 copo antes de dormir e veja sua gordura queimar descontroladamente

MANUAL DA DIETA FLEXÍVEL

LINK PATROCINADO

1 copo antes de dormir irá queimar sua gordura abdominal durante a noite

MANUAL DA DIETA FLEXÍVEL

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Essa máscara pode ser essencial nesse momento

SAÚDE INTERATIVA

LINK PATROCINADO

Nova máscara está sendo recomendada na Europa

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

40 atrizes mais altas de Hollywood e a real altura de cada uma

AFFLUENT TIMES

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter

VALOR INVESTE

Celebridades pedem a Biden que recuse qualquer acordo ambiental com Bolsonaro

UM SÓ PLANETA

Exclusivo: aceleramos o novo Mercedes EQS, elétrico com multimídia gigante que pode peitar a Tesla

UM SÓ PLANETA

Bolsonaro edita MP para retomar corte de jornada e salários na pandemia

Programa será viabilizado por um crédito extraordinário de R\$ 9,98 bilhões

Por **Matheus Schuch e Fabio Murakawa** — De Brasília

28/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro editou ontem medida provisória para reinstaurar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que permite redução de salário e jornada de trabalho. A fim de viabilizar o programa, uma outra MP abriu crédito extraordinário de R\$ 9,98 bilhões. Uma terceira MP trata de medidas trabalhistas para o enfrentamento da pandemia. Os atos seriam publicados no “Diário Oficial da União” (DOU) e hoje.

O BEm é sigla para o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que será pago pelo governo em caso de suspensão temporária do contrato de trabalho ou redução proporcional de jornada de trabalho e de salário. Trata-se de uma reedição do programa instituído no ano passado.

O valor do benefício mensal levará em conta a parcela do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito em caso de demissão. Segundo o Palácio do Planalto, ele será pago “independentemente do cumprimento de período aquisitivo, do tempo de vínculo empregatício ou do número de salários recebidos”. O benefício não impedirá a concessão ou alterará o valor do seguro-desemprego em caso de dispensa do funcionário.

O programa prevê a redução da jornada de trabalho e do salário dos empregados e suspensão temporária dos contratos de trabalho por até 120 dias.

A empresa terá que manter o valor do salário-hora de trabalho. Também será necessária a assinatura de um acordo individual escrito entre empregador e empregado. A redução da jornada de trabalho e salário poderá ser feita nos percentuais de 25%, 50% ou 70%.

A MP prevê ainda a suspensão temporária do contrato de trabalho pelo prazo máximo de 120 dias. Essa suspensão também deverá ser formalizada por acordo escrito. Durante o período de suspensão, o empregado terá direito a benefícios que vierem a ser concedidos pelo empregador.

Em contrapartida, o funcionário terá o emprego garantido durante o período acordado e por um período igual ao que foi submetido aos cortes de salário e jornada ou suspensão do contrato.

Segundo o governo, o programa tem como objetivo “atenuar o resultado econômico das medidas de isolamento, adotadas por alguns entes da Federação”.

A MP prevê que, durante o prazo de 120 dias, o empregador poderá alterar o regime de trabalho presencial para o teletrabalho, o trabalho remoto ou outro tipo de trabalho a distância. As empresas podem determinar o retorno ao regime de trabalho presencial, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos.

O empregador poderá também antecipar as férias do empregado, devendo informá-lo com antecedência de, no mínimo, 48 horas. As férias não poderão ser gozadas em períodos inferiores a cinco dias corridos e poderão ser concedidas antes do período aquisitivo.

As empresas poderão ainda pagar o adicional de um terço de férias após sua concessão, até a data em que é devida a gratificação natalina. O empregador poderá também conceder férias coletivas sem a necessidade de observar o limite máximo de períodos anuais e o limite mínimo de dias corridos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Poderá também antecipar o gozo de feriado.

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro diz não estar preocupado com CPI, ameaça governadores e ofende repórter

VALOR INVESTE

Esvaziada, reunião de Bolsonaro com TCU é avaliada como 'irrelevante'

VALOR INVESTE

Celebridades pedem a Biden que recuse qualquer acordo ambiental com Bolsonaro

UM SÓ PLANETA



Por Nilson Teixeira

É sócio-fundador da gestora Macro Capital. Foi economista-ch... [ver mais](#)

Avanço rápido das reformas é improvável

Desgastes na imagem do governo dificultam a conquista da maioria necessária para aprovar seus projetos

28/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O resultado dos embates para a sanção do orçamento federal de 2021 foi negativo. Como em 2020, o governo precisou redefinir as regras do resultado primário, do teto dos gastos e de ouro - “veda que os ingressos financeiros oriundos do endividamento sejam superiores ao conjunto de investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida”.

As despesas relativas à pandemia superiores a R\$ 100 bilhões (1,3% do PIB) retiradas do cálculo das regras fiscais incluem: o Auxílio Emergencial de R\$ 44 bilhões; os gastos em saúde com a pandemia; o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) - transferências em contrapartida aos acordos para manutenção do vínculo de emprego em caso de suspensão temporária do contrato de trabalho e de redução da jornada e do salário; e o Programa Nacional de Apoio aos Microempreendedores e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - financiamento para investimentos ou capital de giro por 36 meses à taxa Selic mais 1,25% ao ano para empresas no Simples com renda anual de até R\$ 4,8 milhões.

Desgastes reiterados na imagem do governo dificultam a conquista da maioria necessária para aprovar seus projetos

O aumento dos recursos destinados às emendas parlamentares não acrescentou por si só um risco relevante para a sustentabilidade da dívida pública. Parte da elevação dessas despesas obrigatórias não será executada, pois muitos beneficiários serão incapazes de atender as condições para liberação dos recursos. No entanto, a redefinição das regras fiscais sinaliza possível nova alta de gastos em 2022, quando haverá eleições para renovação do Congresso.

Porquanto cientes dos riscos, alguns participantes do mercado avaliam que a definição do orçamento deste ano foi favorável ao transferir o foco para uma agenda mais positiva. Segundo essa leitura, os parlamentares passarão a analisar

medidas para o equilíbrio fiscal e para o aumento do crescimento potencial, como os projetos de melhoria das condições de negócios e as Reformas Administrativa e Tributária - o acordo é que a primeira comece a transitar na Câmara dos Deputados e a segunda no Senado.

Sou cético sobre a aprovação de medidas profundas o suficiente para promover uma transformação dos fundamentos. As propostas do governo têm sido parciais, além de serem prejudicadas pela dubiedade do presidente da República. A aprovação da Reforma Previdenciária, quando o governo tinha uma base de apoio robusta e uma maior taxa de aprovação, é um bom exemplo. As propostas do Ministério da Economia esbarraram na visão do presidente, que apoiou mudanças que estabeleceram uma menor idade mínima para a aposentadoria, regras de transição mais suaves e a manutenção de privilégios para os militares.

A proposta de Reforma Administrativa padece do mesmo mal, ao não incluir os atuais servidores e, portanto, impedir que haja uma economia relevante por muitos anos. Além disso, não existe uma percepção consolidada na sociedade sobre a desmedida transferência de recursos públicos para os servidores. Enquanto não ocorrer esse convencimento, os ajustes não terão impacto no curto prazo. Apesar dos seus pontos positivos, a falta de uma defesa enfática dessa reforma pelo presidente estimulará a desconfiguração do projeto, com a submissão de muitas emendas para defesa dos privilégios do funcionalismo.

O governo divulgou o conceito geral da sua Reforma Tributária no ano passado, mas optou por só encaminhar a primeira fase no PL 3887/2020, supostamente para elevar a chance de sua aprovação. A falta de articulação com os projetos já em tramitação no Congresso - PEC 45/2019 da Câmara dos Deputados e PEC 110/2019 do Senado - foi notória e tende a prolongar a tramitação da proposta. O relatório da Comissão Mista da Reforma Tributária, já postergado várias vezes, buscará aparentemente uma consolidação dos pontos consensuais do PL e das PECs. Mesmo assim, é provável que essa versão também sofra alterações substanciais durante sua tramitação.

As propostas de Reforma Tributária desde 2004 têm sido sujeitas a muita pressão por parte dos entes da federação e de grupos de interesse. Os Estados e municípios lutam pelo aumento da sua parcela das receitas, enquanto os diversos setores

buscam a redução da sua carga de impostos e a manutenção de subsídios e renúncias tributárias. Apesar de o debate sobre os pontos comuns às três propostas ser possivelmente a alternativa viável, é difícil discutir apenas parte da reforma e alcançar uma tributação eficiente. De toda forma, nem os coordenadores políticos do governo nem os líderes da sua coalizão de apoio têm tratado das reformas, o que sugere que o debate está longe de despertar interesse.

Esses obstáculos crescem com os prognósticos incertos sobre a vacinação, em função de questionamentos sobre a oferta de vacinas pelos laboratórios no exterior e de insumos para sua produção doméstica. Com o número de mortes por covid-19 alcançando cerca de 3,5 mil por dia e acumulando quase 400 mil, o governo terá dificuldade para transferir o foco do Congresso para outro tema.

A fraca articulação política do Executivo também não permite vislumbrar avanço imediato no debate sobre as duas reformas. A instalação da CPI da Pandemia no Senado atesta essa fragilidade. O governo não foi capaz de construir uma base majoritária na comissão nem de garantir a escolha de um presidente e de um relator que lhe seja favorável. Assim, é provável que o Executivo sofra desgastes reiterados na sua imagem nos próximos meses, dificultando a conquista de uma maioria sólida necessária para aprovar seus projetos.

Em suma, ajustes mais significativos no curto prazo exigiriam uma liderança política do governo ainda inexistente. O atual momento da saúde pública e a falta de interesse do presidente em cortar privilégios sugerem que o otimismo de uma parte dos participantes de mercado está mais associado à esperança de uma resposta política adequada do que à realidade. Nessas condições, é possível que haja uma desilusão sobre esses avanços e uma maior certeza de que o progresso virá apenas com a posse de um novo governo e uma eventual renegociação do atual acordo social.

Nilson Teixeira, sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, escreve quinzenalmente neste espaço

Após desgastes, Guedes promove dança das cadeiras

Nomes como Waldery Rodrigues, Vanessa Canado e Martha Seillier devem deixar a pasta

Por Fabio Graner, Mariana Ribeiro, Lu Aiko Otta e Edna Simão — De Brasília

28/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Depois de polêmicas e desgastes políticos, principalmente em torno do Orçamento de 2021, o Ministério da Economia promoveu ampla dança de cadeiras na pasta. A principal mudança foi a saída do secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, cuja vaga será ocupada por Bruno Funchal, que deixará a Secretaria do Tesouro.

O assessor especial do ministro Jefferson Bittencourt chefiará o Tesouro, órgão do qual é funcionário de carreira. Outra importante mudança foi a do secretário de Orçamento, George Soares, cuja vaga será ocupada por Ariosto Culau, funcionário

público de carreira, que já teve esse cargo entre o fim de 2005 e início de 2006 e hoje é diretor-geral da Imprensa Nacional.

As mudanças refletem o desgaste que o Ministério da Economia, em especial sua área fiscal, vinha sofrendo nos últimos tempos, a rigor desde o segundo semestre do ano passado. As pressões políticas vinham se avolumando, inclusive com propostas de cisão do ministério, rejeitadas por Guedes. Ele negou, porém, que o movimento tenha ocorrido por pressão externa ou interna. “Não há problema pessoal com ninguém. Não houve nenhuma pressão política para se fazer esse movimento”, disse

Como os ajustes feitos na pasta são só com quadros internos, o ministro tenta passar a mensagem de renovação de ânimo e continuidade do princípio de austeridade fiscal norteando a equipe.

A saída de Waldery não chega a ser surpresa, a não ser o momento em que ocorre. Fontes relatam que a programação era para junho, mas com o vazamento da notícia a formalização foi antecipada. Waldery era alvo de ataques fora e dentro da equipe econômica, com reclamações sobre sua postura extremamente fiscalista, pouca praticidade e dificuldade com algumas relações interpessoais. Guedes disse que é normal ter críticas dado que Waldery e Soares tinham de dizer não para muitas demandas.

O secretário de Fazenda entrou na berlinda no ano passado, após ter confirmado planos para congelar as aposentadorias ligadas ao salário mínimo. Diante da proposta polêmica e impopular, que, diga-se, tinha o respaldo de Paulo Guedes, o presidente Jair Bolsonaro descartou totalmente a ideia e ameaçou a equipe econômica de cartão vermelho porque não iria “tirar dos pobres para os paupérrimos”. Waldery também foi um dos responsáveis pelas problemáticas negociações do Orçamento entre Economia e Congresso.

Outra baixa que vai ocorrer é da assessora especial Vanessa Canado, que auxilia Guedes nas discussões de reforma tributária. Sua função será ocupada por Izaías Coelho, que já estava na equipe do ministro e é professor da FGV. Uma das autoras da proposta que tramita na Câmara dos Deputados como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, Vanessa entrou em choque com parte da equipe. Guedes tem ressalvas à PEC 45 e defende outro desenho: uma reforma tributária fatiada e feita por meio de projetos de lei.

Também deverá deixar a equipe a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier, que deve ocupar um cargo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É possível que o PPI volte para Planalto, como era na origem e é desejo do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Se de um lado há políticos tentando dividir a área econômica e lotear as vagas, também há pressões do “Centrão” para ocupar o Ministério do Desenvolvimento Regional, uma pasta que toca programas de habitação popular, mobilidade urbana e abastecimento de água. Para tanto, seria necessário encontrar um bom posto para o atual titular da pasta, Rogério Marinho, e convencê-lo de que seria um bom negócio, o que parece difícil. Hoje, Marinho é um dos auxiliares que mais viajam com Bolsonaro para inaugurar obras.

Uma das ideias levantadas seria Marinho ocupar a presidência do Banco do Nordeste (BNB). Apontado como pré-candidato ao governo do Rio Grande do Norte, ele teria ali vários programas que lhe dariam visibilidade no Estado.

Conteúdo Publicitário
